



UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

Mestrado em Linguística
Área de especialização : Lexicologia e Lexicografia

A SOCIOTERMINOLOGIA NO “TURISMO
NO ESPAÇO RURAL”

Dissertação de Mestrado orientada pela
Professora Doutora Maria Teresa Rijo da Fonseca Lino

49441



Raquel Alves da Silva

Lisboa, 1997

AGRADECIMENTOS

Os meus sinceros agradecimentos à Professora Doutora Teresa Lino pela orientação científica sem a qual este trabalho de investigação não teria sido possível.

Quero também, mais do que o apoio e a confiança que sempre me souberam transmitir, agradecer à Professora Doutora Teresa Lino e à Doutora Rute Costa a amizade que me foram dando ao longo destes quatro anos.

Um especial obrigada ao Pedro e aos meus Pais.

A SOCIOTERMINOLOGIA NO “TURISMO NO ESPAÇO RURAL”

Agradecimentos	
Índice	1
1. INTRODUÇÃO	5
2. DELIMITAÇÃO DE UMA ÁREA CONCEPTUAL.	8
2.1. O turismo em Portugal: análise de carácter histórico.	8
2.1.1. No século XIX.	8
2.1.2. Início do século XX.	10
2.1.3. Depois da Segunda Guerra Mundial.	12
2.2. Na actualidade.	17
2.2.1. Aspecto económico.	17
2.2.2. Novas tendências.	19
2.3. Turismo no Espaço Rural: novo produto turístico.	21
2.3.1. Espaço rural : novo espaço de lazer.	21
2.3.2. Antecedentes e evolução.	23
2.3.3. Influência francesa.	25
2.3.4. Implementação em Portugal.	26
3. INFORMÁTICA E TERMINOGRAFIA.	30
3.1. Constituição do corpus.	30
3.2. Criação de uma Base Textual.	32
3.2.1. Uma base textual para o Turismo no Espaço Rural.	34

3.2.1.1. Critérios de organização.	34
3.2.1.2. Tipos de textos.	36
3.2.1.2.1. Textos jurídicos.	37
3.2.1.2.2. Textos especializados.	37
3.2.1.2.3. Textos semi-vulgarizados.	38
3.2.1.2.4. Textos normativos.	38
3.2.1.2.5. Textos de vulgarização.	39
3.2.1.2.6. Textos publicitários.	39
3.2.1.3. Objectivos da Base Textual	39
3.3. Dicionário de frequências.	40
3.3.1. Dicionário de frequências (um extracto): as frequências na globalidade do corpus.	42
3.3.2. Dicionário de frequências (um extracto): frequência total e subfrequências.	47
3.3.3. Coeficiente de correlação e riqueza lexical	52
3.3.3.1. Coeficiente de correlação	52
3.3.3.2. Riqueza lexical	59
3.3.3.3. Hapax	66
3.4. Concordâncias.	68
3.4.1. Concordância de uma forma-pólo.	68
3.4.2. Concordância: coocorrentes à direita.	71
3.4.3. Concordância: coocorrentes à esquerda.	75
3.4.4. Concordâncias: formantes e fractomorfemas.	83

4. DOS CONCEITOS-CHAVE À ORGANIZAÇÃO DA TERMINOLOGIA	
DE BASE DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL.	88
4.1. Textos jurídicos: sua função nesta análise.	88
4.2. O conceito e a propriedade.	92
4.3. Identificação e caracterização de conceitos.	95
4.4. Evolução de alguns conceitos-chave de 1982 a 1997.	103
4.4.1. Turismo de Habitação.	103
4.4.2. Turismo Rural e Agroturismo.	106
4.4.3. Turismo no Espaço Rural.	108
4.4.4. Turista.	111
4.5. Selecção da terminologia de base do	
Turismo no Espaço Rural.	112
4.5.1. Termos de base	113
4.5.2. Designações de entidades, instituições e	
associações nacionais ou comunitárias.	121
5. DA TERMINOLOGIA À SOCIOTERMINOLOGIA.	122
5.1. Denominação e neologia	122
5.1.1. Neologia da língua geral	124
5.1.2. Neonímia da língua de especialidade	125
5.1.3. Neologia e socioterminologia	135
5.2. Terminologia, uma disciplina interdisciplinar.	139
5.3. Terminologia e pragmática.	142
5.4. Comunicação de especialidade e actores sociais.	145
5.4.1. Comunicação : definição.	145

5.4.2. Comunicação : algumas tendências.	147
5.4.3. Comunicação de especialidade e “actores” na “esfera de actividades” do turismo.	152
5.4.4. Importância de um sistema paralelo de símbolos turísticos.	154
5.5. Socioterminologia.	157
5.5.1. Um novo conceito em terminologia.	157
5.5.2. Do conceito de “domínio terminológico” ao de “esfera de actividades”.	160
5.5.3. “Esfera de actividades” e “actores” : níveis de língua de especialidade e terminologia.	166
6. CAMPO ESTEREOTÍPICO DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL.	170
6.1. Definição e representação.	170
6.2. As propriedades estereotípicas.	174
6.2.1. Turismo de qualidade.	175
6.2.2. Novo conceito de turista.	177
6.2.3. Trinómio interdependente: turismo-ambiente-cultura	178
6.2.4. Turismo “verde”.	180
6.2.5. Imagem de marca	182
6.3. Definição estereotípica	187
7. CONCLUSÃO	191
BIBLIOGRAFIA	195

1. INTRODUÇÃO

Uma dissertação de *Mestrado em Linguística* na área de especialização em *Lexicologia e Lexicografia*, pressupõe uma base de conhecimentos teóricos e metodológicos que ligam estreitamente várias áreas do conhecimento, nomeadamente, a Lexicologia, a Terminologia e a Informática. Procurámos, como reflexo dos ensinamentos recebidos na parte curricular do Mestrado e do trabalho efectuado em função desta investigação pessoal, retirar alguns resultados após três anos de investimento numa área que julgamos de muito interesse linguístico.

Este trabalho de investigação exigiu a selecção de um tema; optámos, por isso, por continuar alguns aspectos desenvolvidos no “Mémoire de Maîtrise”, cujo tema se situava no âmbito do domínio terminológico do Turismo. Escolhemos, pela sua novidade e originalidade, o **Turismo no Espaço Rural**, na tentativa de chegar a um melhor conhecimento conceptual e terminológica desta nova área.

Assim, estruturámos, o nosso trabalho em cinco capítulos.

Depois de uma breve introdução, o *ponto 1*, dedicámos o *ponto 2* à “*Delimitação de uma área conceptual*”. Nele apresentámos o domínio de estudo: o **Turismo no Espaço Rural**. Começámos por situar em termos muito gerais, a importância que ocupa o sector global do Turismo do ponto de vista sócio-económico, na realidade portuguesa. Destacámos, depois, as mudanças que o sector tem sofrido desde o século XIX até aos nossos dias, apoiando essa descrição em dados estatísticos. Concluimos o capítulo com uma

particularização relativa ao domínio, para o qual reservámos uma descrição mais detalhada em toda a dissertação. Procurámos, neste ponto apresentar a área do **Turismo no Espaço Rural** desde as suas origens, passando pelas influências que sofreu, até à sua implementação enquanto novo produto na indústria turística portuguesa.

Dedicámos o *ponto 3 “Informática e Terminografia”*, à constituição do corpus de análise e à metodologia utilizada para o seu tratamento. Para esse efeito, optámos por recorrer à informática, com o objectivo de criar uma Base Textual do **Turismo no Espaço Rural** que nos serviu de ponto de partida para uma análise mais aprofundada, em termos terminológicos. Obtivemos como resultado da informatização do corpus, um dicionário de frequências, assim como um conjunto de concordâncias, de contextos e de colocações que, no *ponto 4*, nos permitiram organizar de uma Terminologia de Base do **Turismo no Espaço Rural**.

“Dos conceitos-chave à organização da terminologia de base do Turismo no Espaço Rural” constitui o objecto de descrição do *ponto 4*. Iniciámo-lo com aspectos teóricos sobre a função dos textos jurídicos, nesta investigação; este fragmento do corpus permitiu-nos várias análises sobre o conceito, propriedade, identificação e evolução de alguns conceitos-chave do **Turismo no Espaço Rural**. Depois da delimitação do sistema conceptual, chegámos a um melhor conhecimento, em termos terminológicos desta nova área conceptual, terminando com a proposta duma Terminologia de base do **Turismo no Espaço Rural**.

Observámos, no *ponto 5 “Da terminologia à socioterminologia”*, a componente socioterminológica dos termos que surgem no domínio do **Turismo no Espaço Rural**. Partimos, para isso, de algumas considerações teóricas sobre neologia, neónímia, terminologia, pragmática, comunicação, actores sociais, usos sociais e níveis de língua de especialidade, chamando a atenção para o carácter interdisciplinar ou mesmo transdisciplinar que assumem cada vez mais as áreas técnicas e científicas, dificultando assim a categorização dos termos multidomínios.

O *“Campo estereotípico do Turismo no Espaço Rural”*, ponto 6 desta investigação, tem por objecto o campo da representação em que se destacam as propriedades conceptuais e os traços semânticos que caracterizam a terminologia do **Turismo no Espaço Rural**. Terminámos este capítulo, mostrando como o **Turismo no Espaço Rural** carece, em termos socioterminológico, de uma mais clara delimitação de conceitos e de uma melhor definição de termos que o constituem, de modo a proporcionar aos vários actores sociais, nos diferentes usos e interacções verbais uma “comunicação turística” mais eficaz, nos diferentes níveis desta língua de especialidade.

Esta dissertação a que demos o título de **A socioterminologia no “Turismo no Espaço Rural”** apresenta análises e reflexões numa perspectiva socioterminológica, tentando mostrar alguns resultados neste novo sistema conceptual e terminológico ainda em constituição. Julgamos que uma melhor delimitação de conceitos e definição de termos contribuirão, certamente, para um melhor desenvolvimento do **Turismo no Espaço Rural**.

2. DELIMITAÇÃO DE UMA ÁREA CONCEPTUAL.

2.1. O turismo em Portugal: análise de carácter histórico.

2.1.1. No século XIX.

No século XIX surgiu o conceito de turismo tal como nós o concebemos hoje. Os sinais precursores do turismo, em Portugal, surgiram entre 1815 e 1841 com o aparecimento das primeiras estradas em macadame, dos comboios, dos telégrafos, dos hotéis e do primeiríssimo agente de viagens.

No entanto, é preciso esperar até 1780 para ver surgir o primeiro sinal tímido de uma forma nova de descanso fora da casa pessoal. Aberta em Sintra, por uma senhora irlandesa, aparece a primeira estância turística, que, nessa época, era excelente para convalescentes pulmonares. Mais tarde, foi designado por “Hotel Lawrence”, imortalizado por Eça de Queirós, no romance “Os Maias”.

Um passo mais concreto, no despontar do turismo, viria a ser dado em 1840, com a inauguração do hotel “Bragança” (em homenagem à Casa reinante portuguesa), pertencente a uma cadeia britânica de hotéis, com unidades espalhadas pela Europa e pela América e, estrategicamente, localizado em Lisboa. Nessa época, Inglaterra possuía um grande poder naval, dominando o trânsito marítimo mundial e detentora de um grande império, mantinha fortes interesses económicos, em Portugal.

Durante esta fase precursora, são lançadas algumas estruturas básicas no seio da vida cultural da época. Destinadas aos residentes, essas estruturas deveriam atrair os estrangeiros, numa fase posterior.

Seguindo estes movimentos e iniciativas, os teatros líricos de São Carlos, em Lisboa, e de São João, no Porto, e o Teatro Dona Maria II transferiram da corte, para o grande público, o usufruto de espaços de convivência e de espectáculos de grande nível cultural. Simultaneamente, aparecem os primeiros cafés, em estilo parisiense, como por exemplo o Príncipe dos Botequins, o Magestic ou o Martinho da Arcada. Estava assim criado o embrião de uma forma de animação turística.

Quase ao mesmo tempo, em 1810, instalou-se a moda de “veraneio”. Após a publicação, por um médico hidrólogo, de um manual, onde eram descritos os benefícios das fontes medicinais enraizadas na tradição popular portuguesa, estas foram transformadas em estâncias termais, conhecidas ainda, hoje, pelos nomes de termas do Gerês, Vizela, Caldas da Rainha, São Pedro do Sul e outras.

Por outro lado, vindo do interior e das cidades, surgiu uma categoria de veraneantes, “os banhistas”, que, anualmente, no Verão, se deslocavam até ao litoral, para as praias de Póvoa do Varzim, Foz do Douro, Figueira da Foz; estas cidades do litoral começam a ter um grande desenvolvimento na sociedade portuguesa dessa época.

No entanto, Portugal estava longe de ser um pólo turístico atractivo. A inexistência de uma rede de transportes acessível condicionava o desenvolvimento turístico, não atraindo, conseqüentemente, os potenciais

viajantes. Na segunda metade do século XIX, começam a aparecer as primeiras estradas em macadame e as primeiras linhas de caminho-de-ferro, que irão proporcionar a ligação rápida entre Lisboa e o centro da Europa (1887). É nesta época que surgem em Lisboa e no Porto as primeiras companhias transportadoras.

O turismo começa a ser visto como uma área potencial de negócios. A vontade de conhecer outras partes do mundo, por um número cada vez maior de burgueses e as deslocações para o exterior de homens de negócios e de congressistas, têm como consequência o aparecimento de novas clientelas.

Por outro lado, a partir de 1822, existe em Portugal uma forte tendência para a emigração com destino ao Brasil; é neste período que surge a primeira agência, que só mais tarde se voltará para o tráfego turístico. A agência mais conhecida, internacionalmente, é a Agência Abreu, fundada em 1840 no Porto, por Luís Vieira de Abreu.

2.1.2. Início do século XX.

No início do século XX, todo o desenvolvimento efectuado na área do turismo em Portugal, rapidamente, se tornou insuficiente. Era necessário desenvolver e melhorar as estruturas e os equipamentos para atrair e fixar o viajante. Sem uma organização específica, com uma capacidade exígua de alojamento, o turismo português vegetava num quadro desalentador, sendo encarado, displicentemente, pelos sucessivos governos.

Em 1911, a Sociedade Propaganda de Portugal (SPP) organizou o IV Congresso Internacional do Turismo e, nesse mesmo ano, foi criada, por Decreto, a Repartição de Turismo integrada no Ministério de Fomento. Durante trinta anos, este organismo tentou conservar e desenvolver o sector do turismo, não obstante as sucessivas mudanças políticas da época durante a 1ª República e o Estado Novo.

No ano de 1936, sucedem dois acontecimentos importantes que vão desencadear uma aceleração significativa, no sector do turismo. O primeiro diz respeito à realização, em Lisboa, do 1º Congresso Nacional de Turismo, com o objectivo de fazer uma análise e balanço do que tinha sido feito e do que ainda faltava fazer : *"O Congresso é uma obra sincera e lealmente portuguesa, que pretende contribuir para dignificar o País, não só no campo espiritual, mas também no campo económico, desenvolvendo e aperfeiçoando essa grande indústria moderna que é o turismo"* ¹.

O segundo acontecimento diz respeito à introdução de um aspecto significativo na vida social do assalariado, isto é, a implementação do direito a férias pagas. As políticas sociais levaram a uma consciencialização sobre o direito fundamental ao descanso e ao lazer. Estes factores foram determinantes no desenvolvimento do turismo como fenómeno moderno.

É neste contexto e com o objectivo de desenvolver o sector turístico, que, nos anos 40, António Ferro surge como director do Secretariado de Propaganda

¹ Conde de Penha Garcia, Presidente da Sociedade Propaganda de Portugal.

Nacional atribuindo ao turismo, de uma vez por todas, uma função fundamental que, cinquenta anos mais tarde, levará o turismo a ser um dos sectores mais importantes da actividade económica portuguesa.

Estavam, assim, criados os alicerces desta nova indústria moderna, isto é, o turismo.

2.1.3. Depois da Segunda Guerra Mundial.

As transformações vividas, na Europa e, no Mundo, no pós-guerra proporcionaram ao turismo uma nova era.

Nos anos 60, o panorama turístico mundial conhece um crescimento intenso. Em Portugal, faz-se um grande esforço ao nível de investimentos nas infra-estruturas de base, particularmente, no campo dos transportes e das comunicações. Em paralelo, existe também a tentativa de valorizar o património turístico, com o objectivo de competir com os mercados turísticos internacionais da época.

Após ter vencido as barreiras do reconhecimento do turismo, no que respeita à importância do sector, no quadro da economia do país, inicia-se uma nova fase para o turismo nacional.

A antiga Repartição de Turismo, elevada a Direcção de Serviços, em 1960, passa, em 1965, a Direcção-Geral - o Comissariado do Turismo.

O Estado, num esforço de mobilização, chama a atenção para os planos de desenvolvimento turístico, cujas bases assentam numa série de parâmetros tais como:

- valores turísticos naturais,
- qualidade e capacidade do equipamento,
- perspectivas de investimento,
- promoção adequada,
- previsão da procura.

Após um prévio estudo, são seleccionadas duas regiões prioritárias de fomento turístico: a Madeira e o Algarve. Todas as infra-estruturas indispensáveis de transportes e comunicações são implementadas, com a ajuda de financiamentos e empréstimos, levando à abertura dos aeroportos do Funchal (1964), de Faro (1965) e à construção da ponte sobre o Tejo (1966).

O aumento da capacidade de alojamento leva a uma subida significativa das entradas de turistas no país. Em 1953, Portugal acolhe 150 mil visitantes; 1 milhão em 1964; 2 milhões em 1968 ².

Pela primeira vez, as receitas geradas pelo turismo excedem o montante anual em 5 milhões de contos, ultrapassando, assim, o montante atingido pelas exportações dos têxteis, da cortiça e das conservas de peixe.

² MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E TURISMO. (1991) - Livro branco do turismo, Lisboa, Secretaria de Estado do Turismo, p. 9.

Gradualmente, os meios indispensáveis para melhorar e desenvolver o turismo vão estruturando-se. O fomento da qualidade do serviço passa pela revisão das leis de turismo, assim como pela formação profissional: é reorganizada a Escola Hoteleira de Lisboa; são criadas as Escolas de Faro, do Porto e do Funchal e, em 1965, o Centro Nacional de Formação Turística e Hoteleira.

Finalmente, nos anos 70, o sector do turismo é, expressamente, considerado como um sector estratégico do crescimento económico. Adquire uma verdadeira dimensão nacional, apesar da conjuntura económica e política ser, na altura, pouco favorável, nomeadamente, a nível internacional, com os choques petrolíferos de 1973 e 1979 e, a nível nacional, com a instabilidade política de 1974-75.

Depois da Revolução de Abril, o turismo passa novamente por uma fase difícil, naturalmente, afectado pelo clima de instabilidade política da época. Mas, rapidamente é superado o período de crise e, no início dos anos 80, a situação volta a estabilizar, com a ajuda de um Plano Nacional de Turismo (PNT), cuja política visa a estimulação da procura e incrementação da oferta em áreas-chave.

Cria-se então :

- *na área do ordenamento do território :*

- os Pólos de Desenvolvimento Turístico (PDT),
- as Regiões Específicas de Aproveitamento Turístico (REAT),

- os Eixos de Desenvolvimento Turístico (EDT),
- o Turismo no Espaço Rural (TER),
- o Gabinete de Recuperação dos desequilíbrios Turísticos do Algarve,
- a recuperação da Turistrela para o aproveitamento turístico da Serra da Estrela,
- o programa de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro.

• *na área do termalismo :*

- a Comissão Nacional do Termalismo,
- o programa de recuperação e renovação das estâncias termais, com vista a especificar os tratamentos de cada uma delas e a incluir o termalismo, na política da saúde.

• *na área da animação :*

- o apoio financeiro para equipamentos e programas de animação turística,
- a construção de campos de golfe,
- o lançamento do Museu Nacional Ferroviário,
- a instalação de Pousadas em monumentos e imóveis, sob a tutela, à guarda do Instituto Português do Património Cultural (IPPC).

• *na área dos investimentos :*

- o Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento Turístico (SIFIT),
- um programa de recuperação das unidades degradadas e desactualizadas.

• *na área da formação profissional :*

- o lançamento do programa de construção das novas escolas em Coimbra, Vilamoura, Lisboa, Estoril.
- a formação de animadores e outros programas inovadores.

• *na área da promoção turística :*

- o Instituto de Promoção Turística (IPT) em 1986,
 - uma rede mais alargada de centros de turismo,
 - novos diplomas em matéria de Legislação, sobre agências de viagens,
- Turismo no Espaço Rural**, zonas de caça turística, alojamento turístico, leis do jogo,
- o Prémio Nacional de Turismo Ramalho Ortigão ³.

Para além deste conjunto de medidas importantes, foram igualmente revistos os estatutos da Empresa Nacional de Turismo (ENATUR), elaborado o Plano Nacional de Pousadas, dado o apoio ao saneamento básico do Estoril e aprovados os planos de obras das zonas de jogo do Estoril, de Espinho, da Póvoa do Varzim e do Algarve.

Presente, desde o início, na Organização Mundial de Turismo, Portugal luta igualmente pela extensão universal do turismo e pela livre circulação do visitante, em todas as partes do mundo.

³ MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E TURISMO. (1991) - Livro branco do turismo, Lisboa, Secretaria de Estado do Turismo, p. 12.

A entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, em 1986, lança um novo desafio ao sector turístico do país. Esta adesão alertou outros países para a existência de Portugal como destino turístico.

Entre 1980 e 1990, Portugal ultrapassou 18 milhões de visitantes, dos quais cerca de 8 milhões foram turistas, o que representa um aumento de 162%, relativamente a anos anteriores. Os principais mercados geradores de turismo para Portugal foram, para além de Espanha, o Reino Unido, a Alemanha e a França.

O turismo português precisou de cerca de oitenta anos para atingir a maturidade, e implantando-se, de modo definitivo, na vida e na economia nacional.

2.2. Na actualidade.

2.2.1. Aspecto económico.

O turismo é, hoje, um sector-chave de toda a actividade económica, quer nos países industrializados, quer nos países em vias de desenvolvimento, tendo por base, fundamentalmente, os seguintes factores :

- crescimento dos rendimentos,
- redução do tempo de trabalho,
- diminuição dos custos de transporte,
- saturação relativamente a outras formas de consumo.

Actualmente, em Portugal, o sector do turismo é um dos ramos da Economia com um maior potencial de crescimento, tendo contribuído, em 1990, com cerca de 6% do Produto Interno Bruto, tornando-se dessa forma a indústria mais importante para a Economia do país.

É, igualmente, de salientar que esta área é a fonte principal de emprego, isto é, emprega, cerca de 200.000 pessoas, o que representa 5% da presente população activa portuguesa; por outro lado, constituem a maior fonte geradora de divisas estrangeiras. Em 1990, o turismo representou aproximadamente 10% do investimento estrangeiro aplicado no País.

No que se refere a receitas, verifica-se, que as mesmas atingiram 505 990 milhões de escudos, segundo informação do Comércio e Turismo.

Não podemos, no entanto, ignorar que as entradas de turistas, em Portugal, evidenciam um razoável índice de sazonalidade. As estatísticas demonstram que o seu ponto mais alto tem lugar entre Julho e Setembro, período durante o qual, em 1990, ocorreram 43,2% do total de entradas. Quanto aos portugueses, em 1990, 89 dos 1739 mil que gozaram férias fizeram-no em Julho (25%) e Agosto (64%) ⁴. Mas, mesmo assim, Portugal, comparativamente com os seus concorrentes europeus, possui, apesar de tudo, um dos mais baixos índices de sazonalidade.

Todos os países pretendem manter um fluxo turístico constante, ao longo do ano. No entanto, tal objectivo raramente é atingido, uma vez que, em grande

⁴ BAPTISTA, M. (1997) - Turismo, competitividade sustentável, Lisboa/São Paulo, Ed. Verbo, p. 494.

percentagem, as férias e as visitas são feitas com fins puramente de lazer, nas épocas em que, nos mercados de origem, há mais liberdade para dispor do tempo.

Portugal tem apostado muito nas múltiplas formas de animação turística, assim como na capacidade de atracção que exerce nos diferentes segmentos do mercado, graças à larga variedade de produtos oferecida (estâncias de Verão, cidades culturais e históricas, locais arqueológicos, parques temáticos,...). A boa situação geográfica, climatérica e a qualidade do património, a diversidade da cultura e a história milenária são, também, factores importantes de atracção de turistas.

Numa escala internacional, a Organização Mundial de Turismo (OMT) prevê, para o ano 2000, um aumento do volume das viagens turísticas para cerca de 600 milhões (dez vezes mais do que em 1960), projectando assim que a indústria hoteleira venha a ultrapassar a petrolífera, o que a torna na primeira indústria mundial ⁵.

2.2.2. Novas tendências.

Os anos 90 estão a ser marcados por grandes mudanças sociais. O hábito de preencher tempos livres e de passar férias são dados adquiridos. O que tem vindo a mudar, é a duração das férias. Existe, hoje, uma tendência que leva o

⁵ MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E TURISMO. (1991) - Livro branco do turismo, Lisboa, Secretaria de Estado do Turismo, p.119.

turista a fazer férias repartidas, com ausências de casa mais vezes por ano, mas por períodos mais curtos.

Os factores que podem estar na origem deste novo conceito de férias são o aumento do rendimento dos cidadãos e o grande desenvolvimento das vias de comunicação, sobretudo dos transportes aéreos. Deste modo, as viagens podem tornar-se mais frequentes e as estadas mais curtas.

Por outro lado, o cidadão pode preferir fazer férias mais originais ou longínquas, mesmo a custos superiores, que passar férias duradouras num local mais acessível, em termos financeiros.

O turista de hoje, é um turista cada vez mais exigente no que respeita ao conforto e à qualidade dos serviços prestados, dando cada vez mais valor à componente ambiental, no momento de escolher um lugar para passar férias.

O aumento da valorização do ambiente, foi posto em evidência num estudo levado a cabo pela Organização Mundial de Turismo, em que 76% dos interrogados declaram que o estado do meio ambiente influencia a escolha do local de férias.

Consequentemente, o conceito de turismo está impregnado de valores ecológicos, que, nesta última década, se têm desenvolvido, sensibilizando o Mundo para a necessidade de proteger o meio ambiente. Começaram, então, a surgir novas formas de turismo que respeitam e salvaguardam os patrimónios ambiental e cultural, assim como o ordenamento.

Diante da crescente tomada de consciência sobre a importância da qualidade do meio ambiente, através da preservação de espaços verdes não poluídos e degradados, Portugal tem sido encarado como um destino privilegiado, isto é, pouco poluído, embora se aponte alguns casos de negligência.

O futuro do turismo, em Portugal, estará portanto estreitamente ligado à diversificação da oferta de produtos turísticos que correspondam às novas formas de turismo, em que a componente ambiental está fortemente valorizada.

É nesta categoria que incluímos o **Turismo no Espaço Rural**, nova forma de turismo com potencialidades para renovar a indústria portuguesa.

2.3. Turismo no Espaço Rural: novo produto turístico.

2.3.1. Espaço rural: novo espaço de lazer.

O conceito de turismo está directamente relacionado com o de espaço. A prática do turismo enquanto actividade de lazer implica, forçosamente, a escolha de um destino, designado de espaço, um termo da geografia que situa o local geográfico encarado como destino de férias. *“As características do território que em sentido amplo constituem o suporte do turismo, têm sustentado a divulgação da ideia de que quanto maior a diversidade, maior a capacidade de uma área para funcionar como espaço turístico”*⁶. Assim, o território oferece espaços de turismo diversificados associados a um potencial turístico diferenciado.

⁶ MARTINS, L.P. (1993) - Lazer, férias e turismo no Noroeste de Portugal, Dissertação de Doutoramento, Porto, Faculdade de Letras - Universidade do Porto, p. 61.

Os grandes espaços de turismo mundial são preferencialmente o litoral, na época do Verão, a montanha, no Inverno. A cidade, geralmente visitada em qualquer altura do ano, tem como motivos turísticos, o património, a cultura e as compras, entre outros.

Onde se situam então os limites do espaço rural? Os autores DREYFUS-SIGNOLES afirmam que *“Paradoxalement, l’espace rural se définit par son négatif: c’est tout ce qui n’est pas urbain”*⁷. A meio caminho entre o litoral e a cidade ou entre a montanha e o litoral ou ainda entre a cidade e a montanha... associa-se ao conceito de espaço geográfico o de espaço rural.

Nos finais da década de 70, é introduzida em Portugal uma nova forma de ocupação do espaço por actividades de lazer, tendo por base as potencialidades das áreas rurais, como espaços lúdicos e de repouso; esta nova forma de ocupação do espaço constitui um tipo de espaço de turismo, em fase de consolidação com grande capacidade de crescimento.

As perspectivas abertas ao espaço rural, como novo espaço de lazer, passam por três objectivos principais:

- contrariar a concentração na faixa litoral e núcleos urbanos;
- recuperar um património arquitectónico de valor inestimável em alguns casos já muito degradado;
- desenvolver a nível económico e social o interior até então baseado na agricultura.

⁷ DREYFUS-SIGNOLES, (1992) - Structures et organisation du tourisme en France, Paris, Ed. Bréal, p.111.

A tendência para o retorno à natureza, desencadeado nas duas últimas décadas, do ponto de vista ideológico, vai buscar ao “movimento ecológico” a preocupação da preservação do meio ambiente; por outro lado, esta tendência está associada também à transformação de valores tradicionais enraizados, sobretudo, entre as classes média e alta das sociedades industrializadas.

2.3.2. Antecedentes e evolução.

Como já referimos, o século XX é um século que se caracteriza por fortes mudanças sociais, entre as quais o desenvolvimento rápido do fenómeno urbano após terminado o êxodo rural dos anos 40.

No entanto, assiste-se neste fim de século, nos países mais desenvolvidos, a um retorno ao campo. *“L’image de la campagne comme lieu de vacances s’est considérablement modifiée au cours des siècles. Fréquentée d’abord par l’aristocratie qui y revenait périodiquement pour surveiller les travaux agricoles dans ses propriétés et se retrouver entre elle, la campagne est devenue progressivement l’espace de repos des urbains”*⁸. Esta corrente de sentido inverso, isto é, o fluxo da cidade para o campo, adquire, maioritariamente, um carácter ainda pontual, constituindo acima de tudo uma descoberta do campo por parte do indivíduo.

⁸ DREYFUS-SIGNOLES, (1992) - Structures et organisation du tourisme en France, Paris, Ed. Bréal, p.111.

Poderão destacar-se duas razões principais para o deslocamento do espaço urbano para o espaço rural. Por um lado, os cidadãos procuram formas de restabelecimento físico e mental, que se inserem num quadro de aproximação da natureza com a finalidade de perder o cansaço e stress causados pela agitação da vida citadina. Por outro lado, a fruição dos espaços rurais, como áreas de lazer, constitui uma das formas de afirmação de um certo prestígio social, uma prova de riqueza e de êxito para uma classe social com mais forte poder de compra.

A procura das áreas rurais, é também caracterizada pela curiosidade em conhecer casas que são muitas vezes símbolos de uma aristocracia rural perdida.

Paralelamente a este estatuto, puramente, individual que assumem estas idas ao campo, encontram-se as premissas de um turismo com características rurais, *“La campagne, quitée depuis peu, était investie d’une nouvelle identité en devenant l’espace de vacances des familles à faibles revenus qui n’avaient pas le choix du lieu de leurs congés”*⁹.

Assim, os albergues de apoio, as excursões realizadas por via terrestre, as quintas semi-urbanas ou as quintas mais afastadas da cidade, constituíram o núcleo-embrião que se transformou, hoje, nas modernas residências secundárias e nas formas de alojamento ligadas ao **Turismo no Espaço Rural**.

⁹ DREYFUS-SIGNOLES, (1992) - Structures et organisation du tourisme en France, Paris, Ed. Bréal, p.111.

2.3.3. Influência francesa.

O **Turismo no Espaço Rural** (TER) constitui, desde há algumas décadas, uma componente significativa do total da oferta turística, em muitos países europeus, recorrendo a diversificadas formas de alojamento.

Em França, a Federação “Logis de France” abarca uma parte significativa da pequena hotelaria rural, cujas instalações estão a envelhecer, considerando que cerca de 75% dessas unidades hoteleiras são anteriores à Primeira Guerra Mundial. Este tipo de hotelaria é, frequentemente, o último pólo de animação para as populações dos pequenos aglomerados e o ponto de encontro, por excelência, das comunidades locais.

Outra forma de alojamento que faz parte do **Turismo no Espaço Rural**, em França, é constituída pelos “gîtes ruraux” : *“logement meublé aménagé dans des locaux ou des bâtiments d’une exploitation agricole et destiné à être mis à la disposition de personnes qui souhaitent passer leur vacances à la campagne”*¹⁰. Esta forma de alojamento foi lançada nos anos 50, atingindo um sucesso notável. O objectivo deste alojamento foi melhorar o património imobiliário rural, lutar contra o êxodo rural através de um complemento nos rendimentos familiares e fazer sair do isolamento as áreas e populações rurais.

¹⁰ DREYFUS-SIGNOLES, (1992) - Structures et organisation du tourisme en France, Paris, Ed. Bréal, p.116.

O rápido sucesso dos “gîtes” fez com que se desenvolvesse uma especialização das unidades de alojamento nas áreas equestres, caça, pesca, neve, etc.... Ao lado do “gîte rural” apareceram outras modalidades de alojamento no espaço rural, como os “camping à la ferme” (parque de campismo rural), as “chambres d’hôtes” (quartos em casas particulares rurais), as “ferme auberge” (pensão em meio rural) e “ferme de séjour” (exploração agrícola), os “gîtes communal”, “équestre”, d’enfants” e “d’étape et de groupe” (abrigo), as “tables d’hôtes” (casas de hóspedes) e por último os tradicionais “villages de vacances” (aldeias de férias) e “maisons familiales de vacances” (casas familiares de férias) francesas.

A partir dos anos 70, a par das formas de alojamento já existentes, foram criadas estações verdes de férias e os parques naturais passaram a integrar as opções do turista no espaço rural, provocando assim um aumento dos parques de campismo. Em 1976 foram lançadas em França as bases legislativas que regulamentam a criação do alojamento em pequenas unidades e a implantação de actividades de lazer com objectivo de valorizar as áreas rurais.

2.3.4. Implementação em Portugal.

No final da década de 70, através do Decreto Regulamentar nº 14/78 prevê-se o lançamento, no mercado turístico português, de quartos particulares, moradias e apartamentos numa modalidade de alojamento que, posteriormente, viria a ser designado por “Turismo de Habitação”. Trata-se de uma iniciativa que pretende implementar uma nova modalidade de alojamento turístico.

Posteriormente, nos anos 80, o **Turismo no Espaço Rural** estagnou, sofrendo da ausência de medidas concretas de implementação. Registavam-se nessa altura apenas alguns momentos relevantes, na demorada incrementação do **Turismo no Espaço Rural**, em Portugal.

Nomeadamente :

- em 1936 : o 1º Congresso Nacional de Turismo onde, pela primeira vez se estabelecem os contornos do Turismo no Espaço Rural;
- em 1961 : o 1º Colóquio Nacional de Turismo;
- em 1964 : o 1º Congresso de Estudos Turísticos;
- em 1970 : o Colóquio de Turismo e Termalismo do Norte.

Em 1978, é publicado o Decreto que regulamenta a classificação e funcionamento dos meios complementares de alojamento turístico que faz referência a alojamentos particulares, onde estariam incluídos quartos particulares, moradias e apartamento, criando condições para o aparecimento do **Turismo no Espaço Rural**. Esta enquadramento legal permite determinar, finalmente, a área de experiência piloto, que se viu repartida entre os Municípios de Ponte de Lima, Vouzela, Castelo de Vide e Vila Viçosa a partir de 1979 e alargada a partir dos anos 80 ao resto do território.

Em 1983, o Decreto-Lei 423/83 emprega pela primeira vez a designação de "Turismo de Habitação", conferindo-lhe força legal e, finalmente, em 1984, é

definido como “*regime de inserção do turismo de habitação na oferta turística portuguesa*” através do Decreto-Lei 251/84 e apoiado pela apresentação de um Plano Nacional de Turismo.

O arranque tardio em Portugal do **Turismo no Espaço Rural** é definitivamente impulsionado, em 1986, através de um diploma legislativo ¹¹ onde, pela primeira vez, aparecem as designações de **Turismo no Espaço Rural** compreendendo as modalidades de “*Turismo de habitação*”, “*Turismo Rural*” e “*Agroturismo*”.

O diploma introduz importantes alterações às normas que enquadram o **Turismo no Espaço Rural**, tentando um melhor ajustamento à rápida evolução da oferta ocorrida durante a década de 80 e criando condições para o despontar do “*Agroturismo*” integrado no conjunto de actividades possíveis numa exploração agrícola.

Assim, o Decreto-Lei 256/86 constitui o enquadramento legal que permite aceder a uma nova e determinante fase na evolução do **Turismo no Espaço Rural**, pondo termo a um período experimental iniciado no final da década de 70.

A fase de arranque e afirmação do **Turismo no Espaço Rural** caracteriza-se por um rápido crescimento do número de estabelecimentos e por uma sensível concentração da sua distribuição no Alto Minho. O ano de 1987 marca o “ano de ouro” com 197 estabelecimentos, correspondendo a 1587 camas no conjunto das três modalidades: “*Turismo de Habitação*” (TH), “*Turismo Rural*” (TR) e

¹¹ DIÁRIO DA REPÚBLICA. (1986) - Decreto Lei 256/86, Estabelece normas relativas ao desenvolvimento das várias formas de Turismo no Espaço Rural, revestindo a forma de “Turismo de habitação”, “Turismo rural” ou “Agro-turismo”, DR 196 de 27/08/86.

“Agroturismo” (AT), sendo o “*Turismo de Habitação*” que de longe é preferido pelos clientes¹².

No entanto, a partir de 1988 a maioria dos estabelecimentos que entraram em funcionamento são do tipo de “*Turismo Rural*” e de “*Agroturismo*”. O **Turismo no Espaço Rural** entra, portanto, na sua fase de expansão, embora com alguma discrição comparativamente a outros tipos de alojamento, ultrapassando as 3000 camas em 1992, correspondentes a 342 unidades de **Turismo no Espaço Rural**¹³.

Muito recentemente, em Julho de 1997, entrou em vigor o novo Decreto-Lei 169/97 que aprova o regime jurídico do **Turismo no Espaço Rural** e vem reajustar à realidade a prática de uma actividade turística que, depois de um arranque e uma maturação lenta é apresentada, hoje, dentro do leque das opções turísticas, como uma verdadeira alternativa ao Turismo tradicional.

Na verdade, o conceito de **Turismo no Espaço Rural** aparece ligado de uma forma estreita a outras formas de turismo que têm assumido uma grande importância nos últimos anos : o Turismo Verde, Turismo Ecológico, Turismo Cultural, Turismo de Natureza, etc....

¹² Cf. MARTINS, L.P. (1993) - Lazer, férias e turismo no Noroeste de Portugal, Dissertação de Doutoramento, Porto, Faculdade de Letras - Universidade do Porto, p. 314.

¹³ Programa de Desenvolvimento Regional e o Mundo Rural, Ministério da Agricultura, 1993.

3. INFORMÁTICA E TERMINOGRAFIA.

3.1. Constituição do corpus.

Sendo o ***Turismo no Espaço Rural*** o tema da investigação, procurámos, numa primeira etapa, recolher a informação que nos permitisse chegar a um conhecimento mais profundo do domínio em análise.

Verificámos que a actividade turística no espaço rural é relativamente recente, em Portugal, e que a sua prática veio criar novas realidades no sistema turístico português. Tal prática e respectiva filosofia acarretam consigo novos conceitos que necessitam ser denominados.

Gostaríamos de chamar a atenção para o facto de o **Turismo no Espaço Rural** ser uma área em constituição, o que vem dificultar a delimitação do domínio terminológico propriamente dito. Os conceitos ainda não estão estabilizados, verificando-se flutuações das significações ao nível dos discursos produzidos pelos vários agentes que fazem uso da terminologia do **Turismo no Espaço Rural**.

A selecção dos textos no corpus documental levantou-nos algumas dificuldades, na medida em que os textos que recolhemos no Centro de Documentação da Direcção Geral do Turismo, no ICEP (Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal), no Fundo de Turismo, nos Telecentros Rurais de Portugal, na TURIHAB (Associação de Turismo de Habitação) e noutros

organismos ligados ao Turismo em Portugal, são textos que possuem características muito variadas, uma vez que se destinam a públicos muito diversificados.

O corpus de análise que constituímos é tão heterogéneo quanto o é o público a que se destina o **Turismo no Espaço Rural**.

Sabemos, no entanto, que o corpus é um *“conjunto finito de enunciados considerados característicos do tipo de língua a estudar, reunidos para servir de base à descrição e, eventualmente, à elaboração de um modelo explicativo dessa língua”*¹⁴. Pensamos, que o conceito de corpus evoluiu e que o tipo de análise que se pretende efectuar, pode justificar a heterogeneidade do corpus. Como refere LINO, *“la constitution d'un corpus textuel implique un certain nombre d'hypothèses sur les caractéristiques des discours, sur les relations entre textes et termes que l'on veut analyser: mais un corpus implique aussi l'existence de modèle(s) interprétatif(s) que l'analyse permettra de corriger et de compléter”*.¹⁵

O conjunto de um grande número de textos constitui um corpus, no seio do qual se pretende estudar e quantificar alguns factos lexicais, morfológicos e sintácticos.

¹⁴ GALISSON, R. (1976) - Dictionnaire de Didactiques des Langues, Paris, Hachette, pp. 131-132.

¹⁵ LINO, M^a T. (1994) - “Base de données textuelles et terminographiques”, in META, Montréal, Canadá, p. 5.

3.2. Criação de uma Base Textual.

A informática é “quase” um ideal metodológico que permite a exaustividade e a rapidez, objectivo dificilmente alcançável pelo ser humano. A lexicografia e a terminografia evoluíram, integrando as novas metodologias informáticas e tecnológicas.

De um modo rápido e inovador, a informática vem dar um novo fôlego às investigações, actualmente, em curso nestas áreas. Não sendo uma passagem obrigatória para todo o investigador, ignorar o contributo que a informática pode dar à linguística é, de certo modo, passar ao lado de um novo impulso na área da investigação.

Aos novos conceitos de terminótica e de lexicomática ¹⁶ podemos juntar o de “informática de orientação textual”, recentemente, introduzido na terminologia linguística. Este novo domínio de investigação veio contribuir para uma evolução rápida de metodologias e teorias semânticas de descrição da terminologia e da lexicografia de especialidade assistidas por computador. ¹⁷

A informática adaptada ao tratamento do texto é uma prática relativamente recente que alterou completamente a ergonomia das nossas sociedades modernas, orientadas basicamente para a manipulação e a difusão da informação escrita.

¹⁶ Cf. QUEMADA, B. (1987) - “Notes sur lexicographie et dictionnaire”, in Cahiers de Lexicologie, 51, Paris, Didier, p. 233.

¹⁷ Cf. LINO, M^a T. (1994) - “Base de données textuelles et terminographiques”, in META, Montréal, Canadá, p. 786.

AUGER resume desta forma o tratamento informatizado dos dados : *"Ces domaines d'application qui privilégient le mot (ou le terme) sous ses aspects formels reposent sur un traitement à la fois extensif et intensif de l'information textuelle, extensif parce qu' ils traitent du texte sous toutes ses formes, prenons pour exemple la diversité des informations nécessaires à l'accomplissement d'un travail lexicographique ou terminologique et les tâches de traitement qui s'y rattachent, intensif parce qu' ils exigent le traitement d' un corpus documentaire considérable mettant en oeuvre des tâches lourdes, invariablement répétitives et souvent peu adaptées au fonctionnement de l'humain."* ¹⁸

Uma vez que a informática de orientação textual se tornou indispensável à automatização da cadeia do trabalho em terminografia, decidimos organizar uma base textual para o **Turismo no Espaço Rural**.

Segundo QUEMADA uma base de dados, em geral, pode ser definida como *"un dispositif constitué par l'association d'un ensemble de données, faits ou informations ayant une nature commune, enregistré sur l'ordinateur suivant des règles d'organisation et d'accès bien définies, et d'un ou plusieurs programmes de traitement ou d'interrogation spécialement adaptés à ces règles"*.¹⁹

Uma base textual é uma base de um tipo específico, obedecendo a critérios de organização, muitos deles pré-definidos em função dos objectivos da investigação.

¹⁸ AUGER, P. (1991) - "Terminographie et lexicographie assistées par ordinateur: état de la situation et perspectives", in Les industries de la langue, Perspectives des années 1990, Tome II, Montréal, Office de la Langue Française, Société des traducteurs du Québec, p. 659.

¹⁹ QUEMADA, B. (1983) - Dictionnaire de termes nouveaux des sciences et des techniques, Paris, CILF, pp. 105-106.

3.2.1. Uma base textual para o Turismo no Espaço Rural.

3.2.1.1. Critérios de organização.

Criámos uma base textual para o **Turismo no Espaço Rural** com dois objectivos:

1. apoiar a metodologia semi-automática terminográfica;
2. disponibilizar, a médio prazo, arquivos de textos articulados a bases terminográficas, aos profissionais deste sector de actividade.

Tendo em conta o primeiro objectivo, a base foi constituída por seis tipos de conjuntos de textos. Deste modo, podemos analisar os diferentes fenómenos linguísticos ou na globalidade da base ou em cada um dos seis subconjuntos que a constituem de modo a comparar alguns dados ou resultados.

A organização desta base obedeceu a vários critérios:

- **conceptuais:** as particularidades de um domínio novo ainda em constituição;
- **semânticos, lexicais:**
 - a) o tipo de terminologia a observar;
 - b) os tipos de textos (ou de discursos) que contextualizam termos e neónimos;

c) as relações entre o domínio terminológico e o domínio de experiência ²⁰;

- pragmáticos:

a) tipos de situações de comunicação de especialidade;

b) sujeito(s) de enunciação individualizados;

c) sujeito(s) de enunciação colectivos;

d) interlocutores individualizados;

e) interlocutores colectivos;

f) tipos de actores sociais;

g) tipos de actores socioculturais;

h) tipos de actores socioprofissionais;

- informáticos:

a) a estrutura da base (totalidade e subcomponentes);

b) selecção de um software que permita o seu tratamento com relações hipertextuais;

c) opção por um hipertexto estatístico para gerar e analisar a base:
selecção do software **Hyperbase**.

Esta base textual é constituída por uma base extraída de uma base textual de maiores dimensões organizada para dar apoio a outra investigação em que participámos, isto é, um dicionário multilingue do turismo ²¹.

²⁰ POTTIER, B. (1966) - "Champ sémantique, champ d'expérience et structure lexicale", in Zeitschrift für Französische Sprache, Probleme der Semantik, éd. par W. Th. Elwert, Beihefte ZfSL NF. Heft 1, Wiesbaden.

²¹ Cf. ALVES, R. (1996) - (em colaboração) Visa pour le tourisme, Dictionnaire conceptuel du tourisme. Anglais, Danois, Français, Portugais, OPAL-Outils pour l'Apprentissage des langues, Programme LINGUA- Action III, Paris 3.

Assim, a base textual do turismo, em geral, contém aproximadamente 600.000 ocorrências, enquanto que a base textual para o **Turismo no Espaço Rural** compreende 86.000 ocorrências.

3.2.1.2. Tipos de textos.

Após a recolha de uma quantidade significativa de documentos sobre o **Turismo no Espaço Rural**, seleccionámos os textos que podemos agrupar da seguinte forma:

- 1 - textos jurídicos;
- 2 - textos especializados;
- 3 - textos semi-vulgarizados;
- 4 - textos normativos: textos comunitários;
- 5 - textos vulgarizados;
- 6 - textos publicitários.

Preferimos utilizar, aqui o conceito de “texto” em vez de “discurso”. Segundo MAINGENEAU *“les textes sont des énoncés produits dans le cadre d’institutions qui contraignent fortement l’énonciation, inscrits dans un interdiscours serré qui fixent des enjeux historiques, socio, intellectuels”*²².

²² MAINGENEAU, D. (1991) - L’analyse du discours: introduction aux lectures d’archives, Paris, Hachette, p.17.



No entanto, o conceito de texto pressupõe o de discurso uma vez que temos em conta o tipo de sujeito de enunciação, o de interlocutor, o de situação de comunicação, o de interdiscurso ²³, sem, no entanto, entrar em análises finas de processos discursivos, uma vez que não é esse o objectivo da nossa investigação.

3.2.1.2.1. Textos jurídicos.

A Legislação do **Turismo no Espaço Rural** constituiu uma das componentes fundamentais ²⁴ do corpus, permitindo observar a evolução da área conceptual, o aparecimento de determinados conceitos e sua evolução; permite também analisar a fixação de termos e de definições. Estes textos jurídicos destinam-se a públicos diferenciados de profissionais do turismo.

3.2.1.2.2. Textos especializados.

O conjunto de textos seleccionados, cujo título é “Textos especializados” são da autoria de José Correia da Cunha, que em 1988 foi Vice Presidente do Comité Internacional de Organização e Orientação da Campanha Europeia para o Mundo Rural, do Conselho da Europa, e Coordenador Nacional da Campanha.

²³ Cf. Capítulo 5.

²⁴ Cf. Capítulo 4.

Estes textos são redigidos por um especialista, destinando-se a um público de especialistas. Estes documentos têm uma vertente ideológica e intervencionista, pretendendo implementar e desenvolver o meio rural em Portugal, através de actividades de carácter turístico.

3.2.1.2.3. Textos semi-vulgarizados.

Este subconjunto de textos é constituído pelas actas dos Congressos relativos aos “I e II Encontro Nacional de Turismo de Habitação” organizados, em Portugal, em que um dos objectivos é desenvolver o **Turismo no Espaço Rural**.

Estes textos são redigidos pelos participantes e destinam-se a outros profissionais do sector que se interessam pela evolução desta actividade turística.

3.2.1.2.4. Textos normativos.

A nível da Comunidade Económica Europeia algumas iniciativas são tomadas na área do **Turismo no Espaço Rural**, nomeadamente a implementação de um programa comunitário para o desenvolvimento do meio rural em todos os países da comunidade apoiado, financeiramente, pelo Programa LEADER.

Os “Cadernos LEADER” são textos comunitários de carácter normativo, destinados aos organismos de cada país comunitário envolvido neste programa.

3.2.1.2.5. Textos de vulgarização.

Incluimos nos “textos de vulgarização” um conjunto de artigos publicados sobre o **Turismo no Espaço Rural**, na revista “Forum Ambiente”.

Esta revista mensal apresenta artigos em que o tema central é o ambiente. Os autores revelam tendências ecologistas, visando a protecção da natureza e do meio ambiente em geral. Estes textos são redigidos para públicos muito diversificados.

3.2.1.2.6. Textos publicitários.

Seleccionámos como “textos publicitários” o único suporte papel que faz publicidade ao **Turismo no Espaço Rural** em Portugal: o “GUIA OFICIAL do TER”, divulgado pela Direcção Geral do Turismo. É actualizado anualmente, contendo as moradas de todas as casas licenciadas pela Direcção Geral do Turismo, na prática do **Turismo no Espaço Rural**, em Portugal.

Estes textos têm como principal função a divulgação de uma imagem e venda de um produto turístico de alta gama, sendo destinado a um tipo de turistas muito particular.

3.2.1.3. Objectivos da base textual.

Nesta última década, a socioterminologia veio sublinhar a importância dos diferentes tipos de textos relativos a discursos de especialidade, produzidos por

sujeitos de enunciação pertencentes a grupos socioprofissionais específicos, em situações de comunicação ou de interacção comunicativa especializada.

Os fragmentos da base textual permitiram-nos analisar aspectos conceptuais e linguísticos associados à formação de um conceito e da primeira ou primeiras denominações; podemos observar e seguir os vários sinónimos e definições imprecisas resultantes destes processos.

Este conjunto de textos possibilitam a delimitação, a selecção de unidades terminológicas ou termos e a *“vérification de l’implantation des néonymes, c’est-à-dire suivre des phénomènes de terminologisation et leur implantation au niveau du système; ce phénomène peut être vérifié par la répétition et/ou la fréquence dans différents textes d’une certaine période”*²⁵.

Metodologicamente, a base textual permite-nos datar termos, e, através dos contextos definitórios e associativos, observar a relação entre a denominação e a definição estabilizada e/ou harmonizada, estudar coocorrentes variáveis e colocações fixas.

3.3. Dicionário de frequências.

Atendendo às vantagens da informatização do texto, optámos pela criação de uma **base textual**. Para esse efeito, recorremos à leitura óptica que nos permitiu a informatização relativamente rápida de grandes quantidades de textos.

²⁵ LINO, M^a T. (1996) - “Une base textuelle à l’Université Nouvelle de Lisbonne -Projet PORTEXT”, in Revue CUMFID, Nice, CNRS, INaLF, p.144.

Apesar do resultado da leitura óptica ter uma qualidade muito elevada, ele não é perfeito, sendo necessária uma fase de verificação e de correcção do texto. Esta etapa, embora lenta e morosa, é fundamental, na medida em que os erros introduzidos, no momento da leitura óptica, podem falsear os resultados.

Para que o corpus possa ser tratado de forma optimal pelo hipertexto, isto é, por um programa que permite o tratamento livre de grandes quantidades de texto, é necessário tomar decisões importantes. Exemplo disso, pode ser a decisão sobre o tratamento que deve ser dado ao hífen. Se tivermos em conta o hífen, as frequências das formas a considerar pelo hipertexto são mais reduzidas, uma vez que vai, por exemplo, considerar “*Agro-turismo*” uma forma; caso se ignore o hífen, o dicionário de frequências contará com duas formas em vez de uma: *agro* e *turismo*. Consequentemente, tem que existir uma perfeita coerência entre o corte sintagmático do texto e o agrupamento das formas que constituem um vocábulo.

Estes pressupostos constituem aquilo a que MÜLLER designa de “*norme lexicologique*”, sem a qual “*il n’y a pas de statistique lexicale*”²⁶.

Por dicionário de frequências entendemos a lista das formas que constituem o corpus acompanhado pela número de vezes que as formas ocorrem, isto é, a frequência. “*A frequência é um atributo positivo e concreto da palavra e faz parte da sua definição*”²⁷. Tal como refere MÜLLER, um dicionário de frequências permite a “*determinação das frequências e do valor dessas frequências não apenas de um texto ou de um corpus (frequência de “corpus”),*

²⁶ MÜLLER, C. (1977) - *Principes et méthodes de statistique lexicale*, Paris, Hachette, p.13.

²⁷ GUIRAUD, P. (1960) - *Problèmes et méthodes de la statistique linguistique*, Paris, PUF.

*mas sobretudo de um idioma ou de uma particularidade desse idioma (frequência de “língua”).*²⁸

O dicionário de frequências, efectuado pelo hipertexto, desempenha uma função fundamental na fase da extracção lexical e na abordagem dos resultados obtidos desta primeira etapa de análise do corpus.

Nas páginas que se seguem, apresentamos dois extracto do dicionário de frequências, constituído por formas não lematizadas.

3.3.1. Dicionário de frequências (um extracto): as frequências na globalidade do corpus.

²⁸ MÜLLER, C. (1977) - Principes et méthodes de statistique lexicale, Paris, Hachette, p.14.

Formas e frequências:

activa 5
activas 8
actividade 93
actividades 108
acto 3
actor 1
actores 11
actos 1
actuação 6
actuações 1
actuais 6
actual 15
agreste 1
agrícola 69
agrícolas 1
agrícolas 41
agricultor 1
agricultores 13
agricultura 27
agride 1
agro- 3
agro 2
agro-alimentar 1
agro-alimentares 2
agrobio 2
agro-florestal 1
agroflorestal 1
agroturismo 16
agro-turismo 50
agro-turística 1
agro-turísticas 1
agro-turísticos 1
agro-vinícola 1
aldeais 1
aldeamentos 1
aldeia 44
aldeia-museu 1
aldeias 11
aldraba 1
alojada 1
alojamento 93
alojamentos 19
alojar 4
alojarem 1

alongar-se 1
alpendrada 1
alpendre 3
alpendres 1
alpinismo 1
ambiciosa 1
ambiência 5
ambientais 3
ambiental 18
ambientalistas 1
ambiente 89
ambientes 2
âmbito 18
animação 44
antiga 40
antigas 29
antigo 19
antigos 6
arboricultura 2
arborização 2
arborizada 2
arbustiva 1
artistas 1
artística 1
artístico 8
artístico-cultural 1
artísticos 1
casa 475
casa-abrigo 1
casado 1
casal 8
casalinho 1
casamentos 2
casarão 1
casario 4
casas 234
casas-abrigo 4
casas-de-banho 1
cascais 3
cascata 2
caseiras 1
caseiro 3
caso 35
casos 27
casquinha 1
castanheira 1

castanheiros 3
 castelo 27
 castelos 2
 ciclo 2
 ciclos 1
 cicloturismo 2
 cidadão 3
 cidadãos 5
 cidade 39
 cidadela 2
 cidade-museu 1
 cidades 14
 ciências 1
 científica 1
 científicas 1
 científico 1
 científicos 1
 cima 3
 cimeiras 1
 cimo 1
 cinco 10
 cinegética 4
 cinegéticas 3
 cinegético 2
 cinquenta 1
 cintura 1
 cipreste 1
 circuito 1
 circuitos 13
 circulação 3
 comum 52
 comuna 1
 comunhão 2
 comunicação 23
 comunicações 4
 comunicada 2
 comunicar 2
 comunidade 7
 comunidades 7
 comunitária 3
 comunitário 3
 comunitários 1
 comuns 7
 eco 2
 ecologia 2
 ecológica 6
 ecológico 6
 ecológicos 4

ecologista 1
 eco-museu 4
 economia 11
 economias 2
 económica 16
 económicas 8
 económico 13
 económicos 2
 ecossistema 1
 ecossistemas 2
 ecoturismo 4
 ecu 15
 empreendimento 6
 empreendimentos 27
 emprega 1
 empregados 3
 emprego 5
 empregos 17
 empregue 1
 empresa 13
 empresários 2
 empresas 16
 esferas 1
 esforço 8
 esforços 3
 esgotou 1
 espace 1
 espacial 1
 espaço 131
 espaços 16
 espaçoso 1
 espada 2
 espana 1
 Espanha 8
 espanhóis 1
 espanhol 1
 espanhola 3
 especiais 3
 especial 12
 especialidades 1
 especialistas 7
 especializada 3
 especializadas 2
 especializado 2
 especializados 9
 especialmente 7
 espécies 11
 específica 2

específica 8
 especificações 1
 especificamente 1
 especificar 3
 especificarão 1
 específicas 5
 especificidade 1
 especificidades 4
 específico 7
 específicos 4
 explora 2
 exploração 51
 explorações 18
 explorada 1
 exploradas 3
 explorado 4
 exploradora 2
 exploradoras 1
 explorados 3
 explorar 5
 explosão 1
 exponencial 1
 exportação 1
 exposição 6
 expressa 2
 expressamente 2
 expressão 6
 expressas 2
 expressões 3
 fruta 3
 frutas 1
 frutícola 1
 fruticultura 4
 fruto 12
 frutos 3
 habita 2
 habitação 168
 habitacional 10
 habitações 4
 habitada 1
 habitadas 1
 habitante 1
 habitantes 13
 habitat 3
 habitats 3
 hábito 2
 hábitos 5
 habitual 2

hotéis 15
 hotel 6
 hotelaria 7
 hoteleira 6
 hoteleiras 2
 hoteleiro 5
 hoteleiros 10
 lavoura 10
 lavrado 1
 lazer 14
 lazer-turismo 1
 leader 110
 legais 7
 legal 6
 legalizar 1
 legalmente 1
 leião 1
 legiões 1
 legislação 17
 legislador 3
 legislar 2
 legislativos 1
 legítima 1
 legítimo 3
 legítimos 4
 lei 5
 oferece 17
 oferecer 11
 oferta 87
 operação 1
 operacionais 3
 operacional 6
 operacionalização 3
 operacionalizar 1
 operações 4
 operador 17
 operadores 62
 operados 1
 pastoreio 2
 pastorícia 1
 pastos 1
 patriarca 1
 patrimoniais 2
 patrimonial 3
 património 89
 produção 26
 produções 2
 produtivas 2

- produtividade 1
- produtivos 1
- produto 90
- produtor 1
- produtora 1
- produtoras 2
- produtores 8
- produtos 142
- produz 4
- qualidade 121
- qualidades 1
- qualificação 6
- qualificados 1
- qualificar 1
- qualificativo 1
- qualquer 23
- quando 49
- quantidade 1
- quantificar 1
- quanto 32
- quantos 1
- quarenta 1
- quartel 2
- quarto 239
- quartos 618
- reside 2
- residência 18
- residenciais 2
- residências 6
- residente 2
- residentes 2
- rua 1
- ruas 3
- rudeza 1
- ruídos 1
- ruínas 4
- ruiz 1
- rum 1
- rumo 1
- rurais 98
- rural 407

- ruralidade 7
- ruralizada 1
- rústica 36
- rústicas 24
- rusticidade 1
- rústico 9
- rústicos 3
- sazonais 1
- sazonal 3
- sazonalidade 1
- serviço 40
- serviços 73
- servidas 2
- servidor 1
- servidores 2
- servindo 3
- servir 4
- típica 26
- tipicamente 13
- típicas 2
- típico 6
- típicos 2
- tipificados 1
- tipo 54
- tipos 16
- turihab 32
- turismo 814
- turismos 2
- turista 18
- turistas 46
- turística 120
- turisticamente 2
- turísticas 20
- turístico 119
- turístico-cultural 6
- turísticos 128
- turnatur 3
- zona 96
- zonas 103

3.3.2. Dicionário de frequências (um extracto): frequência total e subfrequências²⁹.

	A	B	C	D	E	F	G
activa	3	0	0	0	0	1	2
activas	5	0	0	0	5	0	0
actividade	93	13	6	13	37	9	15
actividades	108	13	16	9	59	7	4
actor	1	0	0	0	1	0	0
actores	11	0	0	0	11	0	0
agrícola	69	8	1	3	0	56	1
agricolas	1	0	1	0	0	0	0
agrícolas	41	1	5	3	17	13	2
agricultor	1	0	0	0	1	0	0
agricultores	13	0	1	3	7	2	0
agricultura	27	1	4	7	12	1	2
agro	2	0	0	0	0	0	2
agro-	3	1	0	1	1	0	0
agro-alimentar	1	0	0	0	1	0	0
agro-alimentares	2	0	0	0	2	0	0
agro-florestal	1	0	0	0	0	1	0
agro-turismo	50	30	1	2	17	0	0
agro-turística	1	1	0	0	0	0	0
agro-turísticas	1	0	0	0	1	0	0
agro-turísticos	1	0	0	0	1	0	0
agro-vinícola	1	0	0	0	0	1	0
agrobio	2	0	2	0	0	0	0
agroflorestal	1	0	0	0	0	1	0
agroturismo	16	0	8	1	0	0	7
aldeamentos	1	0	0	0	0	0	1
aldeia	44	13	2	3	6	10	10
aldeias	11	2	0	0	5	0	4
aldraba	1	0	0	0	0	1	0
alojada	1	0	0	0	1	0	0
alojamento	93	10	3	3	34	4	39
alojamentos	19	0	4	1	10	0	4
alojar	4	1	3	0	0	0	0
alojarem	1	1	0	0	0	0	0
ambiência	5	0	0	0	0	5	0
ambientais	3	0	1	2	0	0	0
ambiental	18	0	12	3	2	1	0

²⁹ A coluna **A** corresponde à totalidade das frequências dos seis fragmentos de textos que constituem o *corpora*; a coluna **B** corresponde ao conjunto de textos jurídicos; a coluna **C** corresponde aos textos de vulgarização; a coluna **D** corresponde aos textos especializados; a coluna **E** corresponde aos textos normativos; a coluna **F** corresponde aos textos publicitários e, finalmente, a coluna **G** corresponde ao conjunto de textos semi-vulgarizados.

ambientalistas	1	0	0	1	0	0	0
ambiente	89	11	15	10	15	30	8
ambientes	2	0	1	1	0	0	0
animação	44	9	1	6	18	4	6
animador	4	0	0	0	4	0	0
animadores	3	0	0	0	3	0	0
antiga	40	0	0	3	3	32	2
antigas	29	5	2	0	2	8	12
antigo	19	0	0	1	0	18	0
antigos	6	0	2	0	2	2	0
antiguidade	1	0	0	0	0	0	1
apartamento	28	0	0	0	0	28	0
apartamentos	42	1	0	0	2	37	2
arboricultura	2	0	0	0	2	0	0
campesinas	1	0	0	0	0	0	1
campesino	2	0	0	0	0	1	1
campestre	3	0	0	1	0	2	0
campina	1	0	0	0	0	1	0
camping	2	0	0	0	0	0	2
campismo	12	5	4	0	1	0	2
campo	44	7	3	2	11	17	4
camponesa	1	0	0	0	1	0	0
camponeses	4	0	0	2	2	0	0
campos	9	1	0	0	2	4	2
casa	475	36	4	0	3	394	38
casa-abrigo	1	0	1	0	0	0	0
casado	1	0	0	0	0	1	0
casal	8	0	0	0	0	8	0
casalinho	1	0	0	0	0	1	0
casamentos	2	0	0	0	0	2	0
casarão	1	0	0	0	0	1	0
casario	4	0	0	2	0	2	0
casas	234	75	23	2	10	24	100
casas-abrigo	4	0	4	0	0	0	0
casas-de-banho	1	0	1	0	0	0	0
cultura	42	0	2	5	21	4	10
culturais	21	1	2	2	12	2	2
cultural	76	9	7	6	40	7	7
culturas	5	0	0	2	2	0	1
eco	2	0	0	0	1	0	1
eco-museu	4	0	0	0	4	0	0
ecologia	2	0	1	0	1	0	0
ecológica	6	0	4	1	1	0	0
ecológico	6	0	1	1	1	2	1
ecológicos	4	0	0	1	1	2	0
ecologista	1	0	1	0	0	0	0
economia	11	1	1	0	9	0	0
economias	2	0	0	1	1	0	0
económica	16	0	1	4	7	0	4
económicas	8	0	0	0	7	0	1
económico	13	1	1	4	6	0	1
econômicos	2	0	0	1	1	0	0
ecossistema	1	0	0	0	0	0	1
ecossistemas	2	0	2	0	0	0	0
ecoturismo	4	0	1	0	3	0	0

espaço	131	43	20	15	15	1	37
espaços	16	0	4	3	2	5	2
exploração	51	16	3	4	6	17	5
explorações	18	3	2	2	9	1	1
explorada	1	0	1	0	0	0	0
exploradas	3	1	0	1	0	0	1
explorado	4	2	1	0	0	0	1
exploradora	2	2	0	0	0	0	0
exploradoras	1	1	0	0	0	0	0
explorados	3	3	0	0	0	0	0
horta	2	0	0	0	0	2	0
horticultura	2	0	0	0	0	2	0
horto-frutícolas	1	0	0	1	0	0	0
hospedagem	23	16	2	0	0	0	5
hospedaria	2	0	2	0	0	0	0
hóspede	4	2	0	0	1	0	1
hospedeiro	1	0	0	0	1	0	0
hospedeiros	2	0	0	0	2	0	0
hóspedes	23	17	1	0	1	1	3
produção	26	0	0	0	10	16	0
produções	2	0	0	0	2	0	0
produtivas	2	0	0	2	0	0	0
produtividade	1	0	0	0	1	0	0
produtivos	1	0	0	1	0	0	0
produto	90	1	9	1	49	0	30
produtor	1	0	0	0	1	0	0
produtora	1	0	0	0	0	1	0
produtoras	2	0	0	0	2	0	0
produtores	8	0	1	0	7	0	0
produtos	142	5	11	2	118	0	6
própria	27	8	2	1	4	6	6
propriamente	4	0	1	0	2	0	1
próprias	12	5	1	1	1	2	2
propriedade	1	0	0	0	0	1	0
propriedade	48	10	1	0	0	37	0
propriedades	3	2	0	0	0	0	1
proprietárias	1	1	0	0	0	0	0
proprietário	11	5	0	0	0	0	6
proprietários	23	7	0	0	2	4	10
rurais	98	16	7	15	48	2	10
rural	407	84	30	70	117	41	65
ruralidade	7	0	1	3	2	1	0
ruralizada	1	0	0	0	1	0	0
rústica	36	1	0	0	0	29	6
rústicas	26	1	3	1	5	5	11
rusticidade	1	0	0	0	1	0	0
rústico	9	1	0	0	0	4	4
rústicos	1	0	0	0	0	1	0
típica	26	3	1	0	0	21	1
típicamente	13	0	0	0	0	12	1
típicas	2	0	0	0	0	2	0
típico	6	0	0	0	1	4	1
típicos	2	0	0	0	1	1	0
tipificados	1	0	0	0	0	0	1
tipo	54	1	7	6	20	2	18

tipos	16	1	0	1	11	0	3
turihab	32	0	3	0	0	0	29
turismo	814	191	103	73	203	4	240
turismos	2	0	1	0	0	0	1
turista	18	2	6	3	1	0	6
turistas	46	13	10	3	8	1	11
turística	120	6	11	5	72	8	18
turisticamente	2	0	0	1	0	0	1
turísticas	20	1	1	5	9	1	3
turístico	119	9	4	2	69	8	27
turístico-cultural	6	0	0	0	0	5	1
turísticos	128	6	4	3	90	8	17
turnatur	3	0	3	0	0	0	0
típica	26	3	1	0	0	21	1
típicamente	13	0	0	0	0	12	1
típicas	2	0	0	0	0	2	0
típico	6	0	0	0	1	4	1
típicos	2	0	0	0	1	1	0
tipificados	1	0	0	0	0	0	1
tipo	54	1	7	6	20	2	18
tipos	16	1	0	1	11	0	3
tradição	20	2	0	1	5	9	3
tradicionais	20	4	3	0	8	1	4
tradicional	40	3	0	3	5	20	9
tradições	14	3	0	2	1	3	5
verde	29	0	2	2	8	15	2
verdejante	2	0	0	0	0	2	0
verdejantes	4	0	0	0	0	4	0
verdes	5	0	0	0	0	5	0
visita	18	1	2	0	2	11	2
visitante	19	0	1	3	5	10	0
visitantes	35	2	3	5	21	3	1
visitar	6	0	1	0	3	2	0
visitarem	2	0	0	0	1	0	1
visitas	5	0	1	0	4	0	0
zona	96	15	10	22	29	14	6
zonas	103	21	17	29	26	8	2

O dicionário de frequências permite-nos observar, de forma exaustiva, no plano paradigmático, todas as formas que constituem o corpus.

Nesta fase do trabalho, optámos pela designação de forma, conceito que faz parte da estatística lexical.

O conceito de forma é mais vasto que o conceito de signo linguístico, segundo Saussure, uma vez que o hipertexto reconhece e hierarquiza os

vocábulos plenos, os vocábulos gramaticais, assim como os sinais de pontuação. Qualquer um destes vocábulos ou sinais são formas, *“arquétipo correspondente às ocorrências compostas estritamente pelos mesmos caracteres não delimitadores da ocorrência”*³⁰.

O primeiro extracto do dicionário de frequências que apresentámos corresponde à frequência total do corpus.

O segundo extracto do dicionário de frequências apresenta a forma não lematizada seguida da frequência total e das subfrequências relativas a cada fragmento do corpus, permitindo-nos comparar aspectos específicos do corpus. Por formas não lematizadas entendemos todas as formas ou lemas que não foram convertidas no masculino singular ou no infinitivo verbal.

Acedemos, deste modo, às formas descontextualizadas, acompanhadas do número de vezes que ocorrem na globalidade do corpus.

Estamos, assim, perante a noção de “frequência de corpus”. MÜLLER chama a atenção para a distinção entre “frequência de corpus” e “frequência de língua”: *“A distinção entre “frequência de corpus” e a “frequência de “langue”” tem como base a transposição, em estatística lexical, do esquema saussuriano “parole”/“langue”: se introduzirmos a distinção clássica entre língua e discurso,*

³⁰ SALEM, A. (1987) - Pratique des segments répétés. Essai de statistique textuelle, Paris, Klincksieck, p. 313.

entre a virtualidade e actualização, seremos levados a considerar todo o discurso como uma realização, como uma amostra do seu autor”³¹.

3.3.3. Coeficientes de correlação e riqueza lexical.

3.3.3.1. Coeficientes de correlação.

Uma vez que os fragmentos da base textual são de dimensões diferentes e obedecem a uma organização e sucessão lógica ou temporal, decidimos observar e comparar a importância de cada um, no âmbito deste corpus.

Assim, através do programa TRIPART do hipertexto estatístico HYPERBASE, estabelecemos os coeficientes de correlação (coeficiente de Bravais-Pearson), num limiar de 5%. Este cálculo de correlação para cada fragmento é apresentado no canto superior do **gráfico 1 (Accr. Chrono)**.

³¹ MÜLLER, C. (1977) - Principes et méthodes de statistique lexicale, Paris, Hachette, p.13.

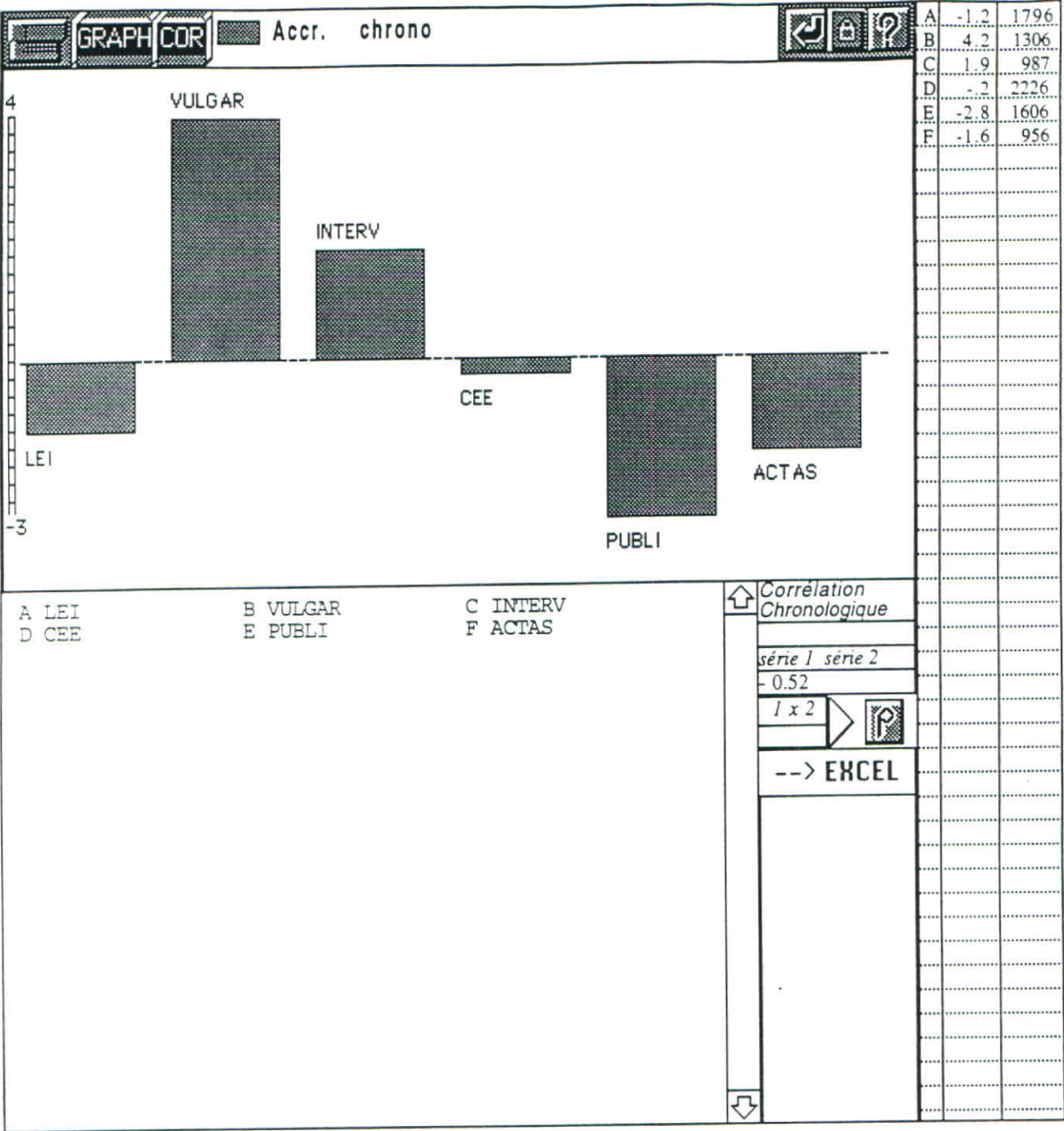


GRÁFICO 1

Efectuamos o mesmo cálculo de correlação nos vários fragmentos mas para os termos seguintes:

gráfico 2: turismo

gráfico 3: turismo no espaço rural

gráfico 4: turismo de habitação

gráfico 5: agroturismo

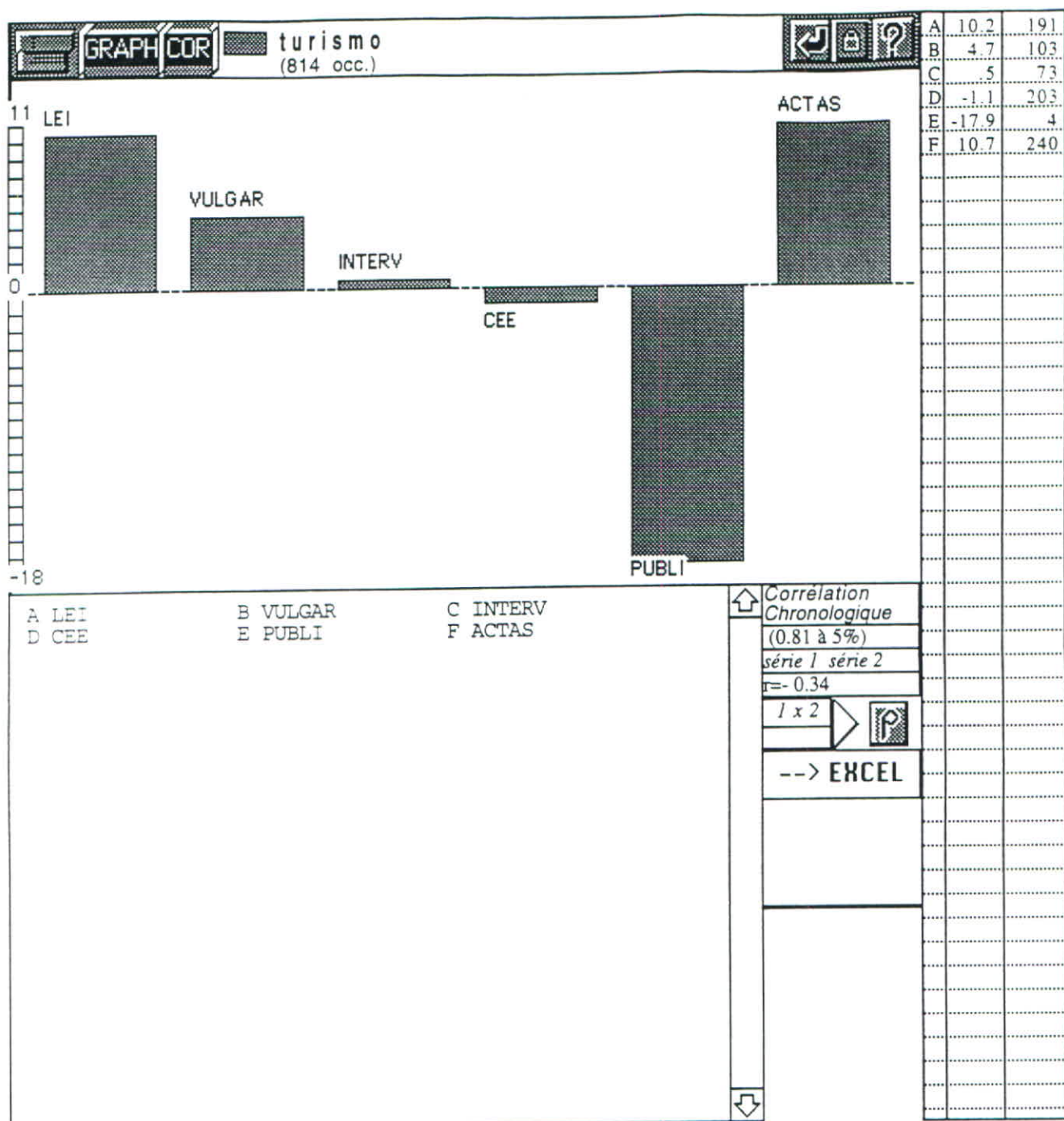


GRÁFICO 2

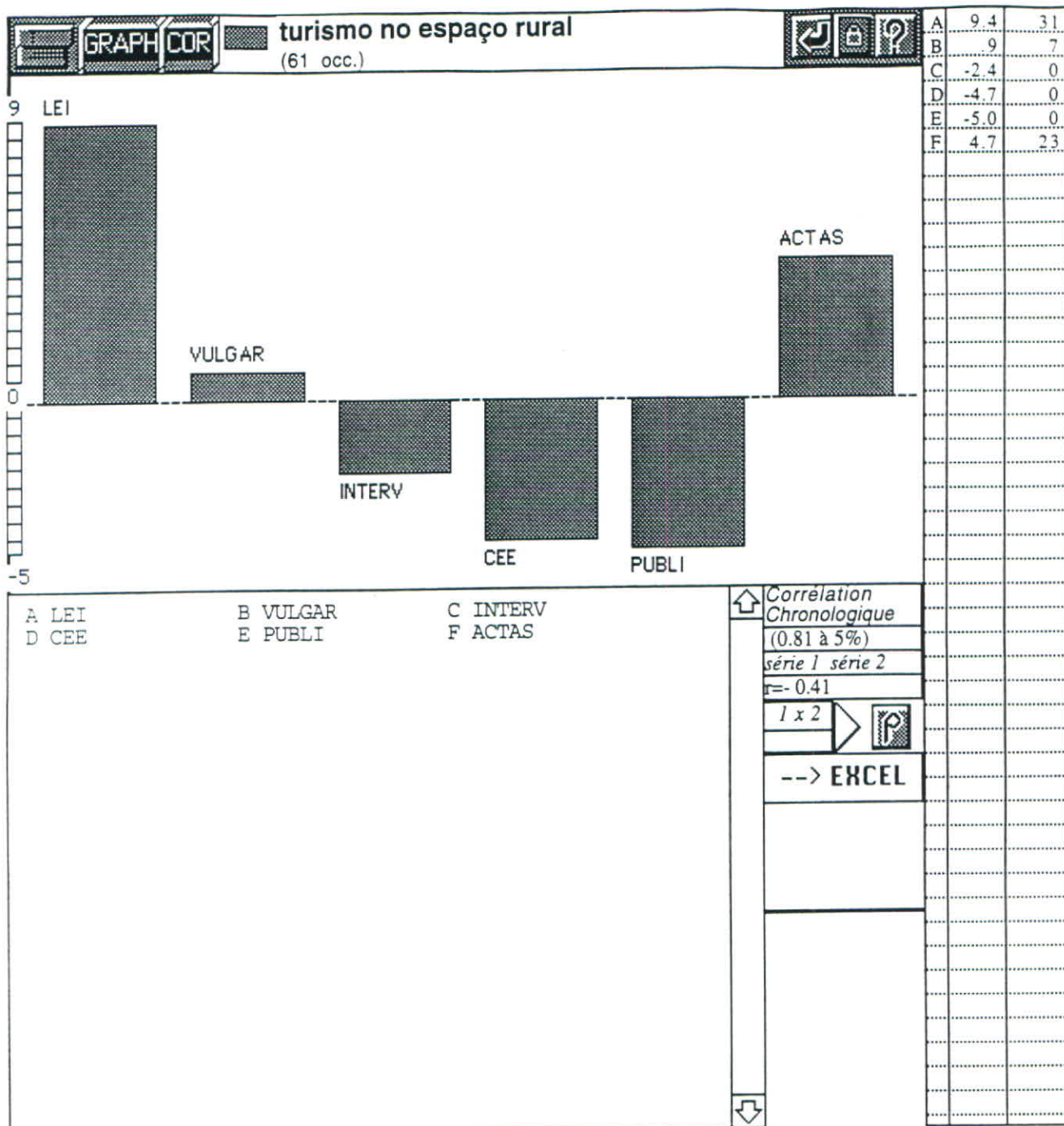


GRÁFICO 3

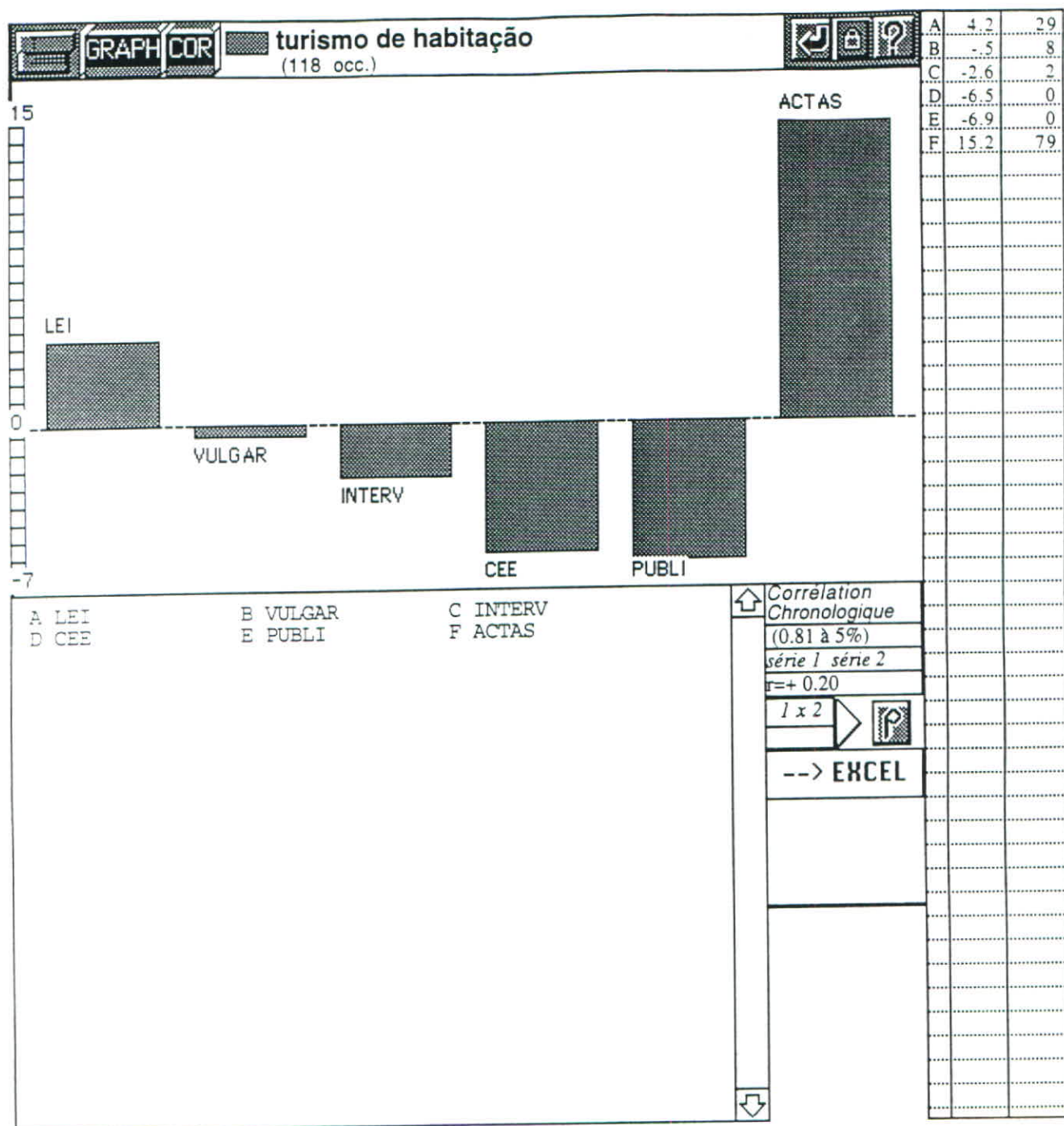


GRÁFICO 4

3.3.3.2. Riqueza lexical.

O programa de indexação de HYPERBASE, entre outras funções, constitui os quadros de distribuição de classes de frequências e de selecção de hapax. Este programa executa um cálculo, segundo a lei binomial (método de MÜLLER), medindo a riqueza lexical dos fragmentos do corpus de dimensões diferentes. Este cálculo é transformado em histograma que apresentamos no **gráfico 6** (*Richesse lexicale*).

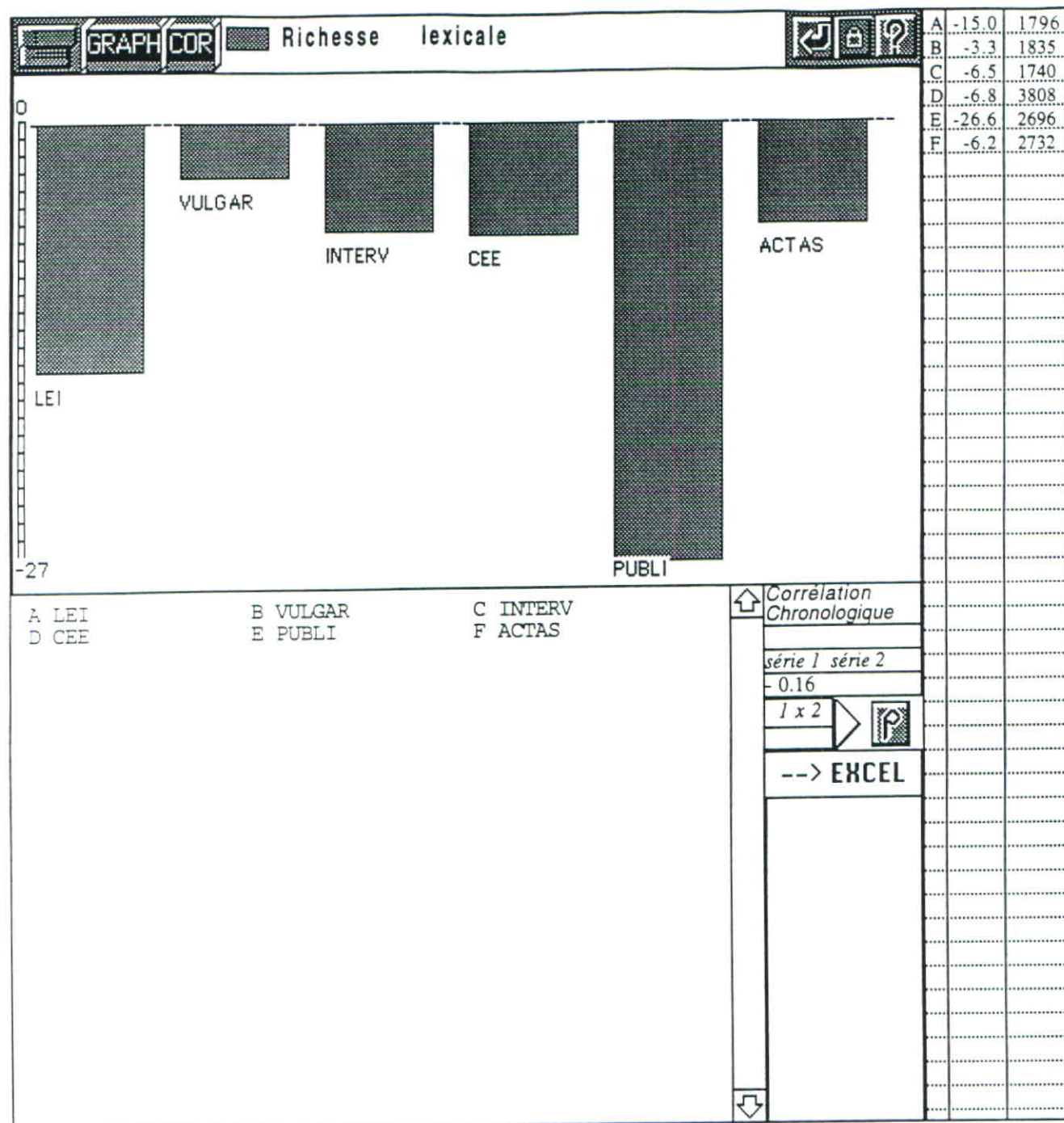


GRÁFICO 6

Numa segunda fase, interessou-nos observar e comparar os dois fragmentos do corpus mais significativos, isto é, as legislações de 1986 e 1997 **(gráfico 7)**.

Efectuámos, por isso, os mesmos cálculos, mas agora, só para os dois fragmentos no seu conjunto **(gráfico 8)** e para cada um dos termos: TURISMO NO ESPAÇO RURAL **(gráfico 9)**, e a título de exemplo TURISMO RURAL **(gráfico 10)**.

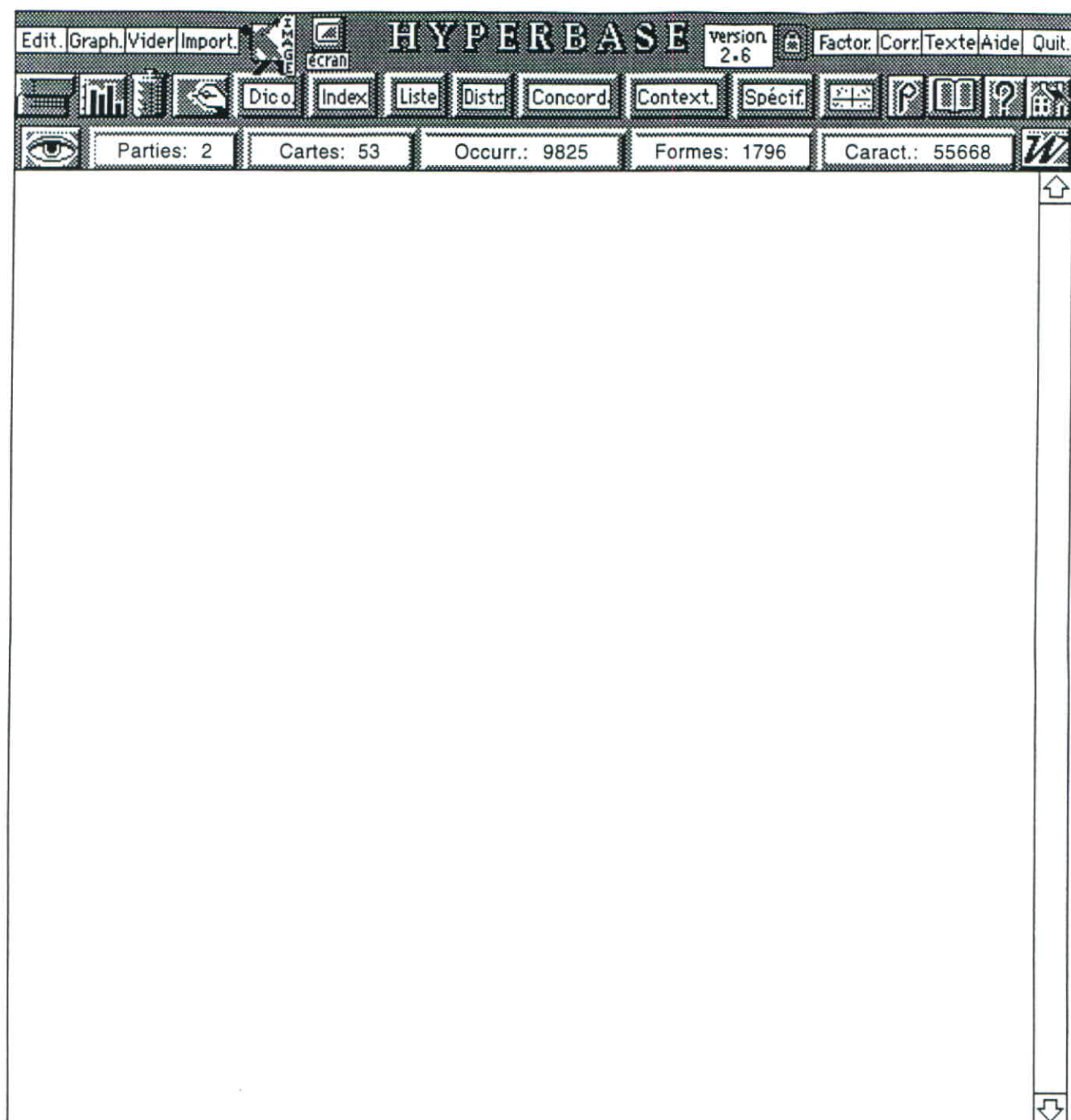


GRÁFICO 7

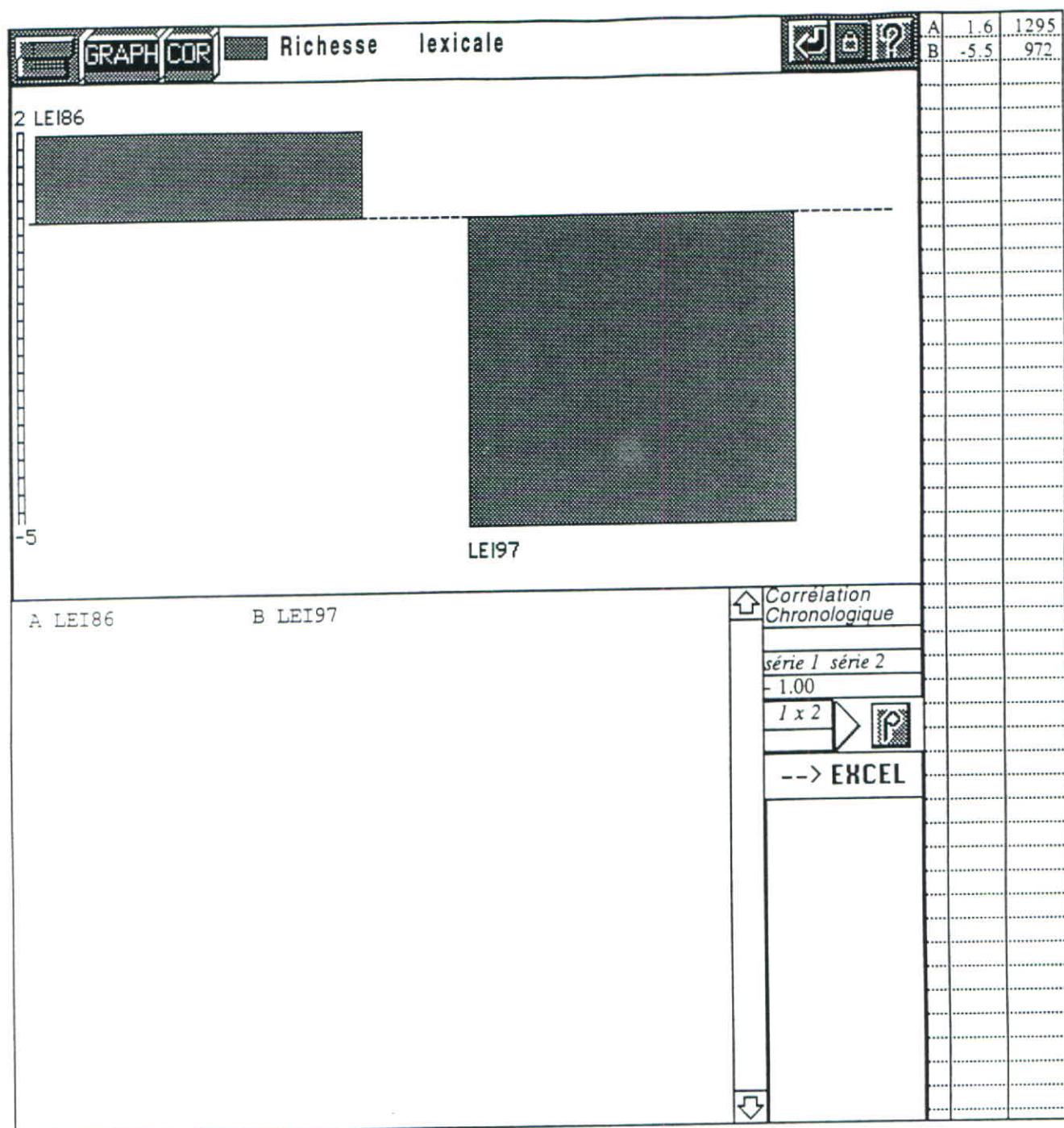


GRÁFICO 8

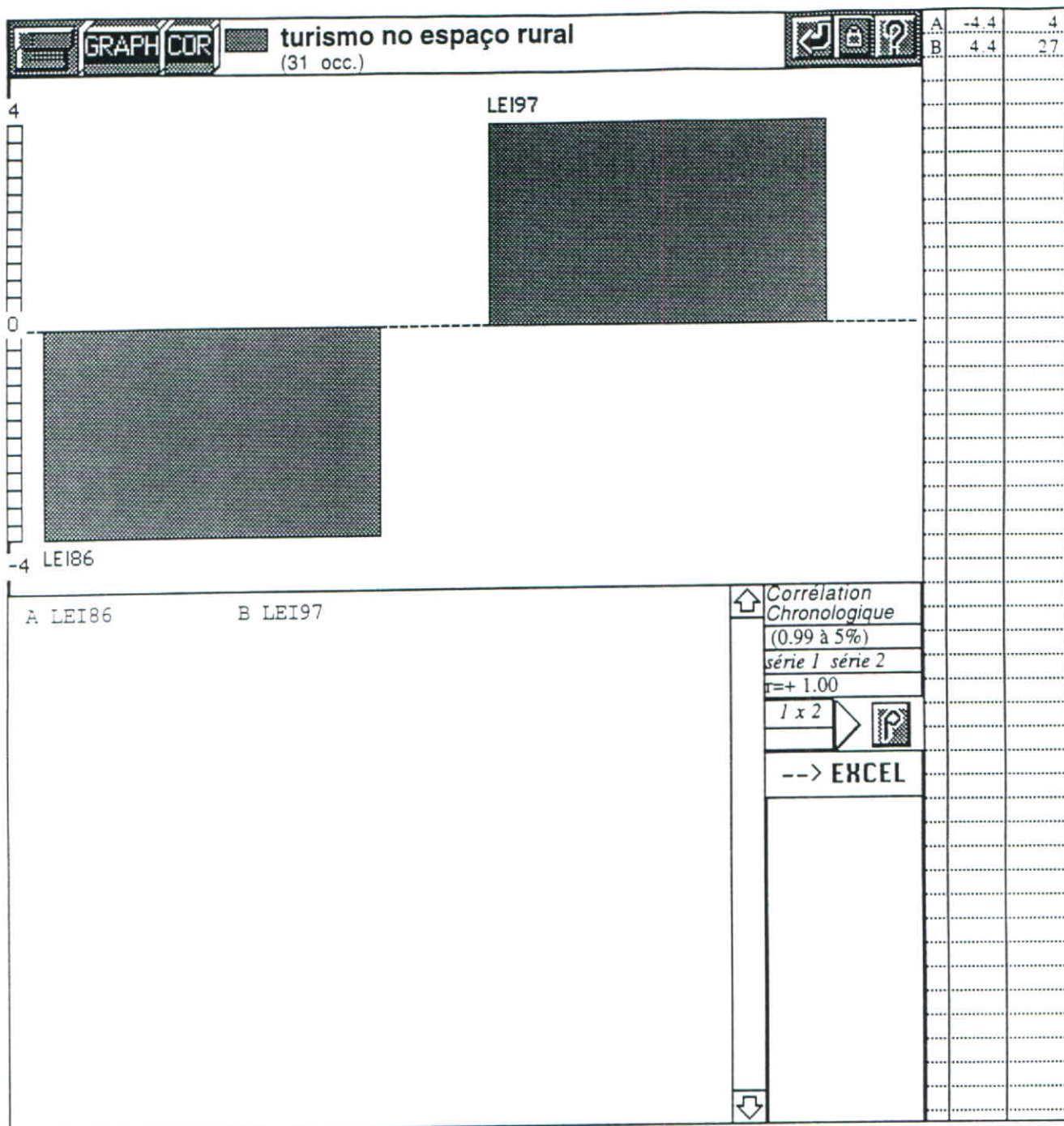


GRÁFICO 9

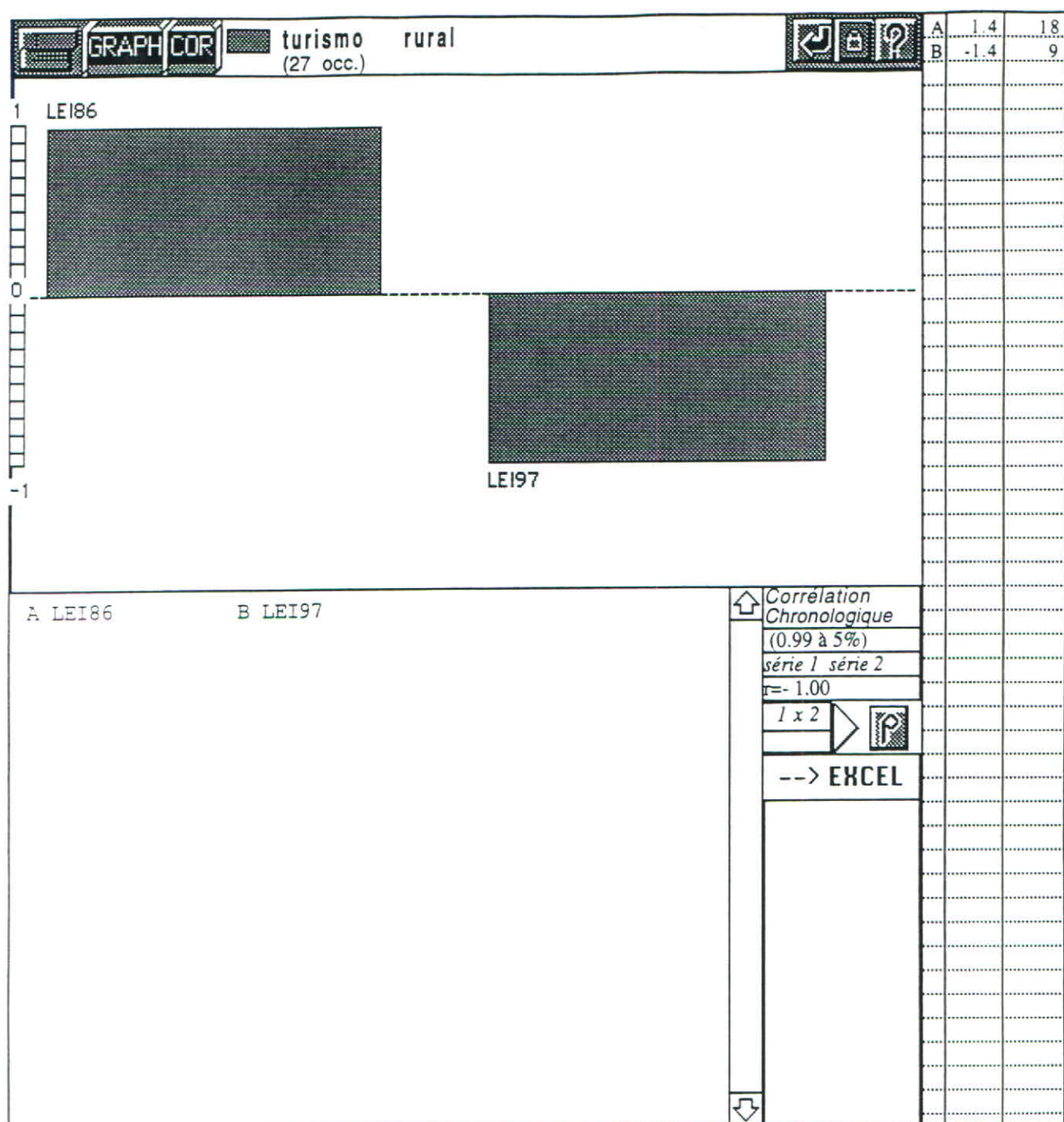


GRÁFICO 10

3.3.3.3. Hapax.

Um cálculo particular é aplicado aos hapax, isto é às formas de frequência 1; este método segue a lei normal; os desvios-padrão servem para ordenar o histograma do **gráfico 11 (Hapax)**.

Verificámos que os hapax têm uma frequência mais significativa nos fragmentos relativos aos textos de vulgarização e aos textos comunitários, por oposição aos fragmentos de textos legislativos e publicitários em que os hapax surgem com uma função menos importante.

3.4. Concordâncias.

Ter acesso às unidades lexicais fora do seu eixo sintagmático, permite-nos observar de forma mais neutra os elementos lexicais constitutivos do corpus, evitando assim que nos deixemos influenciar por qualquer elemento linguístico que se encontre numa vizinhança linguística mais ou menos distante da forma-pólo, isto é, da *“forma seleccionada para servir de base a uma reorganização pontual”*³².

Partindo do dicionário de frequências, optámos por fazer concordâncias de algumas formas-pólo, fazendo uso do conhecimento prévio que temos do domínio em análise. Seleccionámos algumas formas tais como *turismo* que ocorre 325 vezes e o formante *agro-* que ocorre 31 vezes. A concordância, isto é, a *“lista ordenada de termos extraídos de um texto e acompanhados da referência de cada ocorrência e de uma parte do contexto”*³³ permite-nos extrair as lexias complexas, unidades lexicais da língua constituída por palavras associadas.

3.4.1. Concordância de uma forma-pólo.

A apresentação da concordância pode ser feita, tendo em conta a ordem sequencial da forma-pólo, com contextos curtos à esquerda e à direita. Seleccionámos, como exemplo, a concordância da forma-pólo: **TURISMO**

³² SALEM, A. (1987) - Pratique des segments répétés. Essai de statistique textuelle, Paris, Klincksieck, p. 313.

³³ NORMALISATION FRANÇAISE, Norme Internationale ISO 1087 1990, AFNOR, Outubro 1990 (X03-003).

FORME: turismo

LE 6c a inscrição no registo de turismo de habitação , turismo rural
 LE 6c de §turismo de habitação , turismo rural ou agro-turismo será
 LE 6c , turismo rural ou agro-turismo será entregue certificado
 LE 6d pela Direcção-Geral do Turismo aptas para §
 LE 7a inscrição em turismo de habitação , turismo rural
 LE 7a em turismo de habitação , turismo rural ou agro-turismo , bem
 LE 7a , turismo rural ou agro-turismo , bem como os relativos à
 LE 7a ser financiados pelo §Fundo de Turismo , de harmonia com as
 LE 7b 1 - A inscrição nos registos de turismo de habitação , turismo §rural
 LE 7b de turismo de habitação , turismo §rural e agro-turismo pode
 LE 7b , turismo §rural e agro-turismo pode ser cancelada , a pedido
 LE 7b dirigida à Direcção-Geral §do Turismo com a antecedência mínima de
 LE 7c cancelada pelo director-geral do Turismo , por sua §iniciativa ou
 LE 8c aceites pela §DirecçãoGeral do Turismo , em edificação contígua ou
 LE 9a Art . 17 . § A Direcção-Geral do Turismo , em colaboração com os
 LE 9a os órgãos §locais e regionais de turismo e com as associações de
 LE 9a sobre o §alojamento em turismo de habitação , turismo rural
 LE 9a em turismo de habitação , turismo rural e agro-turismo . §Art .
 LE 14a de « turismo de habitação » , « turismo rural » e « agro-turismo »
 LE 14a , « turismo rural » e « agro-turismo » . §Decreto Regulamentar n .
 LE 14b preconizada no Plano Nacional de Turismo , à §publicação do Decreto-
 LE 14b adquirida , a disciplina do turismo §de habitação e se definem
 LE 14b e se definem novas formas de turismo no espaço rural . §A natureza
 LE 14d : §Artigo 1 . § - I - O « turismo de habitação » , o « turismo
 LE 14d O « turismo de habitação » , o « turismo rural » e o § « agro-turismo
 LE 14d o « turismo rural » e o § « agro-turismo » , definidos no Decreto-Lei
 LE 15a rural . §2 - O exercício do « turismo de habitação » pode revestir
 LE 15a a qualificação §especial§de « turismo de casas antigas » quando
 LE 15b antigas » pela DirecçãoGeral do Turismo (DGT) , ouvido o §Instituto
 LE 15c Cultural . §3 - As formas de turismo referidas no n . § 1
 LE 16a ainda inserir-se no regime de « turismo de habitação » §casas que ,
 LE 16b §praticada em casas de « turismo de habitação » vizinhas
 LE 16c ou insígnias próprias de « turismo de §habitação » , « turismo
 LE 16d « turismo de §habitação » , « turismo rural » e « agro-turismo » ,
 LE 18d dos fluxos reais e potenciais de turismo polarizados §pela região e da
 LE 19c turismo de habitação » e « agro-turismo » , não podendo , em qualquer
 LE 21a do « turismo rural » e do « agro-turismo » as casas §terão de
 LE 21d §Art . 8 . § A prática do « agro-turismo » deve ainda ser
 LE 29a turístico , conhecido por §turismo de habitação , turismo rural
 LE 29a por §turismo de habitação , turismo rural ou agro-turismo . §Com
 LE 33a declaração de interesse para o turismo para as §actividades de
 LE 33a se considerarem integradas no turismo §no espaço rural são
 LE 34d de aldeia§1 - Designa-se por turismo de aldeia o serviço de
 LE 35a . §2 - As casas afectas ao turismo de aldeia devem , pela sua
 LE 35b típica §local . §3 - O turismo de aldeia pode ser explorado
 LE 35c de cada empreendimento de turismo de aldeia deve ser §realizada
 LE 36a e funcionamento das casas de turismo no espaço rural§Artigo
 LE 36b o efeito pela Direcção-Geral do Turismo , §após consulta , para
 LE 36c autorização da Direcção-Geral do Turismo . §Artigo 12 . §§Nome§1 - O
 LE 36c . §§Nome§1 - O nome das casas de turismo de habitação , de turismo
 LE 36c de turismo de habitação , de turismo rural , de agro-§turismo ,
 VU 60c §Esperemos que não o esqueça . §TURISMO NO ESPAÇO RURAL§Há quem diga
 VU 60d recordações . §Esta forma de turismo , caracterizada
 VU 61a usos e costumes Para praticar o turismo rural , o turismo §de
 VU 61a praticar o turismo rural , o turismo §de habitação e o agroturismo
 VU 61a inscritas na Direcção §Geral de Turismo , apresentando , junto à
 VU 61b o logotipo da Direcção Geral do Turismo . §Três vertentes de um
 VU 61b Turismo . §Três vertentes de um turismo . §Designa-se por Turismo
 VU 64d de como é possível §conciliar turismo com património natural e
 VU 66b na região e ligada à §prática do turismo da natureza) e o II Encontro
 VU 66b) e o II Encontro sobre o Turismo da Natureza §são alguns
 VU 66b como referência . §O " Turismo de Natureza " vai ser
 VU 66c a imagem de marca da Região §de Turismo de São Mamede (RTSM) , que
 VU 66c modelo para a prática de agro-turismo e que laboram de forma
 VU 67a para o Desenvolvimento e Turismo do §Norte do Alentejo , "

VU 66b como referência . O " Turismo de Natureza " vai ser
 VU 66c a imagem de marca da Região de Turismo de São Mamede (RTSM) , que
 VU 66c modelo para a prática de agro-turismo e que laboram de forma
 VU 67a para o Desenvolvimento e Turismo do Norte do Alentejo ,
 VU 67b para quem pretende fazer turismo de qualidade contactando em
 VU 68a da Figueirinha , Silves . TURISMO AMBIENTAL UM NEGÓCIO PASSAR
 VU 68b ALGUMAS DAS NOVAS VERTENTES DO TURISMO . REDESCOBRIR A NATUREZA E AS
 VU 69d esta cooperativa pioneira do turismo que também aposta na
 VU 70c , florestal e cinegética e o turismo rural . A Tapada Nacional de
 VU 70c é um local privilegiado para o turismo de natureza . Como salientou
 IN 96a e decoração de qualidade ; a do turismo rural , que incidirá no
 IN 96b suas imediações ; e a do agro-turismo , a decorrer em explorações
 IN 97b Uma experiência bem sucedida de turismo rural está a ser levada a
 IN 99d Os estímulos à implantação do turismo rural ou ao lançamento do
 IN 124c algumas das vantagens que o Turismo em Espaço Rural poderá ter
 IN 125a e iniciativas . . A expansão do Turismo em Espaço Rural toma-se no
 IN 125b distinguir de forma clara o turismo puramente rural de outras
 IN 125b rural de outras formas de turismo . Na verdade , o conceito de
 IN 125b . Na verdade , o conceito de Turismo em Espaço Rural , apare
 IN 125c estreita a outras formas de turismo que têm assumido real
 IN 125c têm assumido real importância - Turismo Verde , Turismo Ecológico ,
 IN 125c importância - Turismo Verde , Turismo Ecológico , Turismo Cultural
 IN 125c Verde , Turismo Ecológico , Turismo Cultural , Turismo da
 IN 125c Ecológico , Turismo Cultural , Turismo da Natureza , etc . - e cuja
 IN 126b classificados como Turismo em Espaço Rural nas suas
 IN 126b Rural nas suas vertentes - Turismo Rural , Agroturismo e Turismo
 IN 126c - Turismo Rural , Agroturismo e Turismo de Habitação - demonstram-no
 IN 126d maior importância nas casas de Turismo de Habitação , algumas de
 IN 127a próximo , na dinamização do Turismo de interior em Portugal , já
 IN 129a no extremo de pensar que o Turismo é o futuro do mundo Rural .
 IN 129a enganoso e contraproducente . O Turismo terá no Mundo Rural um
 CE 131a os progressos registados pelo turismo rural , um pouco por toda a
 CE 132a organização e as prestações do turismo rural sofrem de fraquezas
 CE 132c , tudo aquilo que a expressão " turismo rural " pode abranger . Mesmo
 CE 132d . Reduzido aqui ao agro-turismo (acolhimento turístico nas
 CE 133a na maior parte dos casos o turismo verde , tranquilo ,
 CE 133a grandes cadeias hoteleiras , o turismo rural existe , desenvolve-se
 CE 133a agrada , porque se distingue do turismo " industrial " e do turismo
 CE 133b do turismo " industrial " e do turismo " de estação " . Uma
 CE 133b Uma característica comum : é um turismo local , um turismo de
 CE 133b comum : é um turismo local , um turismo " de território " , desejado
 CE 133b pelos próprios residentes " , um turismo de encontro , um turismo de
 CE 133b " , um turismo de encontro , um turismo de partilha . Este turismo
 CE 133b um turismo de partilha . Este turismo é local a cinco níveis . É :
 CE 134d . Os rurais melhor sucedidos no turismo são aqueles que mais se
 CE 135b e grandes investidores . O turismo rural é um turismo de
 CE 135b . O turismo rural é um turismo de pequenas e médias empresas
 CE 135b pequenas e médias empresas , um turismo onde o homem constitui o
 CE 135c enraizados , imaginamos mal um turismo rural organizado por grandes
 CE 135c escapam então ao conceito de turismo rural e dirigem-se a outras
 CE 135d Center Park " representa mais o turismo tropical de proximidade do
 CE 135d tropical de proximidade do que o turismo rural . Coloca-se aqui um
 CE 136a crítica o turismo rural por ser disperso ,
 CE 136b características importantes do turismo rural . São a sua assinatura
 CE 137a contradição que se desenvolve o turismo rural . É esta a contradição
 CE 137c do campo . Henri Groilleau O turismo , uma oportunidade para as
 CE 176, pretende desenvolver o turismo . Os seus trunfos ? Uma
 CE 232b para desenvolver um turismo original e diversificado .
 CE 232c . As acções a favor do turismo previstas no quadro do LEADER
 CE 236a LEADER , a comercialização do turismo é ainda o outro grande
 CE 236d à promoção internacional do turismo no Alentejo Centro , deve
 CE 237a de caça , de equitação ... O turismo em West Cork : dinamizar um
 CE 237b . Consciente de que o turismo é a sua actividade " natural
 PU 271a e arte - a descoberta do turismo cultural da Região . 16
 PU 272b para diversos itinerários de turismo ambiental e ecológico . 16
 AC 375a anos a penetração no mundo do Turismo e sobretudo do Trade ,
 AC 375b . Promovemos o Produto : TURISMO DE HABITAÇÃO e não as casas
 AC 377a , ao Server da TURIHAB . O TURISMO DE HABITAÇÃO não é um Turismo
 AC 377a O TURISMO DE HABITAÇÃO não é um Turismo de passagem . Na sua génese

AC 377b | §mais rentável para as casas . O Turismo tem que ser rentável . O
 AC 378b | profissionalismo . §Fazer Turismo obedece a regras que
 AC 378b | , são indispensáveis em (Turismo) . A §TURIHAB tem
 AC 378c | interprete o espírito genuíno do TURISMO DE HABITAÇÃO . Abrir §as
 AC 378d | HABITAÇÃO . Abrir §as portas ao Turismo , oferecendo a possibilidade
 AC 379a | prática e defesa da qualidade de TURISMO §DE HABITAÇÃO . O TURISMO DE
 AC 379a | de TURISMO §DE HABITAÇÃO . O TURISMO DE HABITAÇÃO assume se , cada
 AC 379b | e prática desta modalidade de turismo , §isto é , o Turismo de
 AC 379b | de turismo , §isto é , o Turismo de Habitação é mais
 AC 379b | tipo de alojamento . Assim , o Turismo de Habitação §poderá
 AC 379c | . Preocupados com a §evolução do Turismo de Habitação , pensamos que
 AC 380c | nas admissões e prática do Turismo , alargar-se ao §âmbito
 AC 381a | , lançando definitivamente o TURISMO DE HABITAÇÃO com a §mesma
 AC 437c | , muitas vezes §abandonadas . O Turismo de Habitação veio reconstruir
 AC 438a | , quem melhor do §que o Turismo de Habitação para reflectir
 AC 438a | este estado de alma ? O Turismo §de Habitação é , assim , uma
 AC 438c | verificamos é §que sob a capa do Turismo de Habitação estão em
 AC 442a | a todas as casas que fazem turismo , mas sim , §utilizar uma
 AC 442c | representam a consolidação do Turismo §de Habitação e ainda que o
 AC 442c | nacional nesta §modalidade de turismo . O Turismo de Habitação
 AC 442c | nesta §modalidade de turismo . O Turismo de Habitação transformar se à

Podemos ainda pedir as concordâncias das formas-pólo com os coocorrentes organizados por ordem alfabética, à esquerda e/ou à direita. Este tipo de concordâncias permite-nos analisar colocações, muito em especial, no âmbito da formação de lexias complexas. Sublinhamos a importância destas colocações que atribuem valores neológicos ao elemento-base ao qual se juntam.

3.4.2. Concordância : coocorrentes à direita.

Seleccionámos, como exemplo, a concordância da forma-pólo **TURISMO** com os coocorrentes a direita (observação de colocações e de processos neológicos):

Forme: turismo

VU 80b| forma responsável e séria , o turismo alternativo , não pode levar
VU 84a| ¶ainda é que se promove hoje o turismo alternativo como há trinta
VU 79b| nesta matéria . E no Sul que o turismo alternativo encontra a sua
VU 80a| o mercado do turismo alternativo o código do resto
VU 82c| para voltar à ¶Terra . Dai que turismo alternativo se possa definir
VU 56b| ¶protegidas podem retirar do turismo ambiental , desde que
VU 81b| vinte por cento que optam pelo ¶turismo ambiental , fazer férias num
VU 55a| A noção de ecoturismo ou turismo ambiental desenvolveu-se
PU 272b| para diversos itinerários de turismo ambiental e ecológico . ¶6
VU 55b| , não é nada aconselhável que o turismo ambiental e o turismo em
VU 55b| vez que , na sua opinião , " o turismo ambiental e o ¶turismo em
VU 57c| Ecologia do Curso de Técnico de Turismo Ambiental e Rural ,
VU 77b| , banalizados nas expressões turismo cultural , verde , suave ,
CE 218b| a divulgação destes produtos de turismo cultural . 2 Uma ¶metodologia
CE 228a| da rede ¶mediterrânica de turismo cultural . A organização da
CE 176c| ¶centrado nos produtos de turismo cultural . Esta orientação é
CE 228b| deverá ser uma empresa de turismo cultural com um objectivo
CE 221d| criar uma rede ¶mediterrânica de turismo cultural entre zonas LEADER .
CE 222d| comercialização ¶de estadias de turismo cultural entre zonas rurais
CE 222b| desenvolver uma rede de ¶turismo cultural especializada em
CE 177a| a maioria das zonas LEADER , o turismo cultural não ¶é mais do que
CE 215d| na ¶sensibilidade actual para um turismo cultural virado para a
VU 66b| na região e ligada à ¶prática do turismo da natureza) e o II Encontro
IN 125c| Ecológico , Turismo ¶Cultural , Turismo da Natureza , etc . - e cuja
VU 73a| prefere aliar a aventura ao turismo da natureza . A Turnatur é
VU 58a| aqui a ¶essência do verdadeiro turismo da natureza ou alternativo .
VU 66b|) e o II Encontro sobre o Turismo da Natureza ¶são alguns
AC 409a| erudita ou rústica . Era o Turismo de Habitação . A legislação
AC 392a| definição do que se entendeu por Turismo de Habitação : Forma de
AC 419a| bem do Turismo de Habitação . Do Turismo de Solares . Disse .
LE 37a| » , « agro-turismo » , « turismo de aldeia » , « casas de
AC 421d| , Quintas e Casas Rústicas) , Turismo de Aldeia (Casas de Aldeia)
LE 41a| o ¶dono da casa ou , no caso de turismo de aldeia , a respectiva
LE 30a| regime os hotéis rurais , o turismo de aldeia , as casas de campo
LE 36d| , dos empreendimentos de turismo de aldeia , bem como das
LE 41c| - No caso dos empreendimentos de turismo de aldeia , deve existir um
AC 421c| a proposta da criação do Turismo de Aldeia , englobando
AC 429a| HABITAÇÃO E EMPREENDIMENTOS DE ¶TURISMO DE ALDEIA . O TURISMO DE
LE 32b| rural ; ¶c) Agro-turismo ; ¶d) Turismo de aldeia ; ¶e) Casas de
LE 35c| de cada empreendimento de turismo de aldeia deve ser ¶realizada
LE 35a| . ¶2 - As casas afectas ao turismo de aldeia devem , pela sua
LE 39b| dos empreendimentos de ¶turismo de aldeia o disposto no
LE 34d| de aldeia¶1 - Designa-se por turismo de aldeia o serviço de
LE 35b| típica ¶local . ¶3 - O turismo de aldeia pode ser explorado
LE 34d| ¶2 do artigo 6 . "¶Artigo 9 . "¶Turismo de aldeia¶1 - Designa-se por
CE 178a| ¶são uma componente essencial do turismo de aventura , mas os
CE 177c| de mercado ¶muito fraco . O turismo de aventura Paralelamente aos
VU 84c| anos . O exemplo máximo é o turismo de aventura ... O que está em
LE 15a| a qualificação ¶especial¶de « turismo de casas antigas » quando
VU 61d| a qualificação especial de Turismo de Casas ¶Antigas quando
CE 133b| pelos próprios residentes " , um turismo de encontro , um ¶turismo de
VU 63b| . " No caso específico do Turismo de Habita ; o , actividade
LE 4c| ¶o uso das designações « turismo de habitação » , « turismo
LE 14a| Define novas formas de « turismo de habitação » , « turismo
LE 37a| , além do nome , a designação « turismo de habitação » , « turismo
LE 14d| : ¶Artigo 1 . " - I - O « turismo de habitação » , o « turismo
LE 1a| rural , revestindo a forma de « turismo de habitação » , ¶ « turismo

AC 418c| englobando todas as zonas de Turismo de Habitação " . Não
 LE 20a| sanitário completo . §5-Em « turismo de habitação » deverá existir
 LE 19c| principal quanto às casas de § « turismo de habitação » e « agro-
 LE 15a| rural . §2 - O exercício do « turismo de habitação » pode revestir
 LE 16d| : do símbolo de « turismo de habitação » poderá haver
 LE 7b| 1 - A inscrição nos registos de turismo de habitação , turismo §rural
 AC 396c| §a realização das 1 Jornadas do Turismo de Habitação . As conclusões
 AC 419a| pedido à TURIHAB . Para bem do Turismo de Habitação . Do Turismo de
 LE 2d| ainda para precisar o âmbito do §turismo de habitação em função da
 AC 397b| a sua autenticidade . 4 - O §Turismo de Habitação está
 AC 438c| verificamos é §que sob a capa do Turismo de Habitação estão em
 AC 393b|) . Depois , o programa do §Turismo de Habitação estendeu-se às
 AC 397b| §envolvidas . 5 - A recepção em Turismo de Habitação não pode
 IN 107c| turismo rural e o §incremento do turismo de habitação nas áreas rurais
 LE 1b| turismo rural e o incremento §do turismo de habitação nas zonas rurais
 AC 400b| Lima . 2 - O desenvolvimento §do Turismo de Habitação no Vale do Lima
 IN 95c| e recreio §impostas pelo chamado turismo de massa . Quando , por essa
 VU 55a| aos efeitos dos desvios do turismo de massa e ao impacte da vaga
 CE 225b| mais caro do que os produtos do turismo de massas (cerca de 600
 CE 159b| . Mesmo sendo §real a crise do turismo de massas (dificuldades dos
 CE 156c| um sector em crescimento , o turismo de massas defronta-se
 CE 159d| os antigos . A crise do turismo de massas demonstra
 AC 401b| viável e não destruidora ao Turismo de massas e as §grandes
 CE 171b| correntes do §sector : " turismo de natureza " - " turismo
 VU 66b| como referência . §O " Turismo de Natureza " vai ser
 CE 180d| §turísticos especializados em turismo de natureza . A propósito ,
 VU 70c| é §um local privilegiado para o turismo de natureza . Como salientou
 VU 72d| aventura é outra vertente do turismo de natureza . Descer rios §
 CE 198c| papéis do GAL na promoção de um §turismo de qualidade . Actores locais
 CE 192b| raro e caro . Promover um turismo de qualidade §nas zonas
 AC 410c| criando a imagem de " turismo de Solares " , constituindo-
 AC 418b| . Chamêmos-lhe § - um " TURISMO DE SOLARES " . Saibamos
 AC 409b| " Solares " ao projecto . §8 - TURISMO DE SOLARES§Assumimos esta
 CE 171b| : " turismo de natureza " - " turismo desportivo " - " percursos
 VU 54c| . §Em relação ao chamado " turismo ecológico " , sabe-se que
 IN 125c| importância - Turismo Verde , Turismo Ecológico , Turismo §Cultural
 CE 205c| de destinos de excelência do turismo em espaço rural " . A este
 VU 81c| , e mais §propriamente ainda o turismo em espaço rural , é a aliança
 VU 82b| , a verdade é que , quer o turismo em espaço rural , quer §as
 CE 140a| , faz-se a distinção entre turismo em espaço rural , turismo
 VU 81c| feliz . " Quando se diz que o turismo em espaço rural , §em
 CE 194b| como destinos de excelência do §turismo em espaço rural . Nesta
 IN 122d| : §i) Se do ponto de vista do Turismo em Espaço Rural ; §ii) Se do
 VU 82b| turismo em §espaço rural . O turismo em espaço rural desenvolveu-
 IN 130a| pessoalmente que através do Turismo em Espaço Rural e sobretudo
 IN 124b| entanto , o desenvolvimento do §Turismo em Espaço Rural passa
 IN 124c| algumas das §vantagens que o Turismo em Espaço Rural poderá ter
 CE 169c| para passeios terrestres ou turismo equestre , por exemplo . Este
 CE 163d| tipo seminários de §empresas ou turismo escolar . Os produtos a preço
 LE 4b| §Art . 5 . " A Direcção-Geral do Turismo manterá um registo nacional
 VU 80c| , porque de facto , o turismo massificado continua a
 VU 80b| os problemas §relativos ao turismo massificado e , ao mesmo
 VU 79c| que nós §caracterizamos como turismo massificado têm crescido e
 VU 59a| da Natureza (LCN) " o turismo nas áreas protegidas §não
 VU 60c| feita uma Carta Europeia para o Turismo nas áreas §financiada pela
 AC 394d| §não é só a Europa que promove o Turismo nas suas zonas rurais . A
 CE 179d| §de observação da natureza G > u turismo naturalista . Para ser bem
 AC 406b| na §designação global de " Turismo no Espaço Rural " e que
 VU 85c| . A §Associação Nacional do Turismo no Espaço Rural (ANTER , com
 AC 406a| e se definam novas formas §de Turismo no Espaço Rural) , vai ser

LE 38a | onde se desenvolva o turismo no espaço rural , bem como o
 LE 43b | e o serviço das casas de turismo no espaço rural , bem como
 AC 417c | estratégias . A designação de Turismo no Espaço Rural , com as suas
 AC 414d | ; 17 - Para a boa qualidade do Turismo no Espaço rural , considera-
 AC 415a | formas de alojamento de Turismo no Espaço Rural , considera-
 AC 415c |) , como região , em prol do Turismo no Espaço Rural , em intima
 AC 373b | com o objectivo de promover o Turismo no Espaço Rural , garantindo
 LE 1a | das virias formas de turismo no espaço rural , revestindo
 AC 413b | vêm as cores do arco-íris . Turismo no Espaço Rural , uma
 LE 29b | a desenvolver no âmbito do turismo no espaço rural , por forma
 AC 414c | o desenvolvimento harmonioso do Turismo no Espaço Rural , reconhece-
 AC 409b | do Congresso Internacional do Turismo no Espaço Rural . Dizíamos ,
 VU 85a | nas variantes de Agroturismo e Turismo no Espaço Rural . Enquanto as
 AC 413a | . Aqui se gerou o fermento do Turismo no Espaço Rural . Este
 LE 41c | e regulamentares aplicáveis ao turismo no espaço rural . 12 - No
 LE 14b | e se definem novas formas de turismo no espaço rural . A natureza
 LE 32b | . 12 - Integram-se ainda no turismo no espaço rural as
 AC 413c | , 1 - Considerando que o Turismo no Espaço Rural assume cada
 VU 85b | das categorias Agroturismo e Turismo no Espaço Rural caracterizam-
 AC 417d | de Habitação , Agro Turismo e Turismo Rural , Hotel Rural , etc . ,
 IN 106c | . Encontro nacional sobre turismo rural , Lisboa . Conferência
 IN 94d | têm implantação urbana . O turismo rural , no entanto , como
 VU 61a | usos e costumes Para praticar o turismo rural , o turismo de
 CE 141c | a grande maioria dos adeptos do turismo rural , oriundos
 CE 141a | ser integradas no conceito de turismo rural . O que distingue
 CE 144a | a promoção do turismo rural . Preocupação que
 CE 136b | características importantes do turismo rural . São a sua assinatura
 CE 226c | rural (' E se vendesse-mos o turismo rural aos rurais ? ') As
 IN 94b | sentido amplo , se considerar o turismo rural como toda a actividade
 CE 158c | ponto de vista : as receitas do turismo rural correspondem a 10% do
 CE 141c | adoptada no presente artigo . Turismo rural e desenvolvimento
 CE 214c | de diferentes publicações . Turismo rural e desenvolvimento
 CE 135c | escapam então ao conceito de turismo rural e dirigem-se a outras
 LE 1b | outras medidas , o fomento do turismo rural e o incremento do
 IN 110c | os estímulos à implantação do turismo rural ou ao lançamento do
 CE 142a | explicam esta evolução : 1 - o turismo rural permite satisfazer a
 CE 144b | zonas rurais . Nesta óptica , o turismo rural permite nomeadamente
 CE 147d | relativamente modestos , o turismo rural pode desempenhar - e
 CE 140c | da oferta . Falar-se-á de turismo rural quando a cultura rural
 CE 145d | são as condições para que o turismo rural seja um factor real de
 CE 132a | organização e as prestações do turismo rural sofrem de fraquezas
 VU 64c | de Habitação , das quintas do Turismo Rural ou das casas agrícolas
 CE 176b | segmentos do mercado que o turismo rural pode hoje cobrir ? Que
 IN 93c | . Quando bem conduzido , o turismo rural responde
 AC 401a | : 1 - Turismo de Habitação 1 - Turismo Rural 1 - Aluguer de Casas e
 LE 33d | de exploração . Artigo 7 . "Turismo rural" 1 - Designa-se por
 CE 157c | e de hotelaria e da oferta do turismo social , não se pode falar
 AC 410b | apoiar algumas das formas de turismo temático , especialmente
 CE 135d | Center Park " representa mais o turismo tropical de proximidade do
 AC 394b | , o montanhismo , substitui o turismo urbano dos grandes centros
 CE 139c | rural " , " agro-turismo " " turismo verde " ... Antes de ir mais
 CE 133a | na maior parte dos casos o turismo verde , tranquilo ,
 IN 125c | têm assumido real importância - Turismo Verde , Turismo Ecológico ,
 CE 140c | falar-se-á de agro-turismo , de turismo verde , gastronómico ,
 VU 54b | banalizados nas expressões turismo verde e rural , que alegam

3.4.3. Concordância : coocorrentes à esquerda.

Seleccionámos, como exemplo, a concordância da forma-pólo **TURISMO** com os coocorrentes à esquerda (observação de colocações e de processos neológicos):

Forme: turismo

AC 417d | de Habitação , Agro Turismo e Turismo Rural , Hotel Rural , etc . ,
IN 126c | - Turismo Rural , Agroturismo e Turismo de Habitação - demonstram-no
VU 85a | nas variantes de Agroturismo e Turismo no Espaço Rural . Enquanto as
VU 85b | das categorias Agroturismo e Turismo no Espaço Rural caracterizam-
VU 55b | para o Desenvolvimento e Turismo do Norte do Alentejo , (
VU 67a | para o Desenvolvimento e Turismo do Norte do Alentejo , "
LE 36c | de turismo de habitação , de turismo rural , de agro-turismo ,
LE 3c | Art . 3 . ° Reveste a forma de turismo rural o exercício da
CE 148c | todo o processo . Uma forma de turismo rural a considerar : o
CE 142c | União Europeia . Esta forma de turismo engloba visitas às
AC 409d | . Em nossa opinião esta forma de turismo - dada a particular
VU 60d | recordações . Esta forma de turismo , caracterizada
LE 45c | b) A não utilização da casa de turismo no espaço rural como
LE 40a | Artigo 17 . ° Acesso às casa de turismo no espaço rural Pode ser
AC 399c | a TURIHAB - Cooperativa de Turismo de Habitação , como organismo
AC 379b | e prática desta modalidade de turismo , isto é , o Turismo de
AC 394c | fomenta esta nova modalidade de turismo e que se expressa pelos
AC 442c | nacional nesta modalidade de turismo . O Turismo de Habitação
VU 79c | pela Organização Mundial de Turismo - que apontam para
AC 409a | pelo Plano Nacional de Turismo faz perder , a nosso ver ,
LE 14b | preconizada no Plano Nacional de Turismo , à publicação do Decreto-
LE 1b | estabelece no Plano Nacional de Turismo , o turismo deverá
AC 414a | preconiza o Plano Nacional de Turismo ; 3 - Para o desenvolvimento
AC 410d | um Congresso Internacional de Turismo no Espaço
AC 400b | entre a Comissão Regional de Turismo do Alto Minho e a TURIHAB ,
LE 7c | do órgão local ou regional de turismo da área , quando se
AC 421b | da Direcção Geral de Turismo esteja subjacente uma súmula
AC 407a | Antigas " pela Direcção Geral de Turismo ouvido o instituto Português
VU 61a | inscritas na Direcção Geral de Turismo , apresentando , junto à
VU 62c | , pertencente à Associação de Turismo de Habitação , (TURIHAB)
VU 59a | , mas sim à legislação de turismo que se aplica a todo o
AC 387a | entre a TURIHAB e a Região de Turismo do Alto Minho se revelou
AC 387b | ; Entre a TURIHAB e a Região de Turismo , propõe-se estabelecer o
AC 422b | assinado entre a Região de Turismo do Alto Minho e a TURIHAB
AC 388c | Sampaio Presidente da Região de Turismo do Alto Minho 1 .
AC 387c | de intervenção da Região de Turismo . 2 - Que seja promovida uma
AC 390b | em 1983 pela Região de Turismo do Alto Minho , nos dias 5 e
AC 411a | do Castelo ? Porque na Região de Turismo do Alto Minho ? Três
AC 404a | de Habitação na Região de Turismo do Alto Minho ; b) Esta
LE 7a | ser financiados pelo Fundo de Turismo , de harmonia com as
AC 406d | de qualidade " . O exercício de Turismo de Habitação pode revestir a
VU 61d | de qualidade . O exercício de Turismo de Habitação pode revestir a

IN 94a | as áreas rurais , este tipo de turismo deve ser encarado como uma
VU 62b | cliente que procura este tipo de turismo situa-se nas classes media e
CE 153b | entre aqueles onde este tipo de turismo está mais desenvolvido : só
CE 178a | rápido deste tipo de turismo . Os percursos pedestres são
IN 125d | o desenvolvimento deste tipo de Turismo ,
VU 82b | de habitação , que é um tipo de turismo mais elitizado , que não tem
CE 141a | ser integradas no conceito de turismo rural . O que distingue
AC 410b | apoiar algumas das formas de turismo temático , especialmente
LE 2c | das várias formas de turismo no espaço rural e
IN 125c | estreita a outras formas de turismo que têm assumido real
IN 125b | rural de outras formas de turismo . Na verdade , o conceito de
LE 14b | e se definem novas formas de turismo no espaço rural . A natureza
AC 399c | englobando todas as zonas de Turismo de (Habitação) ; 3 - Como
AC 398b | englobando todas as zonas de Turismo de Habitação . 9 - A Câmara
CE 176d | no interior de grandes zonas de turismo
AC 418c | englobando todas as zonas de Turismo de Habitação " . Não
AC 407b | praticada em casas de Turismo de Habitação vizinhas ,
AC 424c | POR DISTRITO . AS CASAS DE TURISMO RURAL E AGROTURISMO POR SUA
LE 44b | - Em todas as casas de turismo no espaço rural deve existir
LE 36c | . Nome - O nome das casas de turismo de habitação , de turismo
LE 43b | e o serviço das casas de turismo no espaço rural , bem como
AC 415b | . O PAPEL DAS REGIÕES DE TURISMO NO TURISMO NO ESPAÇO
AC 415c | aos meus colegas das Regiões de Turismo algo que a Região de Turismo
AC 439c | as casas através das Regiões de Turismo em que se inserem . Uma
AC 422d | com as restantes Regiões de Turismo , que permitam o apoio
AC 414c | os órgãos Regionais e Locais de Turismo e todo o sector privado ;
LE 43d | órgãos regionais ou locais de turismo . Artigo 26 . 1.º Serviços de
LE 44a | órgãos regionais ou locais de turismo em serviço de inspecção deve
LE 12c | os órgãos locais e regionais de turismo no sentido de se prosseguir a
LE 22c | ou órgãos locais e regionais de turismo de um serviço de reservas .
LE 9a | os órgãos locais e regionais de turismo e com as associações de
LE 22a | órgãos locais ou regionais de turismo , com as indicações
PU 272b | para diversos itinerários de turismo ambiental e ecológico .
LE 37c | de casas e empreendimentos de turismo no espaço rural devem ser
LE 40c | nas casas e empreendimentos de turismo no espaço rural devem ser
LE 40d | - Nas casas e empreendimentos de turismo no espaço rural pode ser
LE 36d | , dos empreendimentos de turismo de aldeia , bem como das
LE 41c | - No caso dos empreendimentos de turismo de aldeia , deve existir um
LE 4c | privada nos registos de turismo de habitação , turismo rural
LE 7b | 1 - A inscrição nos registos de turismo de habitação , turismo rural
CE 157a | estruturada de produtos de turismo rural que responda às
CE 159a | estruturada de produtos de turismo rural , uma vez que não serve
AC 406b | " actividade de interesse para o Turismo , com natureza familiar ,
LE 3a | A actividade de interesse para o turismo , com natureza familiar , que
CE 157c | e de hotelaria e da oferta do turismo social , não se pode falar
IN 122d | : i) Se do ponto de vista do Turismo em Espaço Rural ; iii) Se do
IN 122c | Mundo Rural do ponto de vista do Turismo , diversas dificuldades se
CE 159d | os antigos . A crise do turismo de massas demonstra
VU 78d | é da Organização Mundial do Turismo , vão deambular pelo mundo ,
VU 85c | . A Associação Nacional do Turismo no Espaço Rural (ANTER , com
AC 441a | no I Encontro Nacional do Turismo de Habitação e que passou
AC 440b | vez o Encontro Nacional do Turismo de Habitação constitui hoje
LE 36b | o efeito pela Direcção-Geral do Turismo , após consulta , para
LE 5b | pelo director-geral do Turismo , podendo ser liminarmente
LE 7c | cancelada pelo director-geral do Turismo , por sua iniciativa ou
IN 99d | os estímulos à implantação do turismo rural ou ao lançamento do
IN 110c | os estímulos à implantação do turismo rural ou ao lançamento do
AC 422c | comum da implementação do Turismo de Habitação acharam regras
CE 236a | LEADER , a comercialização do turismo é ainda o outro grande
CE 155c | referida . A comercialização do turismo rural : a experiência do



AC 411b | o desenvolvimento harmonioso do Turismo no Espaço Rural proporcionará
 AC 414c | o desenvolvimento harmonioso do Turismo no Espaço Rural , reconhece-
 CE 151a | um recente desenvolvimento do turismo de quinta . É assim , por
 AC 414a | ; 13 - Para o desenvolvimento do Turismo no Espaço Rural , deverá
 AC 414b | ; 14 - Para o desenvolvimento do Turismo no Espaço Rural é
 AC 414b | ; 15 - para o desenvolvimento do Turismo no Espaço Rural deve existir
 AC 393c | ligados ao desenvolvimento do turismo do interior , assim como a
 AC 436d | . O desenvolvimento do Turismo de Habitação correspondeu a
 LE 1b | outras medidas , o fomento do turismo rural e o incremento do
 IN 107c | se podem revestir o fomento do turismo rural e o incremento do
 CE 206d | de qualidade no sector do turismo - Objectivos prioritários e
 CE 221b | empregos diversos no sector do turismo e pelo menos igual número de
 AC 388d | , concluiremos que o sector do turismo tem , no Alto Minho ,
 CE 232c | . As acções a favor do turismo previstas no quadro do LEADER
 CE 158c | . As estatísticas do turismo verde em França são
 AC 396c | a realização das I Jornadas do Turismo de Habitação . As conclusões
 AC 402d | próximo ano das III Jornadas do Turismo de Habitação em local a
 IN 126b | classificados como Turismo em Espaço Rural nas suas
 VU 79c | que nós caracterizamos como turismo massificado têm crescido e
 CE 141a | a oferta turística no turismo rural é a preocupação de
 LE 32b | . 12 - Integram-se ainda no turismo no espaço rural as
 AC 408c | 25 de Julho quando englobava no Turismo de Habitação as modalidades A
 CE 205a | permanentemente . A qualidade no turismo : uma aposta para as zonas
 CE 193a | . O tema da qualidade no turismo rural esteve no coração das
 CE 214b | uma cultura da qualidade no turismo . Ajuda técnica aos
 CE 214d | mas não chega para obter êxito no turismo rural . O grupo "LEADER "
 VU 85a | todas as casas inscritas quer no Turismo de Habitação , quer nas
 LE 45c | de hospedagem incluídos no turismo no espaço rural sem
 AC 433b | 25 de Julho quando englobava no Turismo de Habitação as modalidades A
 AC 417d | em Turismo de Habitação , Agro Turismo e Turismo Rural , Hotel Rural
 AC 406b | Habitação , Turismo Rural e Agro Turismo : 1 - Turismo de Habitação :
 VU 57d | Lã Quando se pretende praticar turismo longe do atropelo das grandes
 VU 54c | certamente também irão praticar turismo e usufruir do meio envolvente
 VU 82a | apenas três agricultores a fazer turismo em espaço rural . O turismo
 AC 412c | evitar . E esta forma de fazer turismo pode e deve consegui-lo . O
 AC 441c | é uma forma familiar de fazer turismo que tanto pode exercer-se na
 VU 67b | para quem pretende fazer turismo de qualidade contactando em
 AC 378b | profissionalismo . Fazer Turismo obedece a regras que
 IN 93b | rural , também conhecido por turismo verde ou turismo doce , pelo
 AC 392a | definição do que se entendeu por Turismo de Habitação : Forma de
 VU 77b | , banalizados nas expressões turismo cultural , verde , suave ,
 VU 54b | banalizados nas expressões turismo verde e rural , que alegam
 AC 423c | TURISMO EM ESPAÇO RURAL VERSUS TURISMO DE HABITAÇÃO - A NOVA
 CE 179d | de observação da natureza G > u turismo naturalista . Para ser bem
 LE 4c | , « turismo rural » e « agro-turismo » , Art . 7 . º A inscrição
 LE 14d | o « turismo rural » e o « agro-turismo » , definidos no Decreto-Lei
 LE 32b | ; b) Turismo rural ; c) Agro-turismo ; d) Turismo de aldeia ; e
 LE 23d | , turismo rural e agro-turismo pelo Decreto-Lei n . º 256 /
 LE 9a | habitação , turismo rural e agro-turismo . Art . 18 . º - I - O dono
 LE 23c | habitação , turismo rural e agro-turismo . Despacho Normativo n . º
 LE 4b | , turismo rural e agro-turismo . Art . 6 . º A prévia
 LE 7b | , turismo rural e agro-turismo pode ser cancelada , a pedido
 CE 140c | esta oferta , falar-se-á de agro-turismo , de turismo verde ,
 VU 66c | modelo para a prática de agro-turismo e que laboram de forma
 CE 150a | ; 1 - finalmente , o agro-turismo contribui para conjugar os
 CE 149c | , típicos de uma região . O agro-turismo contribui assim para a
 CE 152c | futuro . A vitalidade do agro-turismo como factor de
 IN 110d | rural ou ao lançamento do agro-turismo , enunciados no referido
 CE 150c | do desenvolvimento do agro-turismo O agro-turismo ocupa um lugar
 LE 7a | , turismo rural ou agro-turismo , bem como os relativos à

LE 29a| , turismo rural ou agro-turismo . ¶Com o presente diploma
 CE 140a| rural , turismo rural e ¶agro-turismo (integrando-se cada uma
 LE 2b| de desenvolvimento do ¶agro-turismo que forem apresentados pelos
 LE 34b| anterior . ¶Artigo 8 . *¶Agro-turismo¶1 - Designa-se por agro-
 CE 195b| sua integração na fileira lazer-turismo . O acto de ¶formação deve

Fala-se em coocorrente *“quando duas ou várias unidades lexicais coexistem, num mesmo enunciado. (...) Derivada da noção de coocorrência, o coocorrente encontra a sua razão de ser no estudo do funcionamento de um termo considerado como núcleo: a análise de um certo número de enunciados contendo a palavra núcleo considerada, permite fazer o inventário dos seus coocorrentes e determinar o seu “uso”*”³⁴.

As concordâncias que extraímos dão-nos conta dos coocorrentes imediatos, também designados por coocorrentes de colocação, uma vez que aparecem no contexto imediato da forma-pólo: eles são-lhe contíguos.

As concordâncias acompanhadas dos coocorrentes imediatos permitem-nos observar e extrair as lexias complexas que têm por base uma forma-pólo. Deste modo podemos verificar que a forma-pólo *turismo* é efectivamente uma unidade terminológica base que serve para formar unidades terminológicas complexas. A frequência com que determinadas colocações surgem, permite-nos, numa primeira abordagem, considerar que estamos ou perante unidades terminológicas ou perante candidatos a unidades terminológicas.

³⁴ GALISSON, R. (1970) - “Analyse sémique, actualisation sémique et approche du sens en méthodologie”, in Langue Française, 8, Paris, Larousse.

A título exemplificativo, extraímos algumas unidades terminológicas que se expandem à direita da forma-pólo *turismo*:

turismo alternativo

turismo ambiental

turismo ambiental e ecológico

turismo cultural

turismo de aldeia

turismo de aventura

turismo de casas antigas

turismo de descoberta

turismo de habitação

turismo de massa

turismo de massas

turismo de natureza

turismo de partilha

turismo de pequenas e médias empresas

turismo de qualidade

turismo de quinta

turismo de solares

turismo desportivo

turismo doce

turismo ecológico

turismo em espaço rural

turismo equestre
turismo escolar
turismo individual
turismo local
turismo massificado
turismo naturalista
turismo no espaço rural
turismo rural
turismo social
turismo tropical
turismo verde
turismo verde e rural

Também extraímos algumas unidades terminológicas que se expandiram à esquerda da forma-pólo *turismo*:

agro-**turismo**
casa de **turismo**
casas de **turismo**
comercialização do **turismo**
empreendimentos de **turismo**
produtos de **turismo**
promoção do **turismo**

Muitas destas unidades são seguramente unidades terminológicas, isto é, são unidades que designam conceitos bem delimitados no domínio do **Turismo em Espaço Rural**. As unidades que têm frequências elevadas são termos que designam conceitos estáveis. O “*Turismo Rural*” é exemplo desse facto.

As frequências baixas e os hapax, isto é, as “*formas, cuja frequência são igual a 1*”³⁵ são, geralmente, unidades cujos conceitos ainda não estão bem delimitados; há, por isso, hesitação quanto à forma de os designar. Por outro lado, podemos estar perante conceitos novos que ainda não estão bem difundidos pelos utilizadores do **Turismo no Espaço Rural**: estamos perante fenómenos de neologia terminológica, isto é, a neonímia:

turismo ambiental

turismo de aventura

turismo individual

turismo de partilha

turismo de pequenas e médias empresas

turismo de qualidade

turismo doce

turismo social

turismo tropical

turismo equestre

³⁵ SALEM, A. (1987) - Pratique des segments répétés. Essai de statistique textuelle, Paris, Klincksieck, p.314.

turismo escolar
turismo individual
turismo local
turismo naturalista
turismo verde

Algumas das lexias complexas que identificámos são, muito provavelmente, unidades de discurso, ainda não enraizadas no sistema, tendo surgido no discurso por uma necessidade de expressão. Estas lexias resultaram da junção de formas lexicais, suscitando hesitação no momento da selecção dos termos. É o caso de, por exemplo, *turismo local e turismo individual*.

Na lista supramencionada de hapax e de frequências baixas, encontram-se unidades terminológicas que são neónimos, uma vez que designam conceitos recentes em fase de divulgação e de implementação, no seio do **Turismo no Espaço Rural**: *turismo naturalista, turismo ambiental, turismo de qualidade e turismo verde*.

As concordâncias permitem-nos ainda observar as variantes que surgem na formação morfológica e sintáctica das unidades terminológicas. É o caso de *turismo em espaço rural* e **Turismo no Espaço Rural**. Neste caso, seleccionar a preposição “em” ou a contracção “no” traz não só consequências linguísticas, como também consequências conceptuais.

A lexia complexa **Turismo no Espaço Rural** tem, no corpus, uma frequência mais elevada que *turismo em espaço rural*, o que condicionou a

escolha da designação que demos ao domínio aqui em análise. A legislação usa, exclusivamente, a contracção “no” em detrimento da preposição “em”. Não nos parece que essa opção seja arbitrária. Na designação *Turismo no Espaço Rural* existe a necessidade de se aproximar de uma realidade concreta, isto é, de considerar o *Turismo no Espaço Rural* uma realidade existente em território, neste caso, português, enquanto que o termo *turismo em espaço rural* estabelece uma relação com um conceito de carácter abstracto, uma vez que no plano linguístico há ausência de artigo definido.

A extracção automática dos termos recolhida através de operações hipertextuais permite-nos, por uma lado, atestar a existência das unidades terminológicas, por outro permite-nos uma análise mais fina ao nível da descrição linguística e conceptual.

3.4.4. *Concordâncias: formantes e fractomorfemas.*

FORME: agro

LE 1a | » , § « turismo rural » ou « agro-turismo » . §PRESIDÊNCIA DO
LE 3b | » , « turismo rural » ou « agro-turismo » (42) . - Art . 2
LE 4a | Art . 4 . º Designa-se por agro-turismo o exercício da
LE 4b | de habitação , §turismo rural e agro-turismo . §Art . 6 . º A prévia
LE 4c | » , « turismo rural » e § « agro-turismo » . §Art . 7 . º A
LE 4c | de §habitação , turismo rural ou agro-turismo deverá ser requerida
LE 16d | » , « turismo rural » e « agro-turismo » , como forma de
LE 18c | ; §m) Descrição da actividade agro-turística que o interessado
LE 19c | de § « turismo de habitação » e « agro-turismo » , não podendo , em
LE 20a | . §6-Em « turismo rural » e « agro-turismo » deverá existir o
LE 21a | do « turismo rural » e do « agro-turismo » as casas §terão de
LE 21d | . §Art . 8 . º A prática do « agro-turismo » deve ainda ser
LE 23c | de habitação , turismo rural e agro-turismo . §Despacho Normativo n
LE 23d | de §habitação , turismo rural e agro-turismo pelo Decreto-Lei n . º
LE 29a | de habitação , turismo rural ou agro-turismo . §Com o presente
LE 32b | ; §b) Turismo rural ; §c) Agro-turismo ; §d) Turismo de
LE 34b | §Agro-turismo§1 - Designa-se por agro-turismo o serviço de hospedagem
LE 34c | . §2 - Aplica-se ao agro-turismo , com as devidas
LE 36d | habitação , de turismo rural , de agro-§turismo , dos empreendimentos
LE 37a | » , « turismo §rural » , « agro-turismo » , « turismo de
LE 47a | , §de turismo rural e de agro-turismo não estarem habitadas

LE 50c , de turismo rural e de agro-turismo registadas na
VU 61a , o turismo de habitação e o agroturismo as casas terão de estar
VU 64c Rural ou das casas agrícolas do Agroturismo , a certeza de que se
VU 66c modelo para a prática de agro-turismo e que laboram de forma
VU 67a de Promoção Ambiental e a AGROBIO - Associação Portuguesa de
VU 67b e natural " . A contribuição da AGROBIO , (baseada no seu trabalho
VU 85a , quer nas variantes de Agroturismo e Turismo no Espaço
VU 85b , as ofertas das categorias Agroturismo e Turismo no Espaço
VU 85b mais acessíveis e , no caso do Agroturismo , existe mesmo a
VU 85c de alojamentos nas modalidades de Agroturismo e Turismo no Espaço
IN 96b ou nas suas mediações ; e a do agro-turismo , a decorrer em
IN 110d turismo rural ou ao lançamento do agro-turismo , enunciados no
IN 126c suas vertentes - Turismo Rural , Agroturismo e Turismo de Habitação
CE 132d e complexas . Reduzido aqui ao agro-turismo (acolhimento turístico
CE 136c no acondicionamento dos produtos agro-alimentares . Tanto num caso
CE 139c definição " Turismo rural " , " agro-turismo " " turismo verde " ...
CE 140c lugar esta oferta , falar-se-á de agro-turismo , de turismo verde ,
CE 143a Canárias) , onde o agro-turismo foi lançado já há algum
CE 148c de turismo rural a considerar : o agro-turismo o turismo de quinta
CE 148d seu património imobiliário . O agro-turismo tem por base a
CE 149b ser preservadas - os amantes do agro-turismo exigem produtos
CE 149c , típicos de uma região . O agro-turismo contribui assim para a
CE 150a humanos ; e - finalmente , o agro-turismo contribui para conjugar
CE 153d . Investimentos e rendimentos DO agro-turísticos em França . Um
CE 154a agricultores que se dedicam ao agro-turismo , mostra que esta
CE 165c , da descoberta dos produtos agro-alimentares locais , dos
CE 171b pedestres " - " cultura " - " agro-turismo " . A definição do
CE 199a , casas rústicas em estruturas agro-turísticas . Agências de
CE 209d produtores , artesãos do agro-alimentar e restaurantes .
PU 305d numa bela quinta com exploração agro-florestal .
PU 333a , quinta de 38 ha com actividade agro-vinícola , e que envolve
AC 406b de Habitação , Turismo Rural e Agro Turismo : - Turismo de
AC 417d em Turismo de Habitação , Agro Turismo e Turismo Rural , Hotel
AC 419a em : Turismo de Habitação , Agroturismo , Turismo Rural .
AC 424a QUE RESPEITA AO TURISMO RURAL E AGROTURISMO QUE APRESENTAM
AC 424a HABITAÇÃO , TURISMO RURAL E AGROTURISMO) É O TURISMO RURAL QUE
AC 424b ACENTUADAMENTE PROGRESSIVO DO AGROTURISMO . DE NOTAR QUE SE

FORME: ciclo

LE 21b das festas tradicionais do ciclo da actividade agrícola e
LE 26b nas vindimas e demais acções do ciclo do vinho , no fabrico
VU 69b garranos , jornadas de canoagem , cicloturismo em bicicletas
CE 242a preservada , desportos náuticos , cicloturismo , percursos pedestres ,
PU 351c espaços abertos ritmados pelos ciclos agrícolas , Monte alentejano

FORME: eco

VU 54c fruto de uma " moda " dita ecológica , mas uma necessidade
VU 54c Em relação ao chamado " turismo ecológico " , sabe-se que cada vez é
VU 55a A noção de ecoturismo ou turismo ambiental
VU 56a não haja ameaça aos ecossistemas e habitats naturais .
VU 57c das cadeiras de Biologia e Ecologia do Curso de Técnico de
VU 58d a nível da destruição dos seus ecossistemas e habitats naturais .
VU 76b a formação de uma consciência ecológica nos seus participantes e ,
VU 86c para grupos . Trata-se da Escola Ecológica , onde quatro quartos
VU 87a pessoa pode utilizar esta Escola Ecológica . O custo varia consoante
IN 117b face à Europa média . Em termos ecológicos , a degradação acentuou-
IN 125c - Turismo Verde , Turismo Ecológico , Turismo Cultural ,
IN 126a e pelas questões de ordem ecológica e ambiental a preocupação
CE 146b ideal entre os sistemas ecológicos , socioeconómicos e
CE 179c de produtos e de destinos . O ecoturismo corresponde a um turismo
CE 180a a protecção do espaço natural (o ecoturismo é incompatível com a
CE 181b no campo da sensibilidade ecológica . Optar por produtos
CE 245b controlados e de respeitarem a ecologia e a cultura locais .
CE 246a LEADER . O moinho eco-museu de San Roman (La RA zona

CE 246c | do séc . XIX para aí fazer um eco-museu . Em Dezembro de 1992 , a
 CE 247c | e de um parque de "campismo " ecológico " . O eco-museu de San
 CE 247c | de "campismo " ecológico " . O eco-museu de San Roman está
 CE 248a | Rioia ES23 . Tipo de projecto : eco-museu Custo total : 382 000 \$ECU
 CE 253c | I : 841 360 ECU7 iAlemanha . Ecoturismo : o Centro do Vulcão de
 PU 272b | de turismo ambiental e ecológico . 16 quartos (1 quarto e
 PU 313a | como um verdadeiro tesouro ecológico . 12 quartos (1 quarto e
 PU 340a | verdadeiros tesouros ecológicos e que Miguel Torga chamou
 AC 393d | grandes espaços rurais . Fenómeno ecológico em que o
 AC 396b | que fazem parte de todo um outro ecossistema , que não é seu , mas

Através destas concordâncias podemos observar os mecanismos de lexicogénese que permitem criar neónimos através de formantes morfossemânticos. Este conceito recobre *"des affixes dérivationnels, préfixes et suffixes [prefixoïdes, suffixoïdes et infixes]; des éléments savants empruntés aux langues classiques, directement ou indirectement, sont issus de l'abréviation de lexies construites et complexes, ce qui rend souvent leur identification délicate"*^{36 37}; recobre ainda as bases, os empréstimos já enraizados na língua, as siglas e os acrónimos com estatuto de formantes que entram na composição de lexias, adquirindo o estatuto de formantes.

Para além das particularidades que caracterizam e definem o conceito de formante morfossemântico, ele próprio *"reformula a noção de neologismo tradicionalmente associado à unidade lexical. Assim, existem também processos neológicos ao nível dos formantes"*³⁸. Assim, os formantes agro-, eco-, eno-, ciclo- ficam "contaminados" pelo substantivo, isto é, sofrem processos neológicos de polissemização nos seguintes termos:

³⁶ QUEMADA, B. (1981) - "Les noms de mots ou les noms pour les mots. A propos de la terminologie lexicologique", in Linguistica Computazionale, 4-5, Pisa, p. 221.

³⁷ Cf. QUEMADA, B. (1983) - "Bases de données informatisées", in Lexiques, 2, Paris, p. 502.

³⁸ LINO, M^a T. (1992) - "A componente morfológica no banco de neologismos do português contemporâneo", in Actas do XIX Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românicas, Santiago de Compostela, Tomo II, Lexicologia e Metalexicologia, Universidade de Santiago de Compostela, p. 742.

agroturismo

ecoturismo

enoturismo

cicloturismo.

No corpus de análise, são frequentes outros tipos de formantes, denominados por alguns autores de “quase-morfemas” ou “fractomorfemas”³⁹ resultantes de truncação de vocábulos plenos ou de reduções de outros formantes já existentes.

-TUR- (turismo) : TURNATUR (Associação de Turismo de Natureza)
 ENATUR (Empresa Nacional de Turismo)
 AMBITUR (Ambiente e Turismo)
 FITUR (Feira Internacional de Turismo)

TURI- (turismo) : TURIHAB (Associação de Turismo de Habitação)

-TURIS- (turismo) : Turismoda
 Turistrela
 PUBLITURIS

AMBI- (ambiente) : AMBITUR

³⁹ TOURNIER, J. (1985) - Introduction descriptive à la lexicogénétique de l'anglais contemporain, Paris, Champion, Slatkine, p. 94.

Estes “morfemas reduzidos” designados de “quase-morfemas” ou “fractomorfemas” adquirem o estatuto de formantes⁴⁰, sem, no entanto, gozarem do mesmo tipo de funcionamento do ponto de vista da morfologia derivacional.

Segundo J. REY-DEBOVE os fractomorfemas constituem um tipo de “morphologie sauvage”⁴¹, aumentando as irregularidades do léxico e opacificando a língua.

⁴⁰ LINO, M^a T. (1990) - “Observatório do Português Contemporâneo”, in Actas do Colóquio de Lexicologia e Lexicografia, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Institut Franco-Portugais, p. 31.

⁴¹ REY-DEBOVE, J. (1987) - “Effet des anglicismes lexicaux sur les systèmes du français”, in Cahiers de Lexicologie, 51, Paris, Didier, p. 55.

4. DOS CONCEITOS-CHAVE À ORGANIZAÇÃO DA TERMINOLOGIA DE BASE DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL.

4.1. Textos jurídicos: sua função nesta análise.

Como referimos em alíneas anteriores, o **Turismo no Espaço Rural** é recente, em Portugal. Esta nova forma de turismo implantou-se, como alternativa de férias com grandes potencialidades de desenvolvimento, quer a nível económico, quer a nível da procura turística de uma determinada classe social. No entanto, o **Turismo no Espaço Rural** continua a constituir uma área conceptual, ainda pouco definida no que diz respeito aos conceitos que a integram.

Decorridos perto de 20 anos sobre o aparecimento do conceito de “*Turismo de Habitação*”, em Portugal, e depois de experimentados alguns enquadramentos legais, que foram surgindo para regulamentar os critérios de classificação e funcionamento das casas inscritas na Direcção-Geral do Turismo, sentiu-se a necessidade de actualizar a legislação até então existente.

A penúltima legislação em vigor, nesta área, data de 1986; o Decreto-Lei 256/86 “*estabelece normas relativas ao desenvolvimento das várias formas de Turismo no Espaço Rural, revestindo a forma de “Turismo de Habitação”, “Turismo Rural” e “Agroturismo”*”.

Em 1987, o Decreto Regulamentar 5/87 vem completar o decreto anterior e “*especificar as várias formas do Turismo no Espaço Rural*”. Neste mesmo ano,

o Despacho Normativo 20/87 “estabelece disposições quanto à aplicação do Decreto-Lei 256/86 de 27 de Agosto e do Decreto Regulamentar 5/87 de 4 de Janeiro, relativamente ao “Turismo de Habitação”, “Turismo Rural” e “Agroturismo”.

Num país como Portugal, em que o turismo é um factor importante de desenvolvimento, o **Turismo no Espaço Rural** tem tido cada vez mais procura. As bases de um enquadramento legal, lançadas em 1986, foram tornando-se pouco a pouco insuficientes e inadequadas à realidade. O aparecimento de novos conceitos, neste sector de actividades, como os “hotéis rurais”, o “turismo de aldeia” ou as “casas de campo”, assim como um conjunto de novas actividades ligadas à natureza e à cultura no meio rural, desencadearam uma necessidade urgente de readaptar os textos legislativos à realidade.

Muito recentemente, em Julho de 1997, foi publicado um novo Decreto-Lei 169/97 que “aprova o regime do **Turismo no Espaço Rural**”; o Artigo 37.º desta legislação revoga os anteriores Decreto-Lei 256/86, o Decreto regulamentar 5/87 e o Despacho Normativo 20/87, respectivamente.

Os principais objectivos do Decreto-Lei 169/97 são três:

- a) redefinir certos conceitos, que sofreram uma evolução, no âmbito deste sector;
- b) acrescentar novos conceitos que se foram implantando à medida que foram surgindo novas necessidades e realidades;
- c) reestruturar este domínio em consequência dos pontos a) e b).

Reunimos também a legislação publicada, em Portugal, sobre **Turismo no Espaço Rural** desde 1979, data em que surgiu o primeiro conceito relacionado com esta nova área turística : o conceito de *“Turismo de Habitação”*.

Do conjunto da legislação que regulamenta o **Turismo no Espaço Rural**, seleccionámos os diplomas que apresentam e definem novos conceitos.

Deste modo, passamos a apresentar os diplomas que dão conta da evolução dos conceitos *“Turismo de Habitação”*, **Turismo no Espaço Rural**, *“Turismo Rural”* e *“Agroturismo”*:

- 1979 - Lançamento do *“Turismo de Habitação”* em Portugal.
- 19.01.83 - *Despacho 102/82: Programa de Turismo de Habitação* para 1983.
- 25.07.84 - *Decreto Lei 251/84*: define o regime de inserção do *“Turismo de Habitação”* na oferta turística portuguesa.
- 27.08.86 - *Decreto Lei 256/86*: estabelece normas relativas ao desenvolvimento das várias formas de **Turismo no Espaço Rural**, revestindo a forma de *“Turismo de Habitação”*, *“Turismo Rural”* ou *“Agro-turismo”*.
- 23.09.86 - *Despacho Normativo 86/86*: determina o montante dos financiamentos a conceder pelo Fundo de Turismo para os projectos de desenvolvimento do *“Turismo de Habitação”*, *“Turismo Rural”* e *“Agro-turismo”*.
- 14.01.87 - *Decreto Regulamentar 5/87*: especifica as várias formas do **Turismo no Espaço Rural**.

- 24.02.87 - *Despacho Normativo 20/87*: estabelece disposições quanto à aplicação do Decreto-Lei. 256/86, de 27 de Agosto e do Decreto Regulamentar 5/87, de 14 de Janeiro, relativamente ao “*Turismo de Habitação*”, “*Turismo Rural*” e “*Agro-turismo*”.
- 04.12.87 - *Decreto Legal Regulamentar 24/87/A*: adapta à Região Autónoma Açores o DL 256/86 e o DR 5/87, relativamente ao “*Turismo de Habitação*”, “*Turismo Rural*” e “*Agro-turismo*”.
- 29.09.88 - *Despacho da Direcção-Geral do Turismo*: determina a existência de símbolos ou insígnias próprias do “*Turismo de Habitação*”, “*Turismo Rural*” e “*Agro-turismo*”, para identificação das casas inscritas na Direcção Geral do Turismo.
- 20.04.89 - *Despacho Direcção-Geral do Turismo*: Livro de Reclamações.
- 04.07.97 - *Decreto Lei 169/97*: aprova o regime jurídico do **Turismo no Espaço Rural**.

Assim, a análise e o confronto das várias legislações do **Turismo no Espaço Rural** permitem-nos efectuar reflexões importantes, sobre a identificação e evolução dos conceitos que constituem o domínio em análise.

Os textos jurídicos são uma componente muito importante da base textual do **Turismo no Espaço Rural**, uma vez que apresentam conceitos, termos e respectivas evoluções, num período de quinze anos; a uma evolução rápida de conceitos corresponde uma diacronia de unidades terminológicas e de traços semânticos que caracterizam as definições desses termos.

Este tipo de textos têm ainda outras funções: constituem um factor importante na estruturação do sistema conceptual deste domínio; são também um elemento fundamental na harmonização, fixação e divulgação de termos e definições úteis aos diferentes actores socioprofissionais ou socioculturais deste sector.

4.2. O conceito e a propriedade.

Com a análise da legislação pretendemos, por um lado, identificar os conceitos, por outro, dar conta das propriedades que lhes são inerentes.

Tanto os conceitos, como as propriedades são elementos não-linguísticos designados por meio de unidades de significação, isto é, por unidades terminológicas ou termos.

O que importa salientar, é que não devemos confundir conceito com significação e propriedades com traços semânticos. Tal como refere MANUELITO *“O conceito não é um significado, pois enquanto o último, perspectivado em termos saussurianos, mantêm uma relação de indissociabilidade com o significante, formando ambos a unidade indivisível que é o signo linguístico, o último tem uma existência independente da sua expressão linguística ou denominação”*.⁴² Tal ideia é corroborada por FELBER, quando afirma que *“le domaine des notions est indépendant du domaine des termes, alors que les*

⁴² MANUELITO, H. (1995) - A Terminologia da Franquia, Franchise ou Franchising - A Problemática da Ambiguidade num Vocabulário Não Harmonizado, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, FCSH, p.137.

*terminologues parlent de notions, les linguistes parlent de significations des mots”*⁴³.

Os semas ou traços semânticos podem ser definidos como traços distintivos de um semema, relativamente ao conjunto de termos de uma língua natural⁴⁴ enquanto que as propriedades, caracteres ou características que permitem delimitar e classificar os conceitos, no seio dos sistemas conceptuais, são segundo FELBER, *“un élément de la notion qui sert à décrire ou à identifier une qualité d'un objet individuel. Le caractère lui-même est une notion”*⁴⁵.

FELBER distingue os caracteres das propriedades, considerando que os primeiros pertencem ao mundo dos conceitos e as segundas ao mundo dos objectos.

A ISO 1087:1990 (E/F) opta por definir “caractere” como uma *“représentation mentale d'une propriété d'un objet et qui sert à délimiter la notion”*⁴⁶, não sendo “propriedade” um conceito definido de forma autónoma, nesta norma.

Enquanto que A. REY distingue a noção de conceito, definindo a noção como *“l'objet de connaissance - qui pose un objet et le définit en tant que visée de son activité”* e o conceito como *“l'acte de pensée de l'objet de pensée (idée) en*

⁴³ FELBER, H. ; PICT, H. (1984) - Metodos de Terminografia y principios de investigacion Terminologica, Instituto "Miguel de Cervantes", Madrid, CSIC., p. 82.

⁴⁴ Cf. POTTIER, B. (1987) - Théorie et analyse en linguistique, Paris, Hachette, pp. 59-60.

⁴⁵ FELBER, H. ; PICT, H. (1984) - Metodos de Terminografia y principios de investigacion Terminologica, Instituto "Miguel de Cervantes", Madrid, CSIC., p. 99.

⁴⁶ NORMALISATION FRANÇAISE, Norme Internationale ISO 1087 1990, AFNOR, Outubro 1990 (X03-003).

*tant qu'abstrait et que général*⁴⁷, a ISO 1087:1990(E/F) considera noção e conceito sinónimos, uma vez que a versão inglesa se refere a “*concept*” que a versão francesa traduz por “*notion*”, sendo a definição inglesa e francesa a mesma, ou seja, “*unité de pensée constituée par abstraction à partir des propriétés communes à un ensemble d'objets*”.⁴⁸

Partir do conceito, que pertence ao domínio do conhecimento do especialista, para chegar ao termo, é assumir a perspectiva da escola germano-austriaca de Wüster, que defende a abordagem onomasiológica. Optar pela abordagem semasiológica, isto é, partir da unidade terminológica, para chegar ao conceito, é utilizar uma metodologia que apresenta também inconvenientes, na medida em que o texto só por si pode não ser esclarecedor, quando existem hesitações ao nível da delimitação dos conceitos e, conseqüentemente, das suas designações.

Os conceitos existem também para além da língua, revelando-se, em geral, através dos termos no discurso. Existem, no entanto, conceitos que não possuem uma denominação no plano linguístico. Ao terminólogo interessa a relação entre os conceitos e as unidades terminológicas. Por isso, o terminólogo trabalha com textos, não descurando, quando a investigação assim o exige, a opinião do especialista, optando, desse modo, por uma abordagem mista,

⁴⁷ REY, A. (1979) - La Terminologie, Noms et Notions, Paris, PUF, Coll. Que sais-je? n°1780, p. 29.

⁴⁸ NORMALISATION FRANÇAISE, Norme Internationale ISO 1087 1990, AFNOR, Outubro 1990 (X03-003).

privilegiando um constante vaivém entre a análise do texto e a consulta ao especialista ⁴⁹.

4.3. Identificação e caracterização de conceitos.

No *Programa de “Turismo de Habitação” para 1983*⁵⁰ identificámos três conceitos fundamentais: “*Turismo de Habitação*”, “*casas de habitação*” e por outro lado os “*meios de animação*” adequados a todos aqueles que aderem ao “*Turismo de Habitação*”. Estes três conceitos estão presentes em todas as legislações, apresentando, no entanto, especificidades diversas.

O que caracteriza cada um destes conceitos são:

- a utilização das “*casas de habitação*” para alojamento do turismo interno e internacional, com o objectivo de criar um novo produto turístico em Portugal, isto é, o “*Turismo de Habitação*”;
- o fornecimento eventual de refeições;
- o proporcionar meios de animação, tais como visitas com interesse cultural, gastronomia apropriada , artesanato e folclore da região, onde se inserem as casas.

Podemos, assim, considerar que o sub-sistema conceptual do “*Turismo de Habitação*” tem a estrutura que apresentamos no esquema seguinte:

⁴⁹ Cf. RONDEAU, G. (1984), *Introduction à la Terminologie*, Montréal, Gaetan Morin Editeur, Paris, pp. 69-70.

⁵⁰ DIÁRIO DA REPÚBLICA. (1983) - Despacho 102/82, *Programa de Turismo de Habitação para 1983*, DR 15 de 19/01/83.

TURISMO DE HABITAÇÃO

Casas de Habitação:

- casas antigas
- casas apalaçadas
- casas senhoriais
- propriedades

Meios de Animação:

- artesanato
- folclore
- gastronomia
- visitas e locais de interesse cultural

“*Casas de habitação*” e “meios de animação” são os dois grandes conceitos, à volta dos quais se organiza toda a informação contida na legislação. Os tipos de casa, isto é, as “*casas antigas*”, as “*casas apalaçadas*”, as “*casas senhoriais*”, as “*propriedades*”, assim como as “*visitas*” e os “*locais de interesse cultural*”, o “*artesanato*”, o “*folclore*” e a “*gastronomia*” são as propriedades consideradas necessárias para que os conceitos supracitados sejam delimitados.

O conceito designado por “*Turismo de Habitação*” é o hiperónimo dos seus hipónimos que são “*casas de habitação*” e “*meios de animação*”. Para cada um dos hipónimos, temos ainda hipónimos de um nível inferior e que são co-hipónimos entre si.

Tal como referimos no ponto anterior, as propriedades, por sua vez, são também conceitos plenos com uma grande importância, na medida em que nos permitem delimitar e definir um conceito.

Tal como referimos no ponto anterior, as propriedades, por sua vez, são também conceitos plenos com uma grande importância, na medida em que nos permitem delimitar e definir um conceito.

A mesma metodologia pode ser utilizada para analisar o *Regime de inserção do “Turismo de Habitação” na oferta turística portuguesa*⁵¹.0

Deste modo identificámos os seguintes conceitos:

- casa de habitação do tipo A
- casa de habitação do tipo B
- serviço de interesse turístico
- turista.

Nesta legislação encontrámos variantes que especificam a informação identificada e levantada no despacho anterior. Do conceito genérico “*casa de habitação*”, passamos a ter dois tipos de “*casas de habitação*”: as “*casa de habitação do tipo A*” e as “*casa de habitação do tipo B*”.

Também constatámos novas propriedades ao nível da designação dos “*meios de animação*”, que passou a ser designado por “*serviços de interesse turístico*”. E, finalmente, introduziu-se um novo elemento, isto é, a pessoa a quem se dirige este tipo de lazer: o “*turista*”.

⁵¹ DIÁRIO DA REPÚBLICA. (1984) - Decreto Lei 251/84, Define o regime de inserção do Turismo de Habitação na oferta turística portuguesa, DR 171 de 25/07/84.

Para classificar e delimitar todos estes conceitos, identificámos as propriedades que especificam cada um deles:

- as modalidades de tipo A ou de tipo B, consoante a natureza da construção do edifício principal; o Tipo B está, especificamente, ligado à localização em meio rural.
- a atribuição da qualificação de referência “nível superior” a cada um dos Tipos A ou B.
- a criação de um sector de serviços turísticos ligados ao “*Turismo de Habitação*”.

TURISMO DE HABITAÇÃO

CASAS DE HABITAÇÃO

TIPO A

- solares
- casas apalaçadas
- casas antigas
- moradias unifamiliares
- habitações modernas

TIPO B

- edificação localizada em meio rural de natureza rústica ou de características regionais

SERVIÇOS DE INTERESSE TURÍSTICO

- animação
- artesanato
- cultura
- desporto
- recreio

TURISTA

Com as *Normas de desenvolvimento das várias formas de Turismo no Espaço Rural*⁵²: “Turismo de Habitação”, “Turismo Rural” e “Agroturismo” foram introduzidas grandes modificações, no seio do “Turismo de Habitação”. Os conceitos identificados, nesta norma, são o **Turismo no Espaço Rural**, o “Turismo Rural”, o “Agroturismo”, referindo-se desta vez ao público interessado como “cliente”, em vez de “turista”.

Estes novos aspectos podem ser caracterizados pelas particularidades seguintes:

- a criação de uma denominação genérica, isto é, **Turismo no Espaço Rural**, para caracterizar as várias formas de turismo que podem ser praticadas no espaço rural, sendo os tipos de casas e o tipo de actividades no meio rural que determinam as denominações atribuídas: “Turismo de Habitação”, “Turismo Rural” ou “Agroturismo”, o público alvo é designado por “cliente”.

TURISMO NO ESPAÇO RURAL

TURISMO DE HABITAÇÃO

- casas antigas
- solares
- casas apalaçadas
- residências de valor arquitectónico

TURISMO RURAL

- casas rústicas com características do meio rural

AGROTURISMO

- exploração agrícola

CLIENTE

⁵² DIÁRIO DA REPÚBLICA. (1986) - Decreto Lei 256/86, Estabelece normas relativas ao desenvolvimento das várias formas de Turismo no Espaço Rural, revestindo a forma de “Turismo de habitação”, “Turismo rural” ou “Agro-turismo”, DR 196 de 27/08/86.

Nos *Tipos do Turismo no Espaço Rural*⁵³, e nas disposições quanto à aplicação do Decreto Lei 256/86⁵⁴, voltámos a encontrar o conceito de “turista”, em detrimento do conceito de “cliente”; a par desta constatação, verificámos a existência de um conceito novo: “turismo de casas antigas”, com a variante de “Turismo de Habitação em casas antigas”.

TURISMO NO ESPAÇO RURAL

TURISMO DE CASAS ANTIGAS

- imóveis classificados

TURISMO DE HABITAÇÃO EM CASAS ANTIGAS

- casas antigas

TURISMO DE HABITAÇÃO

- casas apalaçadas
- residências de valor arquitectónico
- solares

TURISMO RURAL

- casas rústicas com características do meio rural

AGRO-TURISMO

- exploração agrícola

Associado ao conceito de “Turismo de Habitação” e ao “Agroturismo”, temos ainda a especificação dos “meios de animação” que lhes estão associados. Para o “Turismo de Habitação”, a legislação especifica concretamente qual o tipo de actividade que se pode desenvolver: fomentação de actividades adequadas para os turistas (caça, pesca, natação, equitação

⁵³ DIÁRIO DA REPÚBLICA. (1987) - Decreto Regulamentar 5/87, Especifica as várias formas do Turismo no Espaço Rural, DR 11 de 14/01/87.

⁵⁴ DIÁRIO DA REPÚBLICA. (1987) - Despacho Normativo 20/87, Estabelece disposições quanto à aplicação do Decreto-Lei 256/86, de 27 de Agosto e do Decreto Regulamentar 5/87, de 14 de Janeiro, relativamente ao Turismo de Habitação, Turismo Rural e Agroturismo, DR 46 de 24/02/87.

remo, vela, motonáutica, voo livre, ténis, esqui, circuitos de bicicleta, participação em festas tradicionais, folclore, arraiais, artesanato,...).

Para os turistas que optam pelo “*Agroturismo*”, prevê-se a sua participação nos trabalhos de natureza agrícola ou pecuária, colheita de frutos e seu transporte, vindimas, fabrico artesanal do pão e do queijo, alimentação dos animais, ordenha e recolha dos ovos, pastoreio.

Com o Decreto-Lei 169/97, entra em vigor o *Regime jurídico do Turismo no Espaço Rural*, onde podemos identificar os seguintes conceitos:

- actividades de animação ou diversão no espaço rural,
- casas de campo,
- casas de turismo no espaço rural,
- empreendimentos turísticos no espaço rural,
- hotéis rurais,
- parques de campismo rural,
- turismo de aldeia,
- turistas,
- hóspedes ou visitantes.

As propriedades que lhe estão associadas: dizem respeito à divisão do sector do **Turismo no Espaço Rural** em três grandes componentes:

- as casas de turismo no espaço rural (*“Turismo de Habitação”, “Turismo Rural”, “Agroturismo”, “turismo de aldeia”, “casas de campo”*);
- as actividades de animação ou diversão no espaço rural;
- os empreendimentos turísticos no espaço rural (*“hotéis rurais”, “parques de campismo rural”*).

O público alvo tanto é designado por *“Turista(s)”* como por *“Hóspede(s)”* ou *“Visitante(s)”*.

TURISMO NO ESPAÇO RURAL

MODALIDADES DE SERVIÇO DE HOSPEDAGEM

TURISMO DE HABITAÇÃO

- casas antigas
- solares
- casas apalaçadas

TURISMO RURAL

- casas rústicas

AGROTURISMO

- exploração

TURISMO DE ALDEIA

- empreendimentos de cinco casas no mínimo

CASAS DE CAMPO

- casas particulares
- casas de abrigo

ACTIVIDADES DE ANIMAÇÃO OU DIVERSÃO

- itinerários temáticos
- gastronomia
- artesanato
- folclore
- caça
- pesca
- jogos
- transportes tradicionais

EMPREENHIMENTOS TURÍSTICOS NO ESPAÇO RURAL

- hotéis rurais
- parques de campismo rural

4.4. Evolução de alguns conceitos-chave de 1982 a 1997.

Os conceitos-chave são os conceitos a partir dos quais se estrutura a terminologia que constitui o sistema conceptual do **Turismo no Espaço Rural**. Seleccionámos os conceitos *“Turismo de Habitação”*, *“Turismo Rural”*, **Turismo no Espaço Rural**, *“Agroturismo”* e *“Turista”*. Estes conceitos que num plano linguístico se expressam através de termos, existem em todas as legislações em análise.

Apresentamos a evolução conceptual e socioterminológica de cada termo a partir das suas sucessivas definições, na legislação, desde 1982, data do aparecimento do conceito de *“Turismo de Habitação”*, em Portugal, até 1997, data da última legislação.

4.4.1. *Turismo de Habitação.*

1982 : *“A expressão “Turismo de Habitação” designa fundamentalmente a utilização de casas de habitação para alojamento do turismo interno e internacional, incluindo, eventualmente, o fornecimento de refeições e, num conceito mais alargado, o proporcionar meios de animação, designadamente visita a locais ou imóveis de comprovado interesse cultural, bem como as motivações relativas à gastronomia, ao artesanato, ao folclore ou outras que pelas suas características o justifiquem.”*

1984 : *“A denominação “Turismo de Habitação” designa uma modalidade especial de actividade turística que consiste na exploração de quartos existentes em casas, isoladas ou inseridas em núcleos habitacionais, que sirvam simultaneamente de residência aos respectivos donos.”*

1986 : *“O “Turismo de Habitação” define-se pelo aproveitamento de casas antigas, solares, casas apalaçadas ou residências de reconhecido valor arquitectónico, com dimensões adequadas, mobiliário e decoração de qualidade, que satisfaçam os requisitos exigidos ao abrigo deste decreto-lei.”*

1987 : *“ O exercício do “Turismo de Habitação” pode revestir a qualificação especial de “turismo de casas antigas” quando praticado em imóveis de classificados como de valor internacional, nacional, regional ou local e outros que, pela sua época, valor arquitectónico, histórico ou artístico, sejam considerados como “casas antigas” pela Direcção-Geral do Turismo (DGT), ouvido o Instituto Português do Património Cultural.*

1997 : *“Designa-se por “Turismo de Habitação” o serviço de hospedagem de natureza familiar prestado a turistas em casas antigas particulares que, pelo seu valor arquitectónico, histórico ou artístico, sejam representativas de uma determinada época, nomeadamente os solares e casas apalaçadas.”*

No mês de Janeiro de 1983, surge o primeiro diploma legislativo, incluindo a designação *“Turismo de Habitação”*. Aparece como um neologismo no seio de uma área nova, em fase de constituição, cuja definição pouco precisa não permite afirmar que se trata realmente de um termo. O uso da designação, segundo a própria legislação, é caracterizado de *“expressão que*

designa...”, apontando para a delimitação do conceito. Por outro lado, o conceito é classificado como uma “*modalidade complementar do alojamento turístico*” na falta de um maior rigor, na sua definição.

Com o Decreto-Lei 251/84, o legislador tenta definir, ainda com carácter provisório, o regime de inserção do “*Turismo de Habitação*”, na oferta turística portuguesa, através da clarificação do acesso à obtenção de tal denominação e a classificação das unidades; mantém-se a perspectiva de que o conceito abrange uma realidade mais vasta que o alojamento. O “*Turismo de Habitação*” passa de “expressão” a “*denominação que designa...*” uma modalidade especial de actividade turística, não se integrando já nas modalidades complementares de alojamento turístico. A legislação aponta para a necessidade de um enquadramento de base legislativa mais exigente.

A partir de 1986, a área do **Turismo no Espaço Rural** adquire verdadeiro estatuto como produto turístico, e o “*Turismo de Habitação*” passa a ser uma das modalidades ao lado do “*Turismo Rural*” e do “*Agroturismo*”. Segundo o Decreto-Regulamentar nº5/87, o “*Turismo de Habitação*” pode ainda deter a qualificação especial de “*Turismo de casas antigas*”, quando praticado em imóveis classificados como tendo valor arquitectónico internacional, nacional, regional ou local.

Por último, em 1997, a nova Legislação pretende reajustar certos conceitos à realidade que entretanto foram desactualizando desde o último

Decreto-Lei de 1986. O “*Turismo de Habitação*” é agora um “*serviço de hospedagem de natureza familiar*”; o termo está melhor definido, mantendo a preocupação de preservar o património natural e cultural do país.

Os seus objectivos são de contribuir para o desenvolvimento turístico e sócio-económico de determinadas zonas tais como o Minho, o Gerês, a Serra da Estrela... e constituir um instrumento de conservação do património artístico-arquitectónico nacional com o aproveitamento de casas antigas, apalaçadas ou senhoriais de reconhecido valor arquitectónico, visando a preservação do enquadramento ambiental, para um turismo de qualidade, que mais tarde tomará a designação de **Turismo no Espaço Rural**.

4.4.2. Turismo Rural e Agroturismo.

1986 : “*Reveste a forma de “turismo rural” o exercício da actividade a que se refere o artigo 1.º em casa rústica com características próprias do meio rural em que se insere, situando-se em aglomerado populacional ou não longe dele e satisfazendo os demais condicionalismos aplicáveis.*”

1997 : “*Designa-se por “turismo rural” o serviço de hospedagem prestado a turistas em casas rústicas particulares utilizadas simultaneamente como habitação do proprietário, possuidor ou legítimo detentor e que, pela sua traça, materiais construtivos e demais características, se integrem na arquitectura típica regional.*”

1986 : “*Designa-se por “agro-turismo” o exercício da actividade enunciada no artigo 1.º em casas de habitação ou seus complementos integrados numa exploração agrícola, caracterizando-se por algum modo de participação dos turistas nos trabalhos da própria exploração ou em*

formas de animação complementares, e desde que a unidade obedeça às condições legalmente exigíveis”.

1997 : *“Designa-se por “agro-turismo” o serviço de hospedagem prestado em casas particulares utilizadas simultaneamente como habitação de proprietário, possuidor ou legítimo detentor e integradas em explorações agrícolas que permitam aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da actividade agrícola ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo com as regras estabelecidas pelo responsável das casas e empreendimentos”.*

É com o Decreto-Lei 256/86, que surgem pela primeira vez os neónimos *“Turismo Rural”* e *“Agroturismo”*, co-hipónimos mais novos do termo *“Turismo de Habitação”*; estes dois termos aparecem aquando da estruturação do sistema conceptual do **Turismo no Espaço Rural**. Até então, a única modalidade era o *“Turismo de Habitação”*, usado como um termo genérico para designar qualquer forma de alojamento com fins turísticos no “espaço rural”.

O conceito de *“Turismo Rural”* é caracterizado pela rusticidade das casas e pelo espaço no qual se insere (meio rural). Por outro lado, o conceito de *“Agroturismo”* tem como características as casas de habitação ou os seus complementos inseridos em exploração agrícola proporcionando aos turistas a possibilidade de participar em trabalhos de tipo agrícola.

Na última legislação (1997), tanto o *“Turismo Rural”* como o *“Agroturismo”* passam a ser definidos como *“serviços de hospedagem”* e deixam de ser caracterizados por uma *“actividade”*. A especificidade deste

termo refere-se agora à inclusão de uma componente *“Actividades de animação ou diversão no espaço rural”* ao lado das modalidades de hospedagem. Constitui-se, assim, pouco a pouco uma nova área conceptual que diz respeito ao **Turismo no Espaço Rural**.

4.4.3. Turismo no Espaço Rural.

1986 : *“A actividade de interesse para o turismo, com natureza familiar, que consiste na prestação de hospedagem em casas que sirvam simultaneamente de residência aos donos e preencham as condições requeridas no presente diploma pode revestir a forma de “Turismo de Habitação”, “Turismo Rural”, ou “Agro-turismo”.*

1997 : *“**Turismo no espaço rural** consiste no conjunto de actividades e serviços realizados e prestados mediante remuneração em zonas rurais, segundo diversas modalidades de hospedagem, de actividades e serviços complementares de animação e diversão turística, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural.*

O termo **Turismo no Espaço Rural** remete para um único conceito, o da prática de actividades de lazer, num meio geográfico designado de rural, porque fora do meio urbano. Estamos perante uma unidade terminológica complexa, composta por um termo genérico *turismo* seguido de dois elementos, que conferem uma especificidade semântica a este novo conceito.

De um modo geral, do ponto de vista do “turista”, o termo *turismo* define-se como um *“Fenómeno sócio-económico e cultural que se baseia na deslocação de pessoas para locais diferentes da sua residência habitual, com objectivos de lazer, utilizando as facilidades de alojamento, alimentação e outras oferecidas no destino”*⁵⁵; na óptica do profissional do sector, este termo tem uma outra polissemia, sendo definido como um *“Conjunto de actividades profissionais, relacionadas com o transporte, alojamento, alimentação e actividades de lazer destinadas a turistas”*⁵⁶

Interessa destacar, nas duas polissemias da definição deste termo, a componente “lazer”. Efectivamente, um dos objectivos do turismo é proporcionar actividades de lazer aos seus “clientes”.

Directamente ligado ao conceito de lazer existe o de “descanso”, relacionado com a ideia veiculada nas nossas sociedades, em que o turismo está associado a férias, sendo o descanso uma componente fundamental desses períodos: *“o descanso é um acto de viver e insofismavelmente, nas suas formas evoluídas, um direito adquirido pelas populações dos países de civilização ocidental”*⁵⁷. No entanto, o termo de “descanso” é também polissémico, no seio da comunidade, em geral. Para uns corresponde à significação relativa à paragem que permite o repouso, enquanto que para outros diz respeito ao conjunto de actividades susceptíveis de contribuir para esse descanso.

⁵⁵ DOMINGUES, C. M. (1990) - Dicionário Técnico de Turismo, Lisboa, Dom Quixote, p. 279.

⁵⁶ DOMINGUES, C. M. (1990) - Dicionário Técnico de Turismo, Lisboa, Dom Quixote, p. 279.

⁵⁷ MARTINS, L.P. (1993) - Lazer, férias e turismo no Noroeste de Portugal, Dissertação de Doutoramento, Porto, Faculdade de Letras - Universidade do Porto, p. 2.

A denominação do conceito do termo **Turismo no Espaço Rural** surge em 1986, com o Decreto-Lei 256/86, como termo genérico, constituído por componentes relativas a três modalidades: *“Turismo de Habitação”*, *“Turismo Rural”* e *“Agroturismo”*. Surge, assim, uma organização do campo conceptual do **Turismo no Espaço Rural** com um conjunto de neónimos relativos a denominações referentes a novas práticas, acompanhados das respectivas definições.

Em 1997, a nova Legislação propõe uma estruturação da área conceptual do **Turismo no Espaço Rural**, subdividindo a área em três secções:

- as *“Modalidades de serviço de hospedagem”*,
- as *“Actividades de animação ou diversão”*,
- os *“Empreendimentos turísticos no espaço rural”*.

Novos conceitos e respectivos neónimos como *“Turismo de Aldeia”*, *“Casas de Campo”*, *“Hotéis Rurais”*, entre outros, surgem como reflexo da evolução do sector em que foram aparecendo novas realidades ligadas ao **Turismo no Espaço Rural**.

O Decreto-Lei de 1986 inscreve-se num Plano Nacional de Turismo, tendo como objectivo contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população portuguesa, mediante, entre outras medidas, o fomento do *“Turismo Rural”* e o incremento do *“Turismo de Habitação”* nas zonas rurais, modalidades que, simultaneamente, deverão visar a protecção e valorização

do património cultural, de que a arquitectura regional é expressão de grande interesse turístico.

Com o Decreto-Lei 169/97 procura-se lançar as bases do enquadramento legal das actividades a desenvolver no âmbito do **Turismo no Espaço Rural**. Esse desenvolvimento deve ser feito preservando ou recuperando o património natural, paisagístico, cultural, histórico e arquitectónico das regiões, nas regiões em que se insere. Por outro lado, pretende-se, assim, revitalizar e desenvolver o tecido económico rural, contribuindo para o aumento do rendimento das populações locais e criando condições para o crescimento da oferta de emprego e fixação das ditas populações.

4.4.4. Turista.

Desde o seu aparecimento no panorama turístico português, o **Turismo no Espaço Rural** tem evoluído muito na organização do seu próprio mercado turístico, assim como na procura de um determinado tipo de clientela. A flutuação que se verifica a nível da Legislação quanto à designação a adoptar é reveladora de um domínio ainda em fase de constituição.

Assim, e em consequência dessa não-fixação de unidades terminológicas, temos várias denominações que constituem variantes socioterminológicas relativas ao público a quem se destina o **Turismo no**

Espaço Rural: na legislação de 1984, podemos seleccionar “*turista*”; em 1986, o termo utilizado é “*cliente*” e, em 1997, “*hóspede*” ou “*visitante*”.

De facto, o termo “*turista*” é aplicável de um modo geral ao “*turista*” mais comum. Podemos mesmo verificar que este termo tem conotações pejorativas, na língua corrente, designando todo aquele que nada faz. Mas o **Turismo no Espaço Rural** é um produto turístico destinado a uma certa elite social, sendo, por isso, necessário evitar a utilização do termo “*turista*”.

A utilização do termo “*cliente*” não parece ter sido satisfatório a partir da legislação de 1986; tratava-se de um termo ambíguo, demasiado conotado com a área dos negócios.

Recentemente, em 1997, a legislação propõe os termos “*hóspede*” ou “*visitante*” mais neutros do ponto de vista conotativo, mas mais específicos relativos a este tipo de turista. Será que estes dois termos irão substituir de uma vez por todas a denominação genérica de “*turista*” neste sistema de conceitos? Nestes próximos tempos estaremos atentos à evolução semântica deste termo e à implantação dos outros três termos de traços semânticos mais específicos sugeridos pelos próprios textos legislativos.

4.5. Selecção da terminologia de base do Turismo no Espaço Rural.

Esta terminologia apresenta apenas os termos mais importantes extraídos das várias subcomponentes da Base Textual do **Turismo no Espaço Rural**.

Lematizámos os termos e anulámos as variantes gráficas como, por exemplo, “*Agro-turismo*” e “*Agroturismo*”. Mantivemos, no entanto, algumas variantes sinonímicas como “*turismo de habitação de casas antigas*” e “*turismo da casas antigas*”.

Apresentamos, em 4.5.1. uma primeira listagem relativa à terminologia de base. Em 4.5.2., apresentamos a listagem de entidades, instituições e associações nacionais ou comunitárias.

4.5.1. Termos de base

acolhimento
acolhimento turístico
actividade
actividade agrícola
actividade agroturística
actividade agrovinícola
actividade cultural
actividade de animação
actividade de animação ou diversão
actividade de ar livre
actividade de interesse para o turismo
actividade de lazer
actividade de tempos livres
actividade económica
actividade industrial
actividade lúdica
actividade recreativa
actividade turística
actividade turística de natureza experimental
aglomerado populacional
agricultura
agricultura biológica
agricultura tradicional
agro-alimentar
agroturismo
albergue rural
aldeia
aldeia histórica

aldeia raiana
aldeia rural
aldeia típica
aldeia-museu
alojamento
alojamento rural
alojamento turístico
ambiente
ambiente acolhedor
ambiente agradável
ambiente calmo
ambiente cultural
ambiente familiar
ambiente físico
ambiente humano
ambiente natural
ambiente rural
ambiente rústico
ambiente tranquilo
ambiente urbano
animação
apicultura
aproveitamento de casas antigas
arboricultura
arboricultura frutícola tropical
área de acesso vedado
área de habitação
arquitetura rural
artesanato
associação de proprietários
atração turística
bem-estar
caça
casa
casa afecta de turismo de habitação
casa agrícola
casa antiga
casa apalaçada
casa armoriada
casa de abrigo
casa de aldeia
casa de arquitetura rural
casa de arquitetura rústica
casa de arquitetura tradicional
casa de banho
casa de banho completa
casa de campo
casa de granito

casa de habitação
casa de hóspedes
casa de pedra
casa de tipo senhorial
casa de turismo de habitação
casa de turismo no espaço rural
casa de turismo rural
casa inscrita
casa nobre
casa oficial
casa particular
casa principal
casa recuperada
casa restaurada
casa rural
casa rústica
casa rústica de granito
casa rústica de pedra
casa rústica tipicamente beirã
casa rústica tipicamente minhota
casa rústica tipicamente portuguesa
casa rústica tipicamente transmontana
casa senhorial
casa solarenga
casa T.E.R
casa típica
central de reservas
centro tradicional de artesanato
centro turístico
centro turístico rural
certificado
ciclo agrícola
ciclo do vinho
cicloturismo
circuito turístico
classificação
classificação das unidades
cliente
coima
complexo turístico
conforto
cultura
cultura da vinha
cultura de regadio
cultura rural
desenvolvimento rural
desenvolvimento turístico
desporto

destino turístico
distribuidor turístico
dono da casa
eco-museu
economia turística
ecoturismo
educação ambiental
empreendimento
empreendimento de turismo de aldeia
empreendimento de turismo no espaço rural
empreendimento turístico
empreendimento turístico no espaço rural
empresa turística
enquadramento ambiental
entidade exploradora
equipamento
equipamento de animação
equipamento turístico
escola ecológica
espaço de turismo
espaço rural
estabelecimento hoteleiro de natureza familiar
estância termal
estrutura agroturística
exploração agrícola
exploração agro-florestal
exploração da unidade
exploração de alojamento turístico
exploração de interesse turístico
exploração de quartos
exploração de turismo no espaço rural
exploração do turismo de habitação
exploração rural
exploração turística
factor de produção
factura
facturação discriminada
fiscalização
fluxo real e potencial de turismo interno
fluxo turístico
folclore
forma de turismo
fornecimento de refeições
frequência turística
fruticultura
fruticultura subtropical
gastronomia
habitação do proprietário

habitação própria
horticultura
hospedagem
hóspede
hospitalidade
hotel rural
imagem turística
indústria turística
informação turística
inscrição
inscrição das casas
insígnia
inspecção
instalação
integração no ambiente
interesse cultural e recreativo
interesse turístico
itinerário temático
itinerário turístico
itinerário turístico-cultural
jogo
lazer-turismo
licenciamento
livro de reclamações
livro de registo dos hóspedes
localização
localização da propriedade
lotação dos quartos
meio ambiente
meio rural
meios complementares de acolhimento
meios de animação
mercado turístico
mobiliário
modalidade complementar do alojamento turístico
modalidade de alojamento particular
mundo rural
natureza
oferta de serviços de interesse turístico
oferta turística
oferta turística no espaço rural
oferta turística portuguesa
operador turístico
operador turístico especializado
operador turístico local
operador turístico rural
ordenamento geográfico
órgão local de turismo

órgão local ou regional de turismo
pagamento
pagamento antecipado
pagar
panorama turístico
parque de campismo rural
passado histórico
passeio turístico
património
património arquitectónico
património artístico e paisagístico
património artístico-cultural
património construído
património cultural
património histórico
património histórico-cultural
património monumental
património nacional
património natural
património rural
património turístico
património turístico-cultural
pequeno almoço
pesca
piscicultura
placa identificadora
plano local de qualidade turística
política de turismo
potencial turístico
pousada
preço
prestação de serviços
procura externa
procura interna
procura turística
produto
produto agro-alimentar
produto alternativo
produto de turismo cultural
produto de turismo de massas
produto de turismo rural
produto turístico
produto turístico rural
profissional do turismo
programa local de animação
promoção turística das áreas rurais
promotor turístico
propaganda turística

propriedade
propriedade privada
propriedade rural
proprietário
publicidade turística
qualidade
qualificação
quarto
quarto particular
quinta
reclamação
recuperação de património construído
recurso construído
recurso natural
recurso turístico
reembolso
refeição
região de turismo
região turística
registo
registo de hóspedes
registo nacional
representante
residência
residência do proprietário
residência própria
responsável
roteiro turístico
sector do turismo
serviço
serviço de hospedagem
serviço de inspecção
serviço de inspecção turística
serviço de pequeno-almoço
serviço prestado
serviço turístico
silvicultura
sistema de informações
sistema de reservas
sistema turístico
sociedade familiar
solar
solar de turismo de habitação
solar rural
tabela de preços
Técnico de Turismo Ambiental e Rural
telemática turística em meio rural
TER (Turismo no Espaço Rural)

tesouro ecológico
tradição regional
tratamento de roupas
turismo
turismo alternativo
turismo ambiental
turismo ambiental e ecológico
turismo cultural
turismo da natureza
turismo de aldeia
turismo de aventura
turismo de casas antigas
turismo de encontro
turismo de habitação
turismo de massa
turismo de natureza
turismo de partilha
turismo de qualidade
turismo de quinta
turismo de solares
turismo de topo de gama
turismo desportivo
turismo doce
turismo ecológico
turismo em espaço rural
turismo escolar
turismo étnico
turismo exclusivo
turismo histórico
turismo individual
turismo internacional
turismo interno
turismo local
turismo massificado
turismo nas áreas protegidas
turismo naturalista
turismo no espaço rural
turismo nos espaços protegidos
turismo personalizado
turismo recreativo
turismo rural
turismo social
turismo temático
turismo tradicional
turismo tropical
turismo urbano
turismo verde
turismo verde e rural

turista
unidade
unidade de Turismo de Habitação
unidade rural
utilidade turística
utilização turística dos alojamentos
valor arquitectónico
vida rural
zona de turismo
zona de Turismo de Habitação
zona rural
zona turística privilegiada
zona turística tradicional

4.5.2. Designações de entidades, instituições e associações nacionais ou comunitárias.

AGROBIO (Associação de Agricultura Biológica)
Câmara Municipal
Comissão das Comunidades Europeias
Comissão regional de turismo
Direcção Geral do Turismo
Director-geral do Turismo
ENATUR (Empresa Nacional de Turismo)
Fundo de Turismo
Instituto Português do Património Cultural
Ministério do Comércio e Turismo
Organização Mundial de Turismo
Plano Nacional de Turismo
Política Comunitária do Turismo
Programa de Turismo de Habitação
Secretaria de Estado do Turismo
TURIHAB (Associação de Turismo de Habitação)
TURNATUR (Associação de Turismo de Natureza)

5. DA TERMINOLOGIA À SOCIOTERMINOLOGIA.

5.1. Denominação e neologia.

A formação dos conceitos científicos ou técnicos processa-se de maneira idêntica até ao momento da denominação. Deste processo de formação resultam os neónimos que constituem uma parte dinâmica do sistema linguístico; no entanto, a sua difusão e implantação no sistema depende de vários factores.

Os mecanismos formais e semânticos da denominação estão intimamente relacionados com a visão do mundo, a delimitação da realidade e com aspectos socioculturais.

A eficácia de denominação depende da “qualidade” do termo, da sua adequação ao conceito representado; esta qualidade está condicionada pelo grau de transferência referencial, pelo grau de motivação de formação morfossemântica.

As lexias complexas muito frequentes nas terminologias “*retiennent certains traits de substance du référent pour aboutir à des structures qui parfois confinent à une description / définition partielle, mais assez prolixe du référent*”.⁵⁸

A realidade cognitiva do conceito, dada a sua complexidade, é abordada apenas em superfície no momento da denominação.

⁵⁸ BOISSON, Cl. et THOIRON, Ph. (1997) - Autour de la Dénomination, Lyon, PUL, CRTT, p. 9.

A natureza da propriedade ou do “traço conceptual” não tem, muitas vezes, uma relação directa com cada elemento de denominação: *“ces éléments de nomination représentent quelque chose que l’on a choisi d’appeler ‘trait conceptuel’ dans la mesure où cette chose est ici examinée dans son rôle constitutif d’une entité conceptuelle plus grande, soit celle qui est nommée par le terme: on a donc une hiérarchie trait conceptuel-concept, les premiers étant constitutifs des seconds.”*⁵⁹

Sublinhamos a importância das lexias complexas de dois ou mais elementos resultantes do processo de denominação. Este tipo de lexia apresenta traços conceptuais dos novos conceitos.

Muitos dos novos termos e neónimos reflectem fenómenos de “lexicultura”⁶⁰, isto é, reflectem aspectos socioculturais da realidade portuguesa uma vez que os actores socioprofissionais, os utentes e os próprios espaços não se podem desligar de uma realidade portuguesa apesar do **Turismo no Espaço Rural** existir noutros países. Chamamos, no entanto, a atenção para o facto de a terminologia relativa a este domínio noutras línguas ter, certamente, outras organizações, outros sistemas conceptuais.

Estamos perante uma nova terminologia, em que é possível datar termos através dos vários textos que constituem o corpus de análise. Os vários

⁵⁹ BÉJOINT, H. et THOIRON, Ph. (1997) - “Modèle relationnel, définition et dénomination”, in *Autour de la Dénomination*, Lyon, PUL, CRTT, p. 188.

⁶⁰ Cf. GALISSON, R. (1990) - “Une dictionnaire à géométrie variable au service de la lexiculture”, in *Cahiers de Lexicologie*, 70, Paris, Didier.

fragmentos da base textual do **Turismo no Espaço Rural** permitem-nos observar a formação dos conceitos, as primeiras denominações muitas vezes designadas de expressões. Podemos analisar a eficácia dos termos novos, e observar as variantes sinonímicas que por vezes reflectem a formação e a evolução do próprio conceito: "*Turismo em Espaço Rural*" e "**Turismo no Espaço Rural**".

5.1.1. Neologia da língua geral.

A língua é um sistema que possui um conjunto virtual de mecanismos que permitem as criações lexicais. Consequentemente, surgem novas unidades lexicais que vêm enriquecer a língua e contribuir para a sua evolução: "*une langue ne peut rester vivante sans évolution* " ⁶¹ É o fenómeno designado neologia.

A neologia, em termos lexicológicos, define-se como o processo de formação de novas unidades lexicais, no seio do sistema linguístico, com o objectivo de designar novas realidades. O aparecimento dessas unidades, chamadas neologismos, é indispensável para denominar novas descobertas científicas, progressos industriais ou modificações da vida social, etc. O fenómeno da neologia é parte integrante da língua, sendo uma componente regeneradora do sistema lexical.

O neologismo nasce da flexibilidade do léxico que, segundo a definição de REY é "*à la fois le milieu recepteur et le moyen créateur des systèmes de*

⁶¹ DUBUC, R. (1980) - Manuel Pratique de Terminologie, Montréal, Linguattech, p. 5

dénotation..."⁶² O neologismo tem, portanto, como função denotar uma nova realidade, no plano da língua, isto é, a necessidade de denominar um novo conceito ou um novo objecto. Paralelamente, existem unidades lexicais que desaparecem ao longo dos séculos da história de uma determinada língua ou mesmo em períodos diacrónicos mais curtos.

O neologismo, na língua geral, surge em discurso de uma forma espontânea e natural, passando, numa fase posterior, para o nível da língua, isto é, do sistema linguístico

5.1.2. Neonímia da língua de especialidade.

A neologia ocupa um lugar importante em Terminologia, desde o modo de criação de neologismos, até à sua implantação na língua de especialidade, passando pela fase de difusão de novos termos.

GUILBERT distingue léxico (ou vocabulário) de especialidade e léxico (ou vocabulário) comum. Define o primeiro como o léxico relativo a uma língua de especialidade e o outro como uma zona lexical comum a todos os locutores de uma comunidade. O léxico geral pertencente a um sistema linguístico, nos seus subconjuntos de léxico comum e de léxico de especialidade são veiculados pelos falantes através da língua, isto é, pelo: "*conjunto de meios de expressão à disposição dos membros de uma comunidade linguística*"⁶³.

⁶² REY, A. (1979) - La Terminologie, Noms et Notions, Paris, PUF, Coll. Que sais-je? nº1780, p. 49

⁶³ GUILBERT, L. (1975) - La Créativité Lexicale, Paris, Larousse, p. 62.

Os diferentes tipos de neologia decorrem, em parte, da distinção entre língua corrente e língua de especialidade. O sistema linguístico de uma comunidade não é impermeável, nem estático; cada sincronia é constituída por vários momentos diacrónicos. A língua evolui em consequência da intensidade de comunicações do mundo de hoje e devido também ao aparecimento de novas técnicas, que dão origem a novas unidades lexicais ou terminológicas, cuja implantação e duração de vida depende do uso efectuado pela comunidade, em geral, ou por uma comunidade de especialistas ou técnicos.

Em terminologia, a neologia desenvolve-se, basicamente, para responder às necessidades precisas de um domínio de especialidade. Surgem os chamados neologismos terminológicos ou neónimos que são: *"terme de formation récente ou emprunté depuis peu à une autre langue, ou encore désignation d'une notion nouvelle par un terme existant."*⁶⁴. O neónimo é um signo linguístico do mesmo tipo do termo, no sentido em que é unívoco e monorreferencial; o conceito que ele recobre faz parte de um sistema de conceitos. Este último aspecto distingue basicamente o neónimo do neologismo. O neologismo terminológico distingue-se do neologismo lexical da língua geral como o termo se distingue da unidade lexical. Em consequência, *"nous réservons à la notion de néologie lexicale de la langue commune la dénomination de néologie et nous désignerons au moyen de l'appellation*

⁶⁴ BOUTIN-QUESNEL, R. ; BELANGER, N. et alii. (1985) - Vocabulaire systématique de la terminologie, Cahiers de l'Office de la Langue Française, Québec, p. 23.



néonymie la notion de néologie terminologique ⁶⁵.

RONDEAU distingue dois tipos de neónimos⁶⁶: os neónimos de “origem”, que são aqueles termos novos que aparecem numa língua de especialidade, no momento em que nasce uma nova noção, graças à descoberta de um especialista de domínio, de um cientista ou de um técnico; os neónimos “d'appoint” surgem quando uma nova noção circula rapidamente nos meios técnicos e científicos e a sua denominação passa de uma língua para a outra, constituindo um caso de empréstimo.

Destacamos os dois grandes processos de formação de neologismos comuns à língua geral e às línguas de especialidade: as novas criações de unidades lexicais e os empréstimos.

As novas criações lexicais podem ser reagrupadas em várias grandes categorias: a primeira contém as unidades lexicais totalmente novas no sistema linguístico. São lexias simples ou complexas sem qualquer relação do ponto de vista fonomorfológico com o resto das unidades do sistema linguístico que procuram, geralmente, evitar os tipos de formação tradicionais. Este tipo de formação neológica é o mais raro, uma vez que é difícil construir uma nova unidade lexical sem qualquer relação fonomorfológica e semântica com as unidades já existentes.

⁶⁵ RONDEAU, G. (1984) - *Introduction à la Terminologie*, Montréal, Gaetan Morin Editeur, p. 124.

⁶⁶ Cf. RONDEAU, G. (1984) - *Introduction à la Terminologie*, Montréal, Gaetan Morin Editeur, p.124.

Este processo caracteriza-se pelas seguintes formações lexicais a neologia fonológica, que consiste na articulação de uma ou mais sílabas que contêm um significado inédito. “...*toute création lexicale, pourvu qu' elle soit à la fois morphologique et sémantique, résulte partiellement d' une combinaison phonologique inédite d' unités minimales*”⁶⁷

No momento da denominação de um novo conceito ou de um objecto, criam-se novas unidades lexicais, usando para tal, processos como: a prefixação, a sufixação, a parassíntese, a truncção, o acrónimo, o vocábulo-mala ou a sigla.

Esta segunda categoria de criação de novas unidades lexicais (neologia formal) é a mais frequente, uma vez que explora elementos da língua, respeitando os tipos de formação existentes no sistema.

Passamos a apresentar alguns exemplos de neologia formal mais frequentes:

a) neologismos formados a partir de alguns formantes: agro-, eco-, eno-, ciclo-

agroturismo

agroturístico

ecoturismo

enoturismo

cicloturismo

⁶⁷ GUILBERT, L. (1975) - La Créativité Lexicale, Paris, Larousse, p. 60.

b) neologismos formados por justaposição:

aldeia-museu

lazer-turismo

c) neologismos formados por truncação e acronímia:

ENATUR (Empresa Nacional de Turismo)

TURIHAB (Associação de Turismo de Habitação)

d) neologismos formados por truncação de que resultam vocábulos-mala:

turismoda

turistrela

TURNatur (*Associação de Turismo de Natureza que se dedica a actividades com carácter de aventura*).

Nos dois primeiros neologismos existem uma sobreposição de uma fonema e no terceiro o fractomorfema “-natur-” contem duas significações: + natureza, + aventura.

e) siglas resultantes de processos neológicos de abreviação:

T.E.R. - Turismo no Espaço Rural.

A neologia semântica (ou de sentido) é um processo que resulta da utilização de um significante já existente na língua que adquire uma nova significação: *“La néologie sémantique peut se définir par l'apparition d'une signification nouvelle dans le cadre d'un même segment phonologique”*.⁶⁸ Este tipo de neologia pode resultar de polissemização resultante da especialização de semas, como por exemplo nos termos: *“cliente”, “hóspede”, “visitante”*. Pode também resultar de fenómenos de generalização de que é exemplo o termo *“turista”*.

Vários adjectivos adquirem também novos semas integrados em lexias complexas como:

turismo ambiental

turismo doce

turismo verde.

A neologia sintagmática consiste na combinatória de vários segmentos, isto é, signos diferentes dos quais resulta um novo termo. Segundo este mesmo autor: *“La définition de ce mode de production néologique consiste à distinguer et à caractériser les différents types de la syntagmatique lexicale”*⁶⁹

Muitos neónimos integram-se neste tipo de formação a partir de várias matrizes terminogénicas:

⁶⁸ GUILBERT, L. (1975) - *La Créativité Lexicale*, Paris, Larousse, p. 64.

⁶⁹ GUILBERT, L. (1975) - *La Créativité Lexicale*, Paris, Larousse, p.101

a) *N + Adj.*

turismo rural

turismo ecológico

b) *N + Prep. + N*

turismo de habitação

c) *N + Prep. (+Art.) + N + Adj.*

turismo em espaço rural

turismo no espaço rural

d) *N + Adj. + Conj. + Adj.*

turismo ambiental e rural

e) *N + Sigla (neologismo braquigráfico)*

casa TER

Estes diferentes processos de formação formal semântica ou sintagmática, muitas vezes não têm uma fronteira nítida; existem sempre processos de polissemização ou mesmo de metáfora nos vários tipos de neologia.

Podemos também registar alguns casos de elipse no interior de lexias complexas como por exemplo:

turismo de habitação de casas antigas

turismo de casas antigas.

Salientamos também a importância das siglas e dos acrónimos nesta terminologia. Todos estes tipos de neónimos estão fortemente relacionados com os diferentes actores socioprofissionais ou utentes que utilizam esta terminologia. Os acrónimos e as siglas têm uma forte função apelativa, utilizada frequentemente nos documentos publicitários ou de vulgarização.

O empréstimo faz parte dos vários tipos de processos de enriquecimento do léxico de uma língua. Segundo a definição de GUILBERT, “*L'emprunt consiste dans l'introduction, à l'intérieur du système, de segments linguistiques d'une structure phonologique, syntaxique et sémantique conforme à un autre système ...*”.⁷⁰ Consiste, portanto, na introdução num sistema linguístico, de uma unidade lexical proveniente de outra língua. O empréstimo tem a particularidade, contrariamente aos outros processos de formação já citados, de fazer surgir novas unidades lexicais sem recorrer, muitas vezes, a elementos lexicais preexistentes na língua. Os empréstimos são, de facto, elementos isolados e, quase sempre, não motivados.

Os empréstimos “contaminam” a língua e entra no seu uso, por canais de comunicação tais como a imprensa, os livros, a rádio, a televisão....Quanto maior for a utilidade do empréstimo, a sua introdução fácil e o estatuto sociocultural da língua-mãe prestigiante para a língua alvo, maior é a probabilidade de implantação do empréstimo, no uso do conjunto dos locutores de uma determinada língua.

⁷⁰ GUILBERT, L. (1975) - La Créativité Lexicale, Paris, Larousse, p. 90

A língua portuguesa contém uma quantidade significativa de empréstimos gregos e latinos, que hoje formam a maior parte dos vocabulários científicos e técnicos. O léxico português contemporâneo possui também empréstimos de origem inglesa, francesa, italiano, espanhola, árabe, alemã, entre outros.

A. NIKLAS-SALMINEN distingue pelo menos quatro tipos de empréstimos: os empréstimos “necessários” e os “supérfluos”, os empréstimos de sentido e os decalques. Relativamente aos primeiros diz que *“les emprunts nécessaires sont des termes qui s'imposent. En effet, c'est souvent la réalité importée qui apporte avec elle sa dénomination propre”*.⁷¹ Os defensores da língua tentam, geralmente, encontrar traduções para estes casos, o que nem sempre é fácil, já que não é apenas o termo que se importa, mas também o próprio conceito.

Por outro lado, existem os empréstimos *supérfluos* que, como o próprio nome indica, são *“des termes étrangers qui ne sont pas nécessaires”*.⁷² A maior parte destes empréstimos possuem tradução na língua alvo, mas o termo estrangeiro é mais útil, como diz NIKLAS-SALMINEN, *“il possède toujours une saveur différente de celle de son équivalente nationale”*.⁷³

Tanto os “necessários” como os “supérfluos” são empréstimos que consistem em introduzir na língua alvo, uma unidade lexical estrangeira, tentando ajusta-la o melhor possível à pronúncia e ao sistema gramatical.

⁷¹ NIKLAS-SALMINEN, A. (1997) - *La lexicologie*, Paris, Armand Colin, Masson, p. 84.

⁷² NIKLAS-SALMINEN, A. (1997) - *La lexicologie*, Paris, Armand Colin, Masson, p. 85.

⁷³ NIKLAS-SALMINEN, A. (1997) - *La lexicologie*, Paris, Armand Colin, Masson, p. 85

Mas existem também empréstimos “de sentido”, *“il s’agit de mots étrangers dont la forme écrite est identique ou semblable à celle du terme correspondant”*⁷⁴, na língua alvo. É, por exemplo, o caso do verbo “realizar” que é sobretudo usado no sentido de “concretizar”, “executar”, “efectuar”, mas por influência do inglês “to realise” adquiriu também a significação de “constatar uma realidade”.

Por último, existem os denominados “decalques” que consistem em *“construire un mot étranger en se servant des éléments correspondants”*⁷⁵, na língua alvo.

No sistema de termos do **Turismo no Espaço Rural** encontramos poucos empréstimos, ao contrário do que acontece na terminologia do Turismo em geral.

No início da sua existência, os neologismos, os sinónimos e muito em especial os estrangeirismos, em geral, são alvo de crítica, nomeadamente pelos defensores da língua, que os julgam inúteis. Mas, a realidade é que a neologia é a marca evidente da vitalidade de uma língua. Os neologismos *“témoignent d’une imagination poétique et plastique toujours en éveil, d’efforts continuels pour rendre l’expression plus variée, plus nuancée, plus riche”*.⁷⁶

⁷⁴ NIKLAS-SALMINEN, A. (1997) - *La lexicologie*, Paris, Armand Colin, Masson, p. 85.

⁷⁵ NIKLAS-SALMINEN, A. (1997) - *La lexicologie*, Paris, Armand Colin, Masson, p. 86.

⁷⁶ NIKLAS-SALMINEN, A. (1997) - *La lexicologie*, Paris, Armand Colin, Masson, p. 87.

5.1.3. Neologia e socioterminologia.

A interdisciplinaridade categoriza, hoje, muitos sectores científicos, técnicos e socioprofissionais; torna-se, por isso, muito difícil identificar a origem de neónimos e categorizar muitos novos termos que vão surgindo nas línguas de especialidade.

Alguns autores, como GAUDIN, para resolver o problema dos termos “multidomínios”, que pertencem a vários domínios, introduziram a designação de “esfera de actividades”. Este novo termo, para além de resolver o problema acima mencionado, pretende também dar conta dos usos sociais efectivos de um determinado termo. Assim, segundo GAUDIN: *“Une telle approche autorise une analyse plus fine que la traditionnelle classification en domaines et sous-domaines, mais permet également de rendre compte des usages de façon plus concrète”*.⁷⁷

De facto, para analisarmos os usos de neónimos, temos simultaneamente que ter em conta os contextos situacionais e dicursivos em que esses mesmos neónimos surgem. GAUDIN levanta ainda o problema de que *“ces milieux sont mal connus, peu étudiés et c'est sans doute une des tâches que devrait s'assigner l'étude de la néologie orale que de déterminer quel type de structures favorise l'émergence et la diffusion, au sein d'un milieu de travail, de néotermes”*.⁷⁸

⁷⁷ GAUDIN, F. (1993a) - Pour une socioterminologie, des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles, Rouen, Université de Rouen, p.160.

⁷⁸ GAUDIN, F. (1993a) - Pour une socioterminologie, des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles, Rouen, Université de Rouen, p.161.

As novas denominações não nascem, nem se impõem ao acaso dentro de uma língua de especialidade, passam por uma fase de criação, de acolhimento e de difusão, *“il faut un accueil qui les insère dans les pratiques langagières et un réseau qui en diffuse l’usage, ou l’impose...”*⁷⁹.

Para a socioterminologia, o conceito de “domínio de especialidade” apresenta algumas limitações, uma vez que remete para uma visão muito mais restrita relativamente à circulação e à implantação dos termos. Assim, o novo conceito de “esfera de actividade”, implica uma visão interdisciplinar. GAUDIN chama a atenção, de um modo pertinente, para os neónimos que nascem entre duas áreas conexas: *“en effet, le néologisme peut naître dans ce que nous appelons le discours d’interface, par exemple pour jeter un pont entre deux disciplines, ou pour exprimer un processus, un point de vue, etc., qui naît de la confrontation même dans l’interface.”*⁸⁰

No entanto, é a fase da difusão dos neónimos que permite a extensão a um uso social, ponte entre a passagem de uma acto discursivo para um facto de língua (sistema), *“ou plutôt, c’est la somme des réussites interactives de l’emploi du néologisme qui permettront sa diffusion puis réussiront à modifier l’usage”*.⁸¹ De facto, a significação do termo, manifesta-se, nomeadamente, no uso que fazem os locutores enquanto indivíduos pertencentes a um grupo socioprofissional ou sociocultural. É necessário situar o uso linguístico, no seio

⁷⁹ GAUDIN, F. (1993a) - Pour une socioterminologie, des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles, Rouen, Université de Rouen, p.161.

⁸⁰ GAUDIN, F. (1993a) - Pour une socioterminologie, des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles, Rouen, Université de Rouen, p.161.

⁸¹ GAUDIN, F. (1993a) - Pour une socioterminologie, des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles, Rouen, Université de Rouen, p.161.

de práticas sociais reais e analisar a inserção social ou socioprofissional dos novos termos e neónimos.

Assim, as várias reflexões em socioterminologia vieram enriquecer não apenas as análises do processo neonímico numa língua de especialidade, mas também do processo neológico da língua geral, sublinhando a importância do uso real e dos “usos sociais”: *“l’obligation de tenir compte de l’existence de l’usage réel - l’usage imposé conservant aussi ses vertus - , qui a entraîné dans son sillage une revue des attitudes à l’égard de la synonymie et la remobilisation au service de l’onomasiologie.”*⁸²

A perspectiva socioterminológica veio também sublinhar a importância da sinonímia, em geral, e das variantes sinonímicas, em particular, fenómenos decorrentes dos usos sociais que ocorrem em paralelo com a neonímia.

Nesta óptica, a fronteira entre a neologia e a neonímia, assim como a categorização dos novos termos em “domínios de especialidade” ficam postos em causa.

A título de exemplo, podemos citar os neónimos ou os novos termos seguintes:

agroturismo

cicloturismo

ecoturismo

espaço rural

⁸² BOULANGER. J. C. (1995) - “Présentation: Images et parcours de la Socioterminologie”, in META 40, nº2, p.196.

técnico de turismo ambiental e rural

turismo ambiental

turismo ambiental e ecológico

turismo cultural

turismo de natureza

turismo doce

turismo no espaço rural

turismo rural

turismo verde

Julgamos que a neónimia no **Turismo no Espaço Rural** apresenta de facto as características acima mencionadas uma vez que as novas denominações são utilizadas por variadíssimos tipos de actores socioprofissionais e socioculturais que incluem os próprios turistas.

Os neologismos não são apenas utilizados e difundidos entre técnicos, mas entre os utentes e a comunidade em geral. A fronteira entre neologia e neónima fica comprometida, em muitos casos. É apenas a perspectiva de análise que cria essa diferença, muito em especial, quando se torna necessário organizar e definir o sistema conceptual, delimitar termos e definições.

Estamos perante uma nova terminologia em que os novos termos têm apenas quinze anos; muitos outros são mais recentes, tendo sido introduzidos pelos últimos textos legislativos.

A sinonímia, a polissemia (e não apenas a homonímia) são outros fenómenos que caracterizam a terminologia do **Turismo no Espaço Rural**. Corroborando esta nossa afirmação, citamos BOULANGER: *“L’univocité du terme et de la notion créait une situation idéale et elle résolvait par avance tous les problèmes, particulièrement sur le plan théorique. Plutôt que de reconnaître la polysémie naturelle et la pertinence de la synonymie, on cherchait à retirer au terme son droit à la variation, à la fois en ce qui regarde les aspects sémantiques (la polysémie) et en ce qui à trait à la variation lexicale (la synonymie). Bien entendu, ce réductionnisme lexicale était recherché: il est évident que l’effort d’ “univocisation” avait pour objectif de ramener la multiplicité des situations et des variations de communication à une situation singularisée et simplifiée au possible.”*⁸³

5.2. Terminologia, uma disciplina interdisciplinar.

O quadro conceptual e teórico da terminologia enquanto ciência surge de uma forma definida nos anos 30.

Assiste-se então à formação de várias "escolas", de entre as quais sublinhamos a de Viena (1932), a de Praga (1933) e a da ex-União Soviética (1934). Todas estas escolas caracterizam-se por um conjunto comum de fundamentos teóricos que têm como pressupostos alguns conceitos da linguística estrutural.

⁸³ BOULANGER. J. C. (1995) - “Présentation: Images et parcours de la Socioterminologie”, in META 40, nº2, p.196.

A escola de Viena é a mais conhecida, uma vez que E. Wüster foi o primeiro a desenvolver trabalho sistemático a partir do qual se constituíram os fundamentos da teoria e das metodologias da terminologia actual.

No entanto, recentemente, assistimos a uma evolução da ciência terminológica em várias perspectivas, em diferentes países.

Assim, temos hoje, investigações e trabalhos de terminologia numa perspectiva de tradução; nesta óptica e com uma função de complementaridade relativamente a estes trabalhos foram criadas as grandes bases de dados desenvolvidas pelos organismos internacionais plurilingues, tais como a EURODICAUTOM, base de dados das Comunidades que tem por finalidade apoiar todo o trabalho de tradução e de interpretação no seio das Comunidades.

A escola de terminologia do Canadá seguiu, em parte, esta orientação, num país onde o bilinguismo é uma realidade social muito importante. A base de dados : a TERMIUM foi criada também com o objectivo de ajudar as actividades ligadas à tradução ou a outros sectores da sociedade.

No séc XVIII e XIX, cientistas e filósofos tiveram a preocupação de organizar e estruturar os conceitos e respectivas designações que surgiram em grande quantidade nessa época. Preocuparam-se com a natureza dos conceitos e com os fundamentos teóricos subjacentes à criação de novos termos. Assim, a organização dos termos surgiu de uma necessidade de estruturação do conhecimento.

A terminologia tem, hoje, por objecto de estudo, os sistemas de conceitos e respectivas designações, componentes fundamentais de uma língua de especialidade. Terminologia é um conceito polissémico que pode ser definido também como um conjunto de termos, isto é, "*as unidades linguísticas que designam as noções de uma forma unívoca, numa língua de especialidade*" ⁸⁴, constituindo um sistema de noções de um dado domínio.

Segundo RONDEAU, a terminologia é uma ciência cujo objectivo é de ordem linguística, definindo-se essencialmente pela sua pluridisciplinaridade⁸⁵. Os termos designam conceitos, e como tal, a terminologia, enquanto ciência, tem como função fundamental isolar e estruturar os conceitos, identificar a sua natureza e relacioná-los com as suas formas linguísticas.

A terminologia pode ser vista ainda sob três outras perspectivas, igualmente, interessantes. Por um lado, é definida como uma disciplina autónoma, mas interdisciplinar. Sublinhando este princípio citamos SAGER: "(...) *It is inter-disciplinary in the sense that it also borrows concepts and methods from semiotics, epistemology, classification, etc. It is closely linked to the subject fields whose lexical describes and for which it seeks to provide assistance in the ordering and use of designations*" ⁸⁶.

Uma outra perspectiva é de carácter filosófico, interessando-se fundamentalmente pela "*categorización lógica de los sistemas de conceptos y la*

⁸⁴ LINO, M^a T. et alii. (1991) - "Terminologia da Lexicologia, da Lexicografia, da Terminologia e da Terminografia", Dicionário de termos Linguísticos, Lisboa, Cosmos, p.19.

⁸⁵ RONDEAU, G. (1984) - Introduction à la Terminologie, Montréal, Gaetan Morin Editeur, p.18.

⁸⁶ SAGER, J. (1990) - A practical Course in Terminology Processing, Amsterdam, John Benjamins B.V., p.4.

*organization del conocimiento."*⁸⁷

Por último, uma terceira perspectiva que considera a terminologia como uma subcomponente do léxico da língua e as línguas de especialidade como subsistemas do sistema da língua.

5.3. Terminologia e pragmática.

A terminologia, pelo seu carácter interdisciplinar permite uma articulação importante com outras áreas da linguística, nomeadamente, com a pragmática. Assim, nos últimos anos temos vindo a assistir a uma inter-associação entre terminologia e pragmática, embora ainda seja escassa a produção de textos científicos com reflexão teórica sobre esta problemática.

O que é a pragmática? Como definir esta disciplina? Em que momento a terminologia recorre a ela? São algumas questões básicas às quais é fundamental dedicar algumas linhas de reflexão.

A pragmática é uma disciplina intimamente ligada às áreas da filosofia e da linguística, como sublinha ARMENGAUD: *"La pragmatique? Une discipline jeune, foisonnante, aux frontières floues... L'une des plus vivantes à la croisée des recherches en philosophie et en linguistique actuellement indissociables."*⁸⁸

⁸⁷ CABRÉ, M^a T. (1993) - La terminología Teoría, metodología, aplicaciones, Barcelona, Editorial Antártida / Empúries, p.32.

⁸⁸ ARMENGAUD, F. (1985) - La pragmatique, Paris, PUF, Coll. Que-sais-je? n°2230, p. 3.

A pragmática, em termos muito gerais, é definida como o estudo do uso da linguagem, por oposição ao estudo do sistema linguístico, objecto específico da linguística. Quando se fala em uso da linguagem, significa que este uso *“n’est neutre, dans ses effets, ni sur le processus de communication, ni sur le système linguistique lui-même. Il est banal, en effet, de noter qu’un certain nombre de mots [...] ne peuvent s’interpréter que dans le contexte de leur énonciation”*⁸⁹

A língua é um instrumento de comunicação. O uso das formas linguísticas *“produit, en retour, une inscription de l’usage dans le système lui-même : le sens de l’énoncé consiste en un commentaire sur ces conditions de l’usage, à savoir son énonciation”*⁹⁰, no seu sentido mais lato tem em conta não só o conteúdo da mensagem e o modo como é formulada mas também os actores em situação de comunicação e o contexto em que ela ocorre.

Assim, a pragmática tem por objecto, simultaneamente, aspectos linguísticos : *“La pragmatique est à la base de toute la linguistique”*⁹¹, os contextos que condicionam o uso da língua e também alguns aspectos de carácter extralinguístico. O significado de um enunciado depende do contexto e da situação de comunicação em que ele é produzido; em todo este processo, destacamos a importância que os actores sociais têm em diferentes tipos de comunicação.

⁸⁹ MOESCHLER et REDOUL, A. (1994) - Dictionnaire encyclopédique de pragmatique, Paris, Seuil, p.17.

⁹⁰ MOESCHLER et REDOUL, A. (1994) - Dictionnaire encyclopédique de pragmatique, Paris, Seuil, p.17.

⁹¹ ARMENGAUD, F. (1985) - La pragmatique, Paris, PUF, Coll. Que-sais-je? n°2230, p. 3.

Enquanto disciplinas da linguística, terminologia e pragmática estão estreitamente ligadas. A terminologia não se preocupa apenas com as relações entre denominações e conceitos, mas também com o uso que os especialistas das ciências e das técnicas fazem das unidades terminológicas, numa situação de comunicação científica.

Uma vez que a pragmática estuda o uso da língua por parte dos actores em situação de comunicação, esta disciplina vem dar uma dimensão social à terminologia, sublinhando a importância do contexto sociocultural, "*la diversité de situations de communication*"⁹² em que os diferentes actores utilizam a língua e mais concretamente a terminologia. Estamos dessa forma perante uma outra componente da linguística, intimamente ligada à terminologia: a socioterminologia.

No seu aspecto filosófico, a pragmática "*é a doutrina segundo a qual a ideia que temos de um fenómeno ou de um objecto é a soma das ideias que podemos ter sobre as consequências práticas desse fenómeno ou das acções possíveis desse objecto*"⁹³.

A Terminologia possui, hoje, uma nova vertente que tem por objectivo o levantamento dos dados terminológicos. Este ramo designado de **terminografia** é definido por BOUTIN-QUESNEL e alii, como a "*consignation, traitement et*

⁹² JACOBI, D. (1994) - "Lexique et reformulation intra-discursive dans les documents de vulgarisation scientifique", Paris, Français scientifique et technique et dictionnaire de langue, Didier, p. 78.

⁹³ DESMET, I. (1993) - Análise terminológica do vocabulário da sociologia do trabalho em português e francês, Volume 1, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, FCSH, p. 3.

*présentation des données qui résultent d'une recherche terminologique.*⁹⁴

A selecção e consignação de dados terminológicos tem, hoje, quase sempre, em conta aspectos de carácter pragmático: as situações de comunicação, os discursos especializados, os actores que utilizam a terminologia.

A difusão de dados terminológicos, feita através de dicionários terminológicos ou bases de dados terminológicos com objectivos didácticos, não pode ignorar parâmetros pragmáticos tais como tipos de actores, variantes topolectais, variantes sinonímicas de um termo.

Assim, toda a análise de tipo terminológica tem uma dimensão pragmática, desde a metodologia terminográfica utilizada à selecção do público a quem se destina determinado produto.

5.4. Comunicação de especialidade e actores sociais.

5.4.1. Comunicação : definição.

Comunicação é um conceito complexo, difícil de definir. A comunicação não é apenas de carácter linguístico; a televisão, os jornais, a moda, a música que ouvimos, a escolha do nosso destino de férias, são facetas deste conceito multifacetado. LAMIZET aponta para essa diversidade afirmando que na abordagem comunicativa: *"(...), il existe d'autres modes d'approche de la*

⁹⁴ BOUTIN-QUESNEL, R. ; BELANGER, N. et alii. (1985) - Vocabulaire systématique de la terminologie, Cahiers de l'Office de la Langue Française, Québec, p. 17.

communication, tels que l'analyse des réseaux et des technologies, l'analyse de l'image et de la musique, ou l'attention portée aux gestes et aux mises en scène de la vie sociale et de la vie quotidienne".⁹⁵ De facto, o nosso quotidiano está de modo explícito ou implícito rodeado pela comunicação e, contrariamente ao estereótipo da comunicação enquanto acto prioritariamente verbal, o conceito tem abordagens diferentes segundo os autores que se dedicam a este estudo e investigação.

Assim, no meio de uma encruzilhada de definições sobre o conceito de comunicação, optámos por apontar apenas algumas abordagens possíveis, focando o nosso interesse naquela que privilegia o aspecto linguístico.

De um modo geral, a comunicação é abordada como uma área de estudo multidisciplinar, ainda que FISKE se interrogue se *"poderemos aplicar correctamente a expressão "objecto de estudo" a algo tão diverso e multifacetado como é, realmente, a comunicação humana?"*⁹⁶

Para outros autores, a comunicação surge como uma ciência bem delimitada; nesta óptica, citamos BOYER e VIALLOON que afirmam que as ciências da comunicação têm por objecto de estudo um conjunto de fenómenos : *"les sciences de l'information et de la communication étudient les notions mêmes d'information et de communication, le fonctionnement des processus, des productions et des usages, les acteurs individuels et institutionnels, le contenu de*

⁹⁵ LAMIZET, B. (1992), *Les lieux de la communication*, Liège, Coll. Philosophie et Langage, Mardaga, p. 7.

⁹⁶ FISKE, J. (1995) - *Introdução ao estudo da comunicação*, Porto, Ed. ASA, 2ªed., p.13.

l'information, ses propriétés, ses effets et les représentations qu'elles véhiculent, et enfin les médias de communication.”⁹⁷

Por último, comunicação e língua de especialidade são duas componentes fundamentais em socioterminologia. O vocabulário especializado está ligado à função comunicativa especializada e, segundo KOCOUREK: *“non seulement parce qu'il communique le contenu spécialisé, mais encore parce qu'il limite la sphère de communication au sein de laquelle on se comprend”*⁹⁸. Significa que quando se usa uma língua de especialidade, enquanto instrumento de comunicação, estamos a utilizar uma parte restrita da língua, aquela que é entendida por um mesmo grupo socioprofissional ou sociocultural, num dado contexto.

5.4.2. Comunicação : algumas tendências.

FISKE define, de uma maneira geral, a comunicação como *“interacção social através de mensagens”*⁹⁹. Segundo este autor, existem duas escolas principais no estudo da comunicação.

A primeira vê a comunicação como “transmissão de mensagens”, estudando a maneira como os emissores e os receptores codificam e descodificam a mensagem, o uso dos canais e os meios de comunicação, tendo em conta o conceito de “fracasso de comunicação”, procurando a razão pela qual

⁹⁷ BOYER, M et VIALLO, P. (1994) - La communication touristique, Paris, PUF, Coll. Que sais-je? n°2885, p. 4.

⁹⁸ KOCOUREK, R. (1991) - La Langue Française de la Technique et de la Science, Paris, La documentation Française, Oscar Brandstetter Verlag GMBH & CO. KG-Wiesbaden, p.23.

a “falha” ocorreu. O autor designa esta abordagem possível da comunicação de “escola processual”, mais conhecida por escola estruturalista. Esta tendência aproxima-se das ciências sociais, da psicologia e da sociologia e debruça-se em particular sobre os “actos de comunicação”.

A segunda escola usa como método de estudo a semiótica, ciência dos signos e significações, e vê a comunicação como uma “produção e troca de significações”. Estuda como *“as mensagens, ou textos, interagem com as pessoas de modo a produzir significados, ou seja, estuda o papel dos textos na nossa cultura”*¹⁰⁰. Usa termos como significação, e não considera que os mal-entendidos sejam necessariamente considerados fracasso de comunicação. Podem simplesmente resultar de diferenças culturais entre emissor e receptor. Nesta abordagem, a semiótica tende a aproximar-se da linguística.

As “escolas” divergem ainda sobre dois conceitos fundamentais em comunicação : “interacção social” e “mensagem”. Estabelecemos o quadro seguinte a partir das definições de FISKE :

⁹⁹ Cf. FISKE, J. (1995) - Introdução ao estudo da comunicação, Porto, Ed. ASA, 2ªed., p. 14.

¹⁰⁰ FISKE, J. (1995) - Introdução ao estudo da comunicação, Porto, Ed. ASA, 2ªed., p. 14.

	Escola processual	Escola semiótica
<i>“interacção social”</i>	<i>“processo pelo qual uma pessoa se relaciona com outras ou afecta o comportamento, estado de espírito ou reacção emocional de outra e, e vice-versa”</i>	<i>“aquilo que constitui o indivíduo como membro de uma cultura ou sociedade determinadas”</i>
<i>“mensagem”</i>	<i>“o que é transmitido pelo processo de comunicação”</i>	<i>“construção de signos que, pela interacção com os receptores, produzem significado”</i>

Enquanto a escola processual se limita a interpretar estes dois conceitos no seu sentido mais simples, a semiótica faz adquirir à comunicação um estatuto social, tendo em conta a vertente sociocultural em que os indivíduos evoluem. De facto, cada indivíduo existe enquanto ser autónomo capaz de raciocinar por si só, mas essa autonomia rapidamente lhe é insuficiente para sobreviver; o relacionamento com os outros, a transmissão e interpretação de mensagens, a afirmação da sua “appartenance” a uma determinada cultura e sociedade são factores indispensáveis para a construção da sua identidade.

Verificámos que as escolas “processual” e “semiótica” não se opõem, antes muito pelo contrário se completam. A primeira vê a comunicação como determinante e o *“melhoramento da comunicação como uma maneira de aumentar o controlo social”*¹⁰¹, enquanto a segunda decorre da corrente saussuriana, interessando-se pela natureza do signo linguístico, mais do que pela forma como ele é transmitido, e pela criação e intercâmbio de significações; “...a

¹⁰¹ FISKE, J. (1995) - Introdução ao estudo da comunicação, Porto, Ed. ASA, 2ªed., p. 251.

ênfase não incide nas fases do processo, mas no texto e na interacção deste com a sua cultura produtora/receptora: o interesse reside no papel da comunicação, no estabelecimento e manutenção de valores e na forma como esses valores permitem que a comunicação tenha significado”¹⁰².

Recentemente, surgem novas orientações teóricas no que diz respeito ao fenómeno da comunicação. Uma delas, e que aqui privilegiamos, é a de LAMIZET que propõe linhas directrizes para compreender a comunicação : *“Pour comprendre la communication, il importe de partir de ce qui la fonde : la relation à l'autre, structurant, au demeurant, notre personnalité même”¹⁰³.*

A comunicação é apresentada como um fenómeno social e político de grande dimensão, que é possível analisar através de um conjunto de conceitos e métodos que lhes são próprios.

Podemos afirmar que a terminologia tem também uma vertente social e política. De facto, quando falamos em planeamento linguístico ou em normalização estamos social e politicamente implicados; tomamos um determinado partido, utilizando como instrumento para esse fim a própria língua. Para além de um acto de comunicação é um acto sociopolítico.

LAMIZET usa como fio condutor, na sua abordagem da comunicação, a teoria que a comunicação é uma componente da linguagem; a linguagem não apenas como instrumento que permite chegar à comunicação, mas também

¹⁰² FISKE, J. (1995) - Introdução ao estudo da comunicação, Porto, Ed. ASA, 2ªed., p. 251.

¹⁰³ LAMIZET, B. (1992), Les lieux de la communication, Liège, Coll. Philosophie et Langage, Mardaga, p. 8.

como factor que vai determinar o “campo social” em que o sujeito comunicante evolui. Por outras palavras, a linguagem adquire o estatuto de prática social, que quando bem manejada, pode ser uma arma poderosa, nomeadamente na área da política: *“la communication comme une pratique sociale parmi d’autres, de nature, comme d’autres, à favoriser la socialisation et le développement”* ¹⁰⁴.

Se por um lado este autor põe em relevo o estatuto dominante da linguagem no coração da comunicação: *“L’approche de la communication se fait par la médiation du langage. Il n’y a pas de communication sans langage”* ¹⁰⁵, justificando que todo o tipo de comunicação pode sempre ser canalizado pela linguagem, o que não acontece com as outras formas de comunicação; por outro lado o estatuto que confere ao enunciador não é menos importante do que aquele que acabámos de mencionar.

De facto, não há linguagem que não tenha origem num sujeito falante (enunciador); consequentemente não haverá comunicação que não envolva directamente o que LAMIZET designa por “actores sociais”: *“la reconnaissance sociale d’un statut politique pour ceux qui sont les énonciateurs, les diffuseurs, les porteurs, de la communication dans le champ social”* ¹⁰⁶.

Os actores sociais serão, neste caso, o conjunto de todos aqueles (entidades ou particulares) que participam, quer como enunciadores, como

¹⁰⁴ LAMIZET, B. (1992), Les lieux de la communication, Liège, Coll. Philosophie et Langage, Mardaga, p. 8.

¹⁰⁵ LAMIZET, B. (1990) - Approches de la communication. (Cours d’introduction à la communication), Lyon, Université Lyon2, 18/10/1990.

¹⁰⁶ LAMIZET, B. (1990) - Approches de la communication. (Cours d’introduction à la communication), Lyon, Université Lyon2, p. 9.

difusores ou receptores, dentro de um determinado campo social, num acto comunicativo.

Assim, a comunicação resulta quando as condições mínimas necessárias estão estabelecidas, consistindo uma delas na presença de pelo menos dois interlocutores. Nesta perspectiva, a comunicação é encarada como um intercâmbio. LAMIZET fala de *“double position du langage dans la communication”*.¹⁰⁷ Por um lado, o exercício da linguagem pressupõe a presença de pelo menos dois interlocutores, e por outro a linguagem é uma questão de signos; são estas formas que constituem significações e códigos que se movem em sistemas de representações.

5.4.3. Comunicação de especialidade e actores na esfera de actividades do turismo.

Falar em “comunicação turística” é mais do que associar dois conceitos. De um ponto de vista epistemológico, a comunicação e o turismo têm um ponto em comum; constituem disciplinas e campos científicos bem delimitados. Várias abordagens destas duas áreas são possíveis: sociológica, histórica, jurídica, económica, entre outras; de facto, apenas uma visão interdisciplinar permite uma análise exhaustiva .

¹⁰⁷ LAMIZET, B. (1990) - Approches de la communication. (Cours d'introduction à la communication), Lyon, Université Lyon2, p. 9.

Assim, a aplicação de alguns parâmetros utilizados na análise da comunicação, transpostos para o domínio do turismo permitem uma análise completa do fenómeno numa óptica comunicacional.

A junção das abordagens da comunicação e do turismo permite constatar que se coloca um problema de ordem terminológico na definição dos conceitos de “emissor” e “receptor”.

Numa visão comunicacional, o denominado “emissor” está na origem da comunicação e o “receptor” na sua recepção. Transferindo este esquema simplificado da comunicação para o domínio do turismo, verificámos que tudo é mais complexo, uma vez que a emissão e a recepção de comunicação turística interferem constantemente.

Partimos, nesta nossa abordagem, do conceito de comunicação que considera que somos todos, a níveis diferentes, ao mesmo tempo emissores e receptores. São, portanto, postos em oposição os países, as camadas profissionais ou estratos culturais emissores de turismo e as zonas receptoras, ou melhor *“l'émetteur de la communication touristique est récepteur du touriste et le récepteur de la communication touristique est émetteur de tourisme”* ¹⁰⁸. A comunicação turística é, portanto, uma comunicação particular, onde existe um constante vaivém de informações por intermédio de diversos canais que são, ao mesmo tempo, o meio criador e receptor de mensagens turísticas. Deste modo,

¹⁰⁸ BOYER, M et VIALLO, P. (1994) - La communication touristique, Paris, PUF, Coll. Que sais-je? nº2885, p. 20.

todo o lugar que recebe turistas, desde o país ao restaurante, passando pelos hotéis ou pelos monumentos turísticos é, em simultâneo, receptor de mensagem turística e emissor; basta o turista comentar a sua viagem, no regresso ou ter mandado alguns postais aos amigos.

A maioria dos profissionais do turismo, difundem uma mensagem com objectivo de atrair turistas ou de os fazer voltar. Uma minoria, tal como as agências de viagens e os operadores turísticos, fazem o contrário; incentivam as pessoas a partir, vendendo uma imagem turística associada a um destino de férias. Os mais conhecidos emissores de mensagens turísticas são as agências de viagens. Encontram-se nas cidades, tendo à sua volta potenciais clientes, receptores de mensagens, que desejam partir; difundem geralmente mensagens turísticas a favor de destinos longínquos, ou a zonas concretas do país. A comunicação turística está, portanto, directamente ligada às operações de promoção dos produtos turísticos.

5.4.4. Importância de um sistema paralelo de símbolos turísticos.

O signo linguístico, na acepção de SAUSSURE, consiste num significante e num significado. O significante é a imagem do signo tal como a percebemos e o significado o conceito mental a que se refere. Este conceito mental é, em geral, comum a todos os membros da mesma cultura que partilham a mesma língua. Mas, o signo linguístico não é a única forma de criar significação. Paralelamente ao mundo linguístico coabita o mundo do extralinguístico; nele se inserem os símbolos, formando um sistema de comunicação não linguística. Os símbolos não

são signos verbais, mas têm, por vezes, uma função idêntica: a de remeter para um referente.

Segundo SAUSSURE, os signos organizaram-se em sistema, estabelecendo, entre si, relações sintagmáticas e paradigmáticas. Todos os códigos são veículos de significado e, por consequente, todos desempenham uma função social ou comunicativa. Segundo FISKE, o conjunto dos símbolos usados no código da estrada, por exemplo, forma um sintagma e cada um dos elementos desse sintagma, ou seja, cada símbolo, é um paradigma: *“conjunto de signos donde se escolhe aquele que vai ser usado”*¹⁰⁹.

Em terminologia, um símbolo pode ser a *“representation littérale, numérale, pictographique ou autre d’une notion”*¹¹⁰ ou segundo FISKE: *“um signo cuja ligação com o seu objecto é uma questão de convenção, de acordo ou de regra”*¹¹¹. A primeira definição tem em conta a parte da representatividade do símbolo, o seu “aspecto visual”, enquanto a segunda vem completar a primeira, atribuindo ao símbolo um aspecto convencional, de acordo com regras, ou normas pré-estabelecidas por uma dada comunidade.

Desta forma, o símbolo poderá ser um elemento que poderá fazer parte de uma língua de especialidade? Dificilmente se poderá classificar como “termo” por não revestir os critérios normalmente estabelecidos em lexicografia de especialidade, no que diz respeito principalmente às entradas terminológicas. De facto, um símbolo do tipo do **Turismo no Espaço Rural** não pode assumir a

¹⁰⁹ FISKE, J. (1995) - Introdução ao estudo da comunicação, Porto, Ed. ASA, 2ªed., p. 72.

¹¹⁰ BOUTIN-QUESNEL, R. ; BELANGER, N. et alii. (1985) - Vocabulaire systématique de la terminologie, Cahiers de l'Office de la Langue Française, Québec, p. 25.

¹¹¹ FISKE, J. (1995) - Introdução ao estudo da comunicação, Porto, Ed. ASA, 2ªed., p. 72.

forma de entrada, donde a sua provável exclusão da terminologia do **Turismo no Espaço Rural** no momento da elaboração de um dicionário do **Turismo no Espaço Rural**, por exemplo.

Na área do Turismo, é conhecida a existência de um grande número de símbolos oficialmente utilizados como representação de conceitos e veículos de significado. A função dos símbolos é de informar o turista sobre a prestação de um serviço, mas também de chamar a atenção do turista viajante por estrada, para algo que se fosse apenas uma inscrição numa tabuleta, não teria o mesmo impacto. Por último, o símbolo é mais fácil de fixar ou memorizar. Os símbolos são, sem dúvida, um dos elementos característicos da comunicação turística. A título de ilustração, apenas falaremos, aqui, do símbolo relativo ao **Turismo no Espaço Rural**.

Em 1988, é aprovada em Diário da República a utilização de um símbolo identificativo das actividades de **Turismo no Espaço Rural**, relativamente à prática do "*Turismo de Habitação*", do "*Turismo Rural*" e do "*Agroturismo*". O símbolo identificador destas actividades turísticas é constituído pela estilização de uma árvore de cor verde, com uma casa inserida a branco. A árvore verde remete para o conceito de natureza, enquanto a casa remete para o de alojamento. A combinação dos dois elementos formam o símbolo que representa o **Turismo no Espaço Rural**. Na prática, este símbolo pode ser utilizado à entrada das povoações ou nas estradas que conduzam a casas inscritas na Direcção Geral do Turismo. Por outro lado, a norma quer que, junto das próprias casas apareça uma

placa identificativa, com o símbolo gravado, associado à sigla TER e ao logótipo da Direcção Geral de Turismo.

Uma sigla é, em termo linguísticos, “[une] abréviation formée des lettres initiales des éléments d'un syntagme, utilisée comme terme”¹¹². TER é, portanto, uma sigla formada a partir das iniciais de **Turismo no Espaço Rural**. O estatuto da sigla, em termos terminológicos é claro, assumindo normalmente o estatuto de entrada terminográfica assim como o de sinónimo do termo. Assim, a sigla TER, é sinónimo do termo **Turismo no Espaço Rural**, já que ambos remetem para o mesmo conceito.

5.5. Socioterminologia.

5.5.1. Um novo conceito em terminologia.

É em 1931, com a publicação da tese WÜSTER que a terminologia moderna, enquanto prática racionalista, cria os seus fundamentos teóricos, sendo basicamente “la fille de la normalisation industrielle et de la traduction technique”¹¹³. WÜSTER, considerado o pai da terminologia moderna, foi o primeiro a desenvolver trabalho sistemático a partir do qual se constituíram as bases e os princípios da terminologia actual, visando fundamentalmente fazer corresponder uma noção a um termo.

¹¹² BOUTIN-QUESNEL, R. ; BELANGER, N. et alii. (1985) - Vocabulaire systématique de la terminologie, Cahiers de l'Office de la Langue Française, Québec, p. 25.

¹¹³ GAUDIN, F. (1993a) - Pour une socioterminologie, des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles, Rouen, Université de Rouen, p. 15.

Privilegiando uma abordagem onomasiológica, que parte da noção para chegar ao termo, a terminologia Wüsteriana é *“d'ordre purement méthodologique et normatif”*¹¹⁴, virada, portanto, para a normalização. A terminologia é para ele um instrumento visando a eliminação das ambiguidades nas comunicações científicas e técnicas.

Na sua origem, a terminologia nasce de uma prática social real; desenvolve-se para responder a carências sociais de harmonização dos vocabulários, cujos interesses são principalmente económicos, comerciais e/ou ligados a decisões políticas. A preocupação pela transmissão dos conhecimentos, nos domínios técnicos e científicos, permitiram o desenvolvimento das investigações nas áreas da optimização da comunicação em contexto industrial. No entanto, durante alguns anos, o aspecto social ligado à língua não suscitou grande interesse por parte dos linguistas, uma vez que muitos seguiam a linguística estruturalista ainda na sua primeira fase.

O termo “socioterminologia” surge pela primeira vez e de forma puramente ocasional, no início dos anos 80, utilizado por BOULANGER.

Devido às fronteiras ainda pouco nítidas relativamente à fixação do conceito de socioterminologia, GAUDIN sublinha : *“On le voit, il n'y a rien de fixé , mais ce signifiant cerne une possibilité. On peut dire qu'ici le terme précède le contenu notionnel”*.¹¹⁵ A necessidade e a utilidade de recorrer à socioterminologia é

¹¹⁴ RONDEAU, G. (1984) - *Introduction à la Terminologie*, Montréal, Gaetan Morin Editeur, p.6.

¹¹⁵ GAUDIN, F. (1993a) - *Pour une socioterminologie, des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles*, Rouen, Université de Rouen, p. 67.

sentida como um percurso normal na ciência terminológica, tal como se passou em determinado momento da linguística para a sociolinguística.

A partir de 1986, com GAMBIER o conceito assume uma posição reconhecida ao lado da terminologia, que pretende dedicar alguma importância ao funcionamento dos termos e das condições em que estes são utilizados, ou seja à sua componente sociolinguística. *“La terminologie est donc, à l'image de la sociolinguistique, une terminologie remise sur ses pieds”*¹¹⁶.

Os laços entre sociolinguística e terminologia existem desde os anos 70, nomeadamente, GUILBERT afirma que a significação do termo *“relève et de la rhétorique et de la grammaire et de la sociolinguistique”*¹¹⁷.

Outros autores consideram que o desenvolvimento da sociolinguística dos anos 80 tem contribuído para uma nova orientação das investigações na área da terminologia. Estas novas tendências vêm, como não é de estranhar, de autores do Québec e de França tais como CORBEIL e GUILBERT. De facto, é do Canadá que, por volta de 1975, nos vêm as primeiras reflexões sobre socioterminologia. CORBEIL é um dos pioneiros a estabelecer as bases teóricas do planeamento linguístico, apoiando-se em concepções rigorosas sobre os mecanismos ligados ao uso da língua e à realidade desse uso: o contexto situacional e sociocultural.

¹¹⁶ GAUDIN, F. (1993a) - Pour une socioterminologie, des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles, Rouen, Université de Rouen, p. 67.

¹¹⁷ GUILBERT, L. (1975) - La Créativité Lexicale, Paris, Larousse, p. 21.

Só mais tarde, no fim dos anos 80, a socioterminologia começa a criar as suas próprias bases teóricas. “*GAMBIER dessine les contours d'une socioterminologie couvrant un vaste champ interdisciplinaire, où se mêleraient les acquis de la sémiotique narrative, l'interaction, la sociologie de la communication, l'ethno-méthodologie, la sémantique cognitive, l'éthnographie de la parole*”¹¹⁸. A socioterminologia, à imagem da sociolinguística, tem a mesma preocupação de ter em conta a realidade social. A sua tarefa é de compreender como circulam os termos, quais as resistências relativamente às terminologias ditas oficiais, assim como as dificuldades de implementação de políticas terminológicas com sucesso.

5.5.2. Do conceito de “domínio terminológico” ao de “esfera de actividades”.

Segundo os princípios teóricos e metodológicos do trabalho terminológico, uma das primeiras tarefas do terminólogo uma vez escolhido o domínio, ou área do saber, que pretende estudar, é tentar circunscrever muito concretamente os limites desse mesmo domínio. Relembremos uma frase de REY: “*La première démarche pratique consiste à déterminer un domaine pour en définir et en décrire la terminologie, en une ou plusieurs langues*”¹¹⁹.

No entanto, não é muito frequente que trabalhos terminológicos tratem exaustivamente um domínio, dado a complexidade que representa tal tarefa. Os

¹¹⁸ GAUDIN, F. (1993a) - Pour une socioterminologie, des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles, Rouen, Université de Rouen, p. 69.

¹¹⁹ REY, A. (1979) - La Terminologie, Noms et Notions, Paris, PUF, Coll. Que sais-je? nº1780, p. 82.

domínios científicos e tecnológicos que estão na base das línguas de especialidade nem sempre apresentam fronteiras nítidas, permitindo delimitar e classificar com precisão uma área de especialidade.

Porém, o terminólogo necessita desse trabalho para chegar à organização de um sistema de conceitos; diante das dificuldades resta-lhe estabelecer fronteiras, por vezes, arbitrárias. *"La délimitation des domaines peut conduire à l'établissement de frontières arbitraires et artificielles, car il y a, d'une part, des domaines qui se chevauchent, d'autre part, des sous-domaines qui peuvent appartenir à plus d'un domaine, comme c'est le cas par exemple pour la sociologie et l'économie, et enfin des domaines entiers qui, par leurs application, peuvent se retrouver, dans bon nombre d'autres, comme c'est le cas pour la statistique."*¹²⁰

De facto, as áreas do conhecimento apresentam cada vez mais as características da interdisciplinaridade. RONDEAU fala em domínios que se sobrepõem e em domínios inteiros que podem perfeitamente incluir-se dentro de outros domínios. Mais concretamente e tomando como exemplo o levantamento da terminologia do **Turismo no Espaço Rural**, verificámos essa interpenetração de domínios.

¹²⁰ RONDEAU, G. (1984) - Introduction à la Terminologie, Montréal, Gaetan Morin Editeur, p. 85.

Levantámos termos específicos relativos a três grandes domínios :

- o **turismo** : produto turístico, alojamento turístico, turismo de habitação, circuito turístico, hotel rural,....,
- o **ambiente** : preservação da natureza, ecoturismo, património natural,....,
- a **cultura** : aldeia histórica, artesanato, folclore, casa antiga, tradição regional,....

Perante estes dados, parece-nos urgente a necessidade de reconsiderar a precisão do termo “domínio” para designar a área de trabalho do terminólogo. Procurámos a reflexão de alguns autores sobre a repartição das áreas do conhecimento em domínios e destacámos as opiniões de GAUDIN, GAMBIER e ROUSSEAU.

O primeiro chama atenção para a dificuldade que reside na delimitação por domínios, apontando como principais razões: *“L’affinement des spécialisations, l’accroissement de l’interdisciplinarité, et la rapidité de la vulgarisation facilitent les changements de sens et rendent plus indécises les limites entre vocabulaire général et langues de spécialités”*¹²¹. A cada vez maior especialização das áreas de especialidade, o seu forte carácter interdisciplinar, assim como a vulgarização mais rápida das áreas científicas e técnicas, são, de facto, alguns dos factores

¹²¹ GAUDIN, F. (1993a) - Pour une socioterminologie, des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles, Rouen, Université de Rouen, p. 82.

que GAUDIN apresenta como fonte de dificuldade para classificar o conhecimento em domínios, mas também, em algumas situações, fonte de problema para estabelecer uma distinção entre língua geral e língua de especialidade.

Por outro lado, o autor relembra que a criação de novas unidades terminológicas não conhece fronteiras intralinguísticas, os neónimos nascem muitas vezes do contacto entre sectores técnicos e científicos e principalmente da inovação dentro desses sectores: *“L’essentiel de la production terminologique est lié à l’innovation”*¹²². São estes os principais argumentos que levam este mesmo autor a propor a utilização de uma nova designação relacionada com o conceito de domínio, isto é, “esfera de actividades”. Este novo termo permite uma visão diferente, no âmbito da socioterminologia: *“à l’idée d’appartenance à un domaine, nous préférons celle de fonctionnement dans le cadre d’une activité”*¹²³.

Outro autor que nos parece estar na mesma linha de reflexão é GAMBIER. Segundo este autor, a tentativa de categorização das áreas do saber, e das práticas a elas ligadas, têm um carácter idealista, uma vez que a circulação de conceitos e de termos entre disciplinas é algo de incontrollável: *“Le partage des savoirs et des pratiques en “domaines” provient d’un découpage de nature idéologique; en reproduisant ces divisions, la terminologie se fait aveugle à la*

¹²² GAUDIN, F. (1993a) - Pour une socioterminologie, des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles, Rouen, Université de Rouen, p. 82.

¹²³ GAUDIN, F. (1993a) - Pour une socioterminologie, des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles, Rouen, Université de Rouen, p. 83.

circulation des notions et des termes..."¹²⁴.

O mesmo autor reconhece ainda que não há domínios sem domínios conexos: *"un domaine revient alors à un noeud de connexions - d'autant plus ouvert, instable que le savoir est nouveau, en cour de constitution, sans définition consensuelle"*¹²⁵. É o caso do **Turismo no Espaço Rural**, caracterizado por ser um domínio em fase de constituição tanto ao nível conceptual como terminológico.

Conclui, assim, GAMBIER que a teoria da delimitação do domínio que está na base da terminologia, deveria ser repensada, para que a terminologia possa realmente reflectir com êxito e na sua prática, a realidade linguística da criação neonímica e o carácter dinâmico da língua.

Por último, apresentamos a perspectiva de ROUSSEAU, que associa a dificuldade de uma classificação por domínios ao carácter interdisciplinar que assume a maior parte das disciplinas do conhecimento, explicita: *"le caractère interdisciplinaire de la plupart des domaines ou des champs d'expérience rend difficile la fixation de frontières entre les domaines"*¹²⁶.

A interdisciplinaridade é, de certa forma, inevitável uma vez que a difusão dos conhecimentos ligados a áreas de especialidade, faz com que a maior parte

¹²⁴ GAMBIER, Y. (1991) - "Pré-supposés de la terminologie : vers une remise en cause", in *Terminologie et Sociolinguistique, Cahiers de linguistique sociale*, 18, Rouen, URA CNRS 1164 SUDLA, Université de Rouen, p. 33.

¹²⁵ GAMBIER, Y. (1991) - "Pré-supposés de la terminologie : vers une remise en cause" in *Terminologie et Sociolinguistique, Cahiers de linguistique sociale*, 18, Rouen, URA CNRS 1164 SUDLA, Université de Rouen, p. 38.

¹²⁶ ROUSSEAU, J.L. (1996) - "Terminologie et aménagement linguistique", *Jornada Panllatina de Terminologia: Perspectives i camps d'aplicació*, Institut Universitari de Lingüística Aplicada IULA, Barcelona, Universitat Pompeu Fabra, p. 11.

dos domínios vá buscar empréstimos linguísticos a múltiplos outros domínios conexos. ROUSSEAU fala mesmo em “tropisme notionnel” como consequência do “éclatement” dos domínios.

Tirámos, assim, algumas conclusões sobre o conceito de domínio, na perspectiva da socioterminologia. São pelo menos três as razões que dificultam ao terminólogo a classificação por domínios das áreas ditas especializadas:

- a rápida vulgarização do conhecimento técnico e científico em consequência da evolução das tecnologias modernas, tornando por vezes pouco nítida a fronteira entre língua geral e língua de especialidade;
- a existência de circulação de termos entre domínios conexos como fonte de enriquecimento das próprias áreas de especialidade;
- a característica interdisciplinar das disciplinas que torna difícil o estabelecimento arbitrário de limites conceptuais.

Um termo pode, efectivamente, pertencer a vários domínios em simultâneo. A dificuldade em classificá-lo debaixo de uma única etiqueta é, como demonstramos, por vezes tarefa difícil; não é apenas uma questão de homonímia, como no caso do termo “vírus”, por exemplo, que segundo as definições pertence tanto à informática como à medicina, nem de sinonímia, mas verdadeiramente em consequência de um conjunto de problemas que passam principalmente por uma questão de interdisciplinaridade.

Mais concretamente, onde classificar um termo como *ecoturismo*? No ambiente ou no turismo? E *turismo cultural*, no turismo ou na cultura? *Património natural*, no ambiente ou na cultura? São termos interdisciplinares, cuja amplitude conceptual permite falar em pluridomínios, multidomínios ou em domínios conexos, ou ainda em esfera de actividades, ou domínios transdisciplinares... Como vimos estamos perante uma terminologia múltipla, cuja interdisciplinaridade nos coloca problemas difíceis de resolver.

Consideramos, portanto, o **Turismo no Espaço Rural** uma esfera de actividades constituída por multidomínios de que destacamos o turismo, o ambiente e a cultura, entre outros, cuja terminologia é caracterizada pelo uso de multitermos que reflectem a transdisciplinaridade desta área conceptual.

5.5.3. “Esfera de actividades” e “actores” : níveis de língua de especialidade e terminologia.

Enquanto ramo da ciência da linguagem, a terminologia estuda um subsistema do léxico, sendo este último definido por REY como sendo "(...) à la fois le milieu récepteur et le moyen créateur des systèmes de dénotation et par épuration notionnel, des terminologies"¹²⁷.



¹²⁷ REY, A. (1979) - La Terminologie, Noms et Notions, Paris, PUF, Coll. Que sais-je? n°1780, p. 49.

Como vimos a propósito da neonímia, GUILBERT faz uma distinção entre léxico de especialidade (ou vocabulário de especialidade) e léxico comum (ou vocabulário comum). Define o primeiro como o "*léxico relativo a uma língua de especialidade*" e o segundo como "*zona lexical tecnicamente comum a todos os locutores de uma comunidade*"¹²⁸. No entanto, DUBOIS define léxico como "*as unidades significantes não essencialmente gramaticais*"¹²⁹.

A língua corrente é definida como sendo a língua usual utilizada, por uma mesma comunidade, num determinado contexto sociocultural. GUILBERT define a língua corrente (ou língua comum) como sendo "*um conjunto de meios de expressão à disposição dos membros de uma comunidade linguística*"¹³⁰. Este conjunto é constituído por elementos específicos (sintácticos, lexicais, ...) utilizados por vários grupos socioculturais; esses elementos (sobretudo lexicais) têm origem em diferentes domínios de experiência próprios de uma comunidade.

Podemos, assim, concluir que a língua de especialidade é um "*sous-système linguistique qui comprend l'ensemble des moyens linguistiques propres à un champ d'expérience particulier (discipline, science, technique, profession, etc.)*"¹³¹, visando a não ambiguidade na comunicação. No entanto, LERAT citando WÜSTER, diz que "*seules les dénominations des concepts, le vocabulaire,*

¹²⁸ Cf. GUILBERT, L. (1975) - *La Créativité Lexicale*, Paris, Larousse.

¹²⁹ DUBOIS, J. (1973) - *Dictionnaire de Linguistique*, Paris, Larousse.

¹³⁰ Cf. GUILBERT, L. (1975) - *La Créativité Lexicale*, Paris, Larousse.

¹³¹ BOUTIN-QUESNEL, R. ; BELANGER, N. et alii. (1985) - *Vocabulaire systématique de la terminologie*, Cahiers de l'Office de la Langue Française, Québec, pp. 20-21.

important dans les terminologies, et non pas la morphologie et la syntaxe. Les règles qui s'y appliquent peuvent être tirées de la langue générale"¹³².

De acordo com estas afirmações podemos concluir que o que caracteriza uma língua de especialidade é essencialmente a(s) especificidade(s) do(s) vocabulário(s) utilizado(s) numa determinada esfera do saber; no entanto, somos de opinião que cada língua de especialidade tem, em geral, uma morfologia e uma sintaxe específicas.

O conceito de “esfera de actividades” permite-nos uma abordagem diferente da língua de especialidade do Turismo no Espaço Rural, em particular da sua terminologia. Os “usos sociais” e a sua importância no funcionamento no seio de uma actividade condicionam a organização dos subconjuntos terminológicos, assim como a proposta de algumas denominações e consequente selecção/preferência de um determinado termo.

Por outro lado, o termo “esfera de actividades” implica a noção de “actores” socioprofissionais e socioculturais; pressupõe também uma diversidade de situações de comunicação e de interacções verbais. Lamentamos o facto de não termos podido observar aspectos da língua oral, interacções verbais, no âmbito desta investigação, devido aos condicionalismos de limites de tempo.

Alguns dos aspectos, acima mencionados, estiveram já subjacentes à organização dos fragmentos da base textual. No entanto, depois de uma análise rigorosa do corpus, do sistema conceptual, da terminologia e da neologia

¹³² LERAT, P. (1988a) - "Terminologie et sémantique descriptive" in La Banque des Mots, nº spécial du CTN, Paris, CILF, p. 22.

podemos verificar que esta língua de especialidade possui vários níveis resultantes dos diferentes actores e da variedade de situações próprias à “comunicação turística” do Turismo no Espaço Rural. Consequentemente, os subconjuntos terminológicos e neonímicos reflectem esses níveis de discursos especializados, vulgarizados, publicitários, normativos e legislativos.

6. CAMPO ESTEREOTÍPICO DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL.

6.1. Definição e representação.

No plano nocional, um termo é uma unidade linguística *"qui désigne une notion de façon univoque à l'intérieur d'un domaine"*¹³³; consequentemente, é necessário distingui-lo no seio de um sistema de conceitos relativos a um determinado domínio. Estes pressupostos são fundamentais na elaboração da definição que, segundo BOUTIN-QUESNEL e alii, pode ser definida como o *"énoncé qui décrit une notion et qui permet de la différencier des autres notions à l'intérieur d'un système notionnel"*¹³⁴.

A relação entre definição e termo constitui um dos aspectos mais importantes da terminologia e da terminografia. Segundo REY, *"Les mots définition et terme sont liés par un trait commun: ils désignent l'assignation d'une limite, d'une fin et son résultat. Au plan notionnel, pour qu'un nom ait droit au titre de terme, il faut qu'il puisse, en tant qu'élément d'un ensemble (terminologique), être distingué de tout autre. Le seul moyen pour exprimer ce système de distinctions réciproques est l'opération dite définition"*¹³⁵.

¹³³ BOUTIN-QUESNEL, R. ; BELANGER, N. et alii. (1985) - Vocabulaire systématique de la terminologie, Cahiers de l'Office de la Langue Française, Québec, p. 20.

¹³⁴ BOUTIN-QUESNEL, R. ; BELANGER, N. et alii. (1985) - Vocabulaire systématique de la terminologie, Cahiers de l'Office de la Langue Française, Québec, p. 27.

¹³⁵ REY, A. (1979) - La Terminologie, Noms et Notions, Paris, PUF, Coll. Que sais-je? n°1780, p. 40.

Em terminologia, define-se em primeiro lugar o conceito e num segundo momento a significação intralinguística. Para definir um conceito é necessário ter em conta os outros conceitos. Este trabalho consiste na determinação das relações existentes num conjunto de conceitos que constituem um sistema. Estas relações e diferenciações estão na base de uma semântica relacional.

REY, a propósito da definição terminológica coloca como problema o facto da definição terminológica ser formada numa língua natural, veiculando assim todas as ambiguidades, todas as polissemias e as conotações das unidades da língua.

Seguindo uma perspectiva idêntica, MARTIN estabelece uma distinção entre definição natural e definição convencional. Define a definição natural como a que "*vise à saisir le contenu naturel des mots, c'est-à-dire le contenu plus ou moins vague que spontanément -et souvent inconsciemment- les locuteurs y associent. (...) Elle est descriptive et non pas stipulatoire*"¹³⁶. Por outras palavras, a definição das unidades lexicais da língua comum, é a definição de objectos naturais. Este tipo de definição é dado pelos próprios falantes e não pelos técnicos da língua que são os lexicógrafos.

A definição natural esconde muitas vezes um aspecto estereotípico, definido por MARTIN através da definição estereotípica que "*vise à donner, au delà du contenu minimal de pertinence linguistique, une représentation de l'objet dénommé suffisante pour en permettre l'identification effective*"¹³⁷. A definição

¹³⁶ MARTIN, R. (1990) - "La définition naturelle", in Actes du colloque La Définition, Paris, Larousse, p. 87.

¹³⁷ MARTIN, R. (1990) - "La définition naturelle", in Actes du colloque La Définition, Paris, Larousse, p. 86.

estereotípica é constituída de traços descritivos e funcionais; baseia-se nas propriedades universais dadas como suficientes para a representação do objecto.

Por oposição à definição natural, a definição convencional é relativa às unidades lexicais convencionalmente definidas. MARTIN distingue a definição convencional “a priori”, que determina, no momento mesmo da denominação dum objecto, as características que lhe são próprias, da definição convencional “a posteriori”, que delimita convencionalmente o sentido das unidades lexicais da língua comum quando estas adquirem uma significação específica numa língua de especialidade: *"La définition conventionnelle vient d'une activité prescriptive ou, si l'on préfère, stipulatoire. A priori, elle crée l'objet qu'elle pose; a posteriori, elle modèle les contours d'un contenu préexistant, mais vague"* ¹³⁸.

As definições terminológicas são, em geral, todas definições convencionais, no âmbito de um domínio (ou micro-domínio) seja ele científico, técnico ou jurídico. Em terminologia, o conceito, a sua definição e o respectivo termo pertencem obrigatoriamente a um domínio: *"sphère spécialisée de l'expérience humaine"* ¹³⁹. A indicação do domínio é necessária para a identificação de um conceito e de um termo, num sistema conceptual; a definição contribui para a delimitação dos conceitos no interior desse sistema.

O conceito de *"Turismo de Habitação"* por exemplo, é definido como: *"serviço de hospedagem de natureza familiar prestado a turistas em casas*

¹³⁸ MARTIN, R. (1990) - "La définition naturelle", in Actes du colloque La Définition, Paris, Larousse, p. 87.

¹³⁹ BOUTIN-QUESNEL, R. ; BELANGER, N. et alii. (1985) - Vocabulaire systématique de la terminologie, Cahiers de l'Office de la Langue Française, Québec, p. 20.

antigas particulares que, pelo seu valor arquitectónico, histórico ou artístico, sejam representativas de uma determinada época, nomeadamente os solares e casas apalaçadas". Para além dos traços descritivos convencionalmente estipulados, determinando que o *"Turismo de Habitação"* é forçosamente *"um serviço de hospedagem de natureza familiar prestado a turistas em casas antigas particulares"* (conteúdo mínimo da definição), a definição também possui elementos funcionais relativos a uma determinada representação, isto é, *"pelo seu valor arquitectónico, histórico ou artístico, sejam representativas de uma determinada época"*.

Neste caso a definição tem por base um conjunto de propriedades universais supostamente suficientes para suscitar uma representação do objecto.

Nesta óptica, CALHEIROS, Presidente da TURIHAB, preocupado com a criação da imagem do Turismo no Espaço Rural, apresenta e formula algumas das propriedades que devem estar presentes na definição do Turismo no Espaço Rural: *"Preocupados com a evolução do "Turismo de Habitação", pensamos que chegou a altura de criar, a nível nacional, uma imagem global, capaz de reflectir uma qualidade de oferta, através das casas que constituem exemplos de recuperação e representação da genuinidade da nossa arquitectura erudita ou rústica, palaciana ou rural. Esta genuinidade deverá revelar-se, também, na forma de receber, no nível dos equipamentos, dos serviços, dos produtos da gastronomia local, sempre com duas preocupações básicas: Qualidade e*

Autenticidade".¹⁴⁰ A imagem criada a partir dos estereótipos visa a procura de um determinado tipo de clientela, uma clientela com um nível sócio-económico elevado que paga pelo acesso à cultura e pela comodidade do conforto, no campo. É possível, a partir do conjunto das propriedades do conceito de **Turismo no Espaço Rural** determinar o "turista tipo" a quem se destina esta forma de turismo, assim como delimitar o campo estereotípico¹⁴¹ do **Turismo no Espaço Rural**.

6.2. As propriedades estereotípicas.

As propriedades de um conceito ou objecto, segundo MARTIN são, fundamentalmente de dois tipos: 1) as propriedades universais distintivas ou pertinentes são as propriedades necessárias e suficientes para distinguir os objectos de outros do mesmo género; 2) as propriedades estereotípicas são aquelas que para além da pertinência procuram uma representação do objecto.

Assim, nas alíneas que se seguem apresentamos as propriedades estereotípicas de carácter conceptual e linguístico mais significativas do **Turismo no Espaço Rural**.

¹⁴⁰ CALHEIROS, F. (1995) - "O Turismo de Habitação e a criação de uma imagem de marca", I e II Encontro Nacional de Turismo de Habitação, Actas de Março 1993 e 1994, Ponte de Lima, p. 25.

¹⁴¹ MARTIN, R. (1990) - "La définition naturelle", in Actes du colloque La Définition, Paris, Larousse, p. 90.

6.2.1. Turismo de qualidade.

Embora Portugal seja um país relativamente pequeno, consegue combinar os seus *“recursos turísticos”*, termo definido no Plano Nacional do Turismo de 86/89 como: *“todo elemento natural da actividade humana ou um produto capaz de motivar a deslocação de pessoas ou de ocupar os seus tempos livres”*, com as infra-estruturas existentes, de forma a criar uma larga variedade de *“produtos turísticos”* tais como: *“Sol e praia”*, *“Turismo itinerante”*, *“Turismo religioso”*, *“Turismo de negócios”*, *“Turismo de incentivos”*, *“Turismo ligado ao golfe”*, *“Turismo na grande cidade”*, *“Turismo cultural”*, *“Turismo no Espaço Rural”*, *“Caça e pesca”*, *“Turismo desportivo”*, *“Turismo de cruzeiros”*, *“Turismo de saúde e estâncias termais”*, *“Turismo de congressos e feiras”*, entre outros. Sublinhamos que todos estes “produtos” são termos da terminologia do Turismo, em geral, ou do **Turismo no Espaço Rural**, em particular.

No entanto, não é de espantar que o “produto turístico” mais importante em Portugal continue a ser, de longe, o *“Sol e praia”*, dada a extensão natural de Costa e a conhecida qualidade das suas praias. Os restantes *“produtos turísticos”* têm um lugar menos privilegiado no leque da *“oferta turística”* portuguesa; são, de um modo geral, mal definidos e a sua promoção e comercialização tem tido, nos últimos anos, tendência para se centralizar em regiões geográficas (Algarve, Madeira, Açores) em vez de se concentrarem em *“produtos turísticos”* específicos.

A criação de produtos cada vez mais personalizados, na área do Turismo, está na moda; a “*política turística*” actual está cada vez mais centralizada sobre o público alvo, de maneira a proporcionar formas de lazer individuais de qualidade que correspondam a um gosto individual. Daí, o aparecimento do conceito de “*Turismo de qualidade*” e dos conceitos de “*Turismo exclusivo*”, “*Turismo personalizado*” ou “*Turismo alternativo*”, na esfera turística, por oposição ao “*Turismo de massas*” ou “*Turismo tradicional*”.

A diferenciação que importa fazer passa pela identificação dos “*espaços de turismo massificado*” e dos “*espaços de turismo personalizados*”, assim os distingue BAPTISTA: “*Os primeiros suportam grandes contingentes de visitantes, entre os quais se contam as praias, os aglomerados urbanos e algumas áreas de montanha, enquanto nas segundas é possível criar condições de privacidade e intimidade, como em todas as áreas ainda numa fase de pré-exploração ou de ocupação difusa, como o espaço rural, ou de novo, a montanha, em recantos sujeitos a menos pressão*”¹⁴².

O conceito “*Turismo de qualidade*” impõe-se, actualmente, ao “*Turismo de massas*”; nele se insere o **Turismo no Espaço Rural**, assim o classifica BAPTISTA: “*pretende-se identificar turismo de qualidade com modalidades alternativas de alojamento e animação (como o **Turismo no Espaço Rural**) e em oposição ao chamado turismo de massas, normalmente associado a sol e praia...*”¹⁴³

¹⁴² BAPTISTA, M. (1997) - Turismo, competitividade sustentável, Lisboa/São Paulo, Ed. Verbo, p. 62.

¹⁴³ BAPTISTA, M. (1997) - Turismo, competitividade sustentável, Lisboa/São Paulo, Ed. Verbo, p. 24.

O “*Turismo de qualidade*” está, portanto, ligado à imagem de turismo de luxo, destinado a turistas de nível social e económico médio-alto. Promover este tipo de turismo é conhecer perfeitamente o perfil do cliente e alimentar as suas imagens verdadeiras (ou distorcidas) sobre o tipo de férias que procura. Algumas modalidades de “*turismo de qualidade*” estão associadas ao “*turismo étnico*”, “*turismo cultural*”, “*turismo histórico*”, “*turismo ambiental*”, “*turismo recreativo*”, “*turismo religioso*”...

6.2.2. Novo conceito de turista.

Não é fácil definir “*turista*” uma vez que este conceito atravessa uma evolução, em que a importância das componentes social, cultural, ecológica, política, económica... se misturam para caracterizar um indivíduo, num ambiente que habitualmente não é o seu. Um “*turista*” pode ser definido como “*um indivíduo em viagem cuja decisão foi tomada em percepção, interpretação, motivações, restrições e incentivos e representa manifestações, atitudes e actividades , tudo relacionado com factores psicológicos, educacionais, culturais, étnicos, económicos, sociais e políticos, viagem essa que envolve uma multiplicidade de agentes institucionais e empresariais desde que o viajante parte até que volta, situação que, por isso, também se estende ao próprio turismo como sector de actividades que, sendo fundamentalmente económica, tem igualmente tendências sociais, culturais e ambientais*”¹⁴⁴.

¹⁴⁴ BAPTISTA, M. (1997) - Turismo, competitividade sustentável, Lisboa/São Paulo, Ed. Verbo, p. 39.

O perfil do “turista” no “espaço rural”, é o de uma clientela preocupada com todas as componentes acima citadas, mas com maior grau de exigência e de afirmação social uma vez que se trata de um turista de classe média-alta, assim o descreve BETEILLE “...les touristes fréquentant aujourd’hui l’espace rural disposent de revenus parfois importants. Les estivants appartenant aux nouvelles classes moyennes nationales ou européennes possèdent en général un niveau culturel supérieur à celui des habitants des premiers loisirs verts. Ils développent de ce fait un certain besoin identitaire auquel l’hébergement doit répondre de façon concrète”.¹⁴⁵

O alojamento tem que responder de forma concreta às expectativas do turista, proporcionando-lhe, embora num meio completamente diferente do habitual, ao mesmo tempo, todo o conforto e qualidade impostos pela vida citadina e a possibilidade de usufruir da prática de novas actividades do tipo pesca, equitação, caça ou natação por exemplo. O “turista” no “espaço rural” é caracterizado por querer mudar de ambiente sem por isso mudar muito de costumes nem baixar de nível de vida.

6.2.3. Trinómio interdependente : turismo - ambiente - cultura.

A fruição de novos “espaços de turismo”, quer sejam naturais quer sejam construídos, a procura de evasão, a necessidade de restabelecer o equilíbrio físico e psicológico e o desejo de contactar com outras culturas são anseios profundos do Homem, constituindo uma motivação para a actividade turística.

¹⁴⁵ BETEILLE, R. (1996) - Le tourisme vert, Paris, PUF, Coll. Que sais-je ? n°3124, p. 62.

Neste contexto, verifica-se que os valores naturais e culturais são, e sempre foram, os mais importantes *“factores de produção”* utilizados pelo *“turismo”*.

Existe assim, de facto, uma relação evidente e incontornável entre *“turismo”*, *“ambiente”* e *“cultura”*. Estamos deste modo perante uma interdependência entre a associação de três componentes, que através de um sistema de traços relacionados com a representação, remetem para uma imagem quase idílica do **Turismo no Espaço Rural**, a de um mundo quase paradisíaco que alia descanso, lazer e prazer. Este trinómio presente neste sistema conceptual, reflecte-se neste sistema terminológico, onde podemos encontrar as propriedades seguintes: a necessidade de autenticidade (componente cultural), a preservação da natureza (componente ambiental) e a descoberta de outros lugares (componente turística).

A qualidade do ambiente e a cultura das populações locais são assim um factor de atracção turística, de tal forma que nomeadamente a protecção do ambiente e a sua melhoria são vistas como factores preponderantes nas *“zonas turísticas”*. Mas por outro lado, esta actividade cria pressões, praticamente, inevitáveis sobre o meio e os *“recursos naturais”* e *“construídos”*.

O turismo alimenta-se, em grande medida, dos valores ambientais, que por isso se alteram em detrimento do próprio turismo. A destruição da flora, da fauna e do solo devido à colheita de espécies raras, o depósito de resíduos, o ruído, a poluição das águas, a construção indevida de infraestruturas com finalidade turística e os incêndios, são exemplos, entre outros, de como o ambiente sofre da

sua estreita relação com o turismo. Mas, apesar disso, ambos - “turismo” e “ambiente” - contribuem decisivamente para a qualidade de vida dos indivíduos.

As novas “formas de turismo”, tal como o **Turismo no Espaço Rural**, baseam-se nessa imagem de qualidade para oferecer aos turistas uma variedade de oportunidades agradáveis de ocupação dos seus tempos livres, evitando todos os inconvenientes directos ou indirectos, da concentração excessiva de turistas em determinadas regiões. Dessa atractividade dependem apenas medidas como o planeamento e ordenamento das zonas de turismo, o apoio institucional e administrativo, a formação e a promoção da área de turismo, tendo em conta as expectativas dos clientes; importa portanto *“caracterizar as implicações da matriz cultural dos turistas e dos residentes nas múltiplas esferas da procura e da oferta, isto é quanto à primeira, como factor inspirador de motivações e de percepção atractiva e, quanto à segunda, de capacidade de identificação das atracções que os destinos podem oferecer”*¹⁴⁶.

6.2.4. Turismo “verde”.

Paralelamente e associado à imagem que difunde o **Turismo no Espaço Rural**, tem-se vindo a desenvolver, em Portugal, uma vertente mais dinâmica desta modalidade de turismo. Trata-se de uma forma de redescobrir a “natureza” e as “actividades ao ar livre”, um fenómeno dos nossos dias, ao alcance de um

¹⁴⁶ BAPTISTA, M. (1997) - Turismo, competitividade sustentável, Lisboa/São Paulo, Ed. Verbo, p. 33.

público mais vasto e que, por estar ainda mal definido, inclui-se no **Turismo no Espaço Rural**; são disso reflexo as várias denominações tais como: “*Turismo de Natureza*”, “*Turismo Ambiental*”, “*Turismo Verde*” ou ainda “*Ecoturismo*”. A prática dessa modalidade efectua-se na maior parte das vezes em zonas delimitadas ou protegidas como, por exemplo, no Parque Nacional da Peneda-Gerês, com objectivo de valorizar e dar vida ao “*património natural*” do país.

Esta forma de turismo é destinada a quem gosta de aventura; as actividades desenvolvidas, neste âmbito, são diversas desde os percursos de montanha a jornadas de canoagem, cicloturismo, prática de tiro com arco e flecha, para-pente, entre outras. A empresa responsável pelo desenvolvimento destas actividades paralelas às do **Turismo no Espaço Rural** é a TURNATUR, que trabalha com agências de viagens e com empresas. O “*Turismo de Natureza*” integra-se, portanto, no leque dos “*produtos alternativos*” que propõe o **Turismo no Espaço Rural**.

O conjunto dos estereótipos visa a identificação do objecto e a sua representação; procuramos descrever essas propriedades no **Turismo no Espaço Rural**, de que passamos a destacar as mais importantes: um turismo de qualidade destinado a um novo tipo de turista, oferecendo actividades personalizadas, cujas componentes ambientais e culturais são fortemente valorizadas. Essa é a imagem que os profissionais do turismo procuram divulgar do seu produto: uma boa imagem de marca em termos comerciais, constituindo um caminho para o sucesso.

6.2.5. Imagem de marca.

Dentro das estratégias adoptadas, na “*política de turismo*”, para conquistar clientela uma das mais usadas é o método da “*imagem turística*”. Dar uma boa imagem do produto que se vende é fundamental; o canal informativo tem um papel importante, nesse processo.

No caso presente, é de notar a pouca existência de publicidade relativa ao **Turismo no Espaço Rural**, em Portugal. De facto, neste tipo de comércio a melhor publicidade é feita pelos próprios clientes que, satisfeitos, recomendarão aos amigos uma estadia em tal ou tal “*casa de Turismo de Habitação*”. A única brochura informativa sobre **Turismo no Espaço Rural** existe junto da Direcção Geral de Turismo, que publica anualmente a lista das “casas oficiais” que praticam **Turismo no Espaço Rural**, em Portugal.

A nível internacional a propaganda é feita através das Agências de Viagens ou por catálogos destinados apenas à difusão no estrangeiro. Um “*turismo de topo de gama*” não precisa de muita publicidade para sobreviver, mas de uma boa imagem de marca: “*Un accueil de qualité est une communication touristique efficace et coûte peu de frais*”¹⁴⁷. Quanto melhor for a imagem de marca, menos se precisa de publicidade, porque o **Turismo no Espaço Rural** é, por excelência, um produto de confiança. A simples denominação é garantia de qualidade; neste caso, qualidade é sinónimo de comunicação turística.

¹⁴⁷ BOYER, M et VIALON, P. (1994) - La communication touristique, Paris, PUF, Coll. Que sais-je? n°2885, p. 27.

O público a quem se dirige o **Turismo no Espaço Rural**, é uma clientela habitual, que na maioria do tempo faz a sua própria publicidade entre ela.

Na sua política de propaganda discreta do espaço **Turismo no Espaço Rural**, os “*promoteurs turísticos*” tentam principalmente manter um aspecto importante: o de preservar a “*image touristique*” do país. A procura de imagens corresponde a um desejo específico do consumidor, nasce de uma necessidade de segurança sobre a fiabilidade do “*produit touristique*” procurado: “*Une image existe s’il y a un minimum de connaissances sur un pays:… l’image touristique n’est toutefois que l’un des aspects de l’image générale d’un pays. Aussi ne peut-elle jamais être très différente de la réalité de ce pays.*”¹⁴⁸

A “*image touristique*” é baseada em duas vertentes, por um lado o que o sociólogo LANQUAR designa por “*image imaginée*”¹⁴⁹ e que corresponde aos estereótipos que o consumidor interiorizou de um determinado produto ou lugar. “*Cette image intellectuelle, positive, est la résultante d’une lecture, de références d’amis. Un minimum de connaissances conditionne donc l’existence de cette image indirecte*”. E, por outro lado, a “*image vécue*”, aquela que fica na memória como “*image physique, directe, basée sur des éléments concrets*”¹⁵⁰.

Tomando como exemplo Portugal, a imagem imaginada, construída e veiculada pelas agências de viagens é “Portugal - um país onde apetece viver” e

¹⁴⁸ LANQUAR, R. (1985) - Sociologie du tourisme et des voyages, Paris, PUF, Coll. Que sais-je? N°2213, p. 117.

¹⁴⁹ Cf. LANQUAR, R. (1985) - Sociologie du tourisme et des voyages, Paris, PUF, Coll. Que sais-je? N°2213, p. 117.

¹⁵⁰ LANQUAR, R. (1985) - Sociologie du tourisme et des voyages, Paris, PUF, Coll. Que sais-je? N°2213, p. 117.

não apenas passar férias; “Portugal - um país de contrastes” com o campo e a praia; a cultura erudita e a cultura popular, uma alta qualidade de serviços a preços menos altos. A nível da imagem concreta baseada no existente, Portugal é o país das Descobertas, da tradição e da modernidade, localizado no litoral, com mobilidade fácil, curtas distâncias e grande hospitalidade.

A estratégia, normalmente, utilizada pelos responsáveis pela propaganda turística consiste em tentar reduzir o mais possível a distância entre a realidade e as aspirações dos potenciais clientes; a imagem construída deve, tanto quanto possível, coabitar com a real.

Mas o “*produto turístico*” pode também sofrer de uma má imagem; no caso concreto do **Turismo no Espaço Rural**, pode passar pelo mau funcionamento das “*reservas*”, pela prática ilícita de **Turismo no Espaço Rural**, por casas não inscritas como tal, pela falta de fiscalização, pela oscilação da tabela de preços, pelo não cumprimento de algumas actividades propostas nos folhetos tais como, piscina, campos de ténis, golfe, pela carência de componentes de conforto (lareira, canais de televisão, bar particular, jacuzzi, sauna, ginásio,...), bem como pela falta de legislação adequada que proteja os clientes e proprietários em caso de conflito.

De qualquer modo, no momento do acto de compra, o cliente é condicionado por um conjunto de estereótipos que interiorizou de acordo com o seu estatuto socioprofissional. “*L’individu est un mélange de social et d’intellectuel. Son plan de préoccupation s’elabore en fonction de son milieu social*”

et de son métier, son champ de préoccupation en fonction de son intelligence. Lors du processus d'achat, il va se créer des types d'images conditionnées par ce mélange" ¹⁵¹ De facto, o cliente, mesmo não estando interessado na compra de um determinado produto, possui uma percepção natural que o leva a interiorizar informação mais ou menos importante, em pouca ou grande quantidade, conforme o seu grau de interesse para o produto e a escala social, onde se situa. São essas acumulações de imagens, próprias de cada indivíduo que conduzem à formação de crenças ou de estereótipos: *"c'est-à dire des idées préconçues, ou encore à une série de sensations subjectives qui s'intégreront dans le processus d'achat"* ¹⁵².

No anos de 1993 e 1994, organizado pela TURIHAB, decorreram respectivamente em Portugal os I e II Encontro Nacional de *"Turismo de Habitação"*, o primeiro em Ponte de Lima e o segundo em Viana do Castelo, cidades da região do Alto-Minho, onde a prática do *"Turismo de Habitação"* se implantou de forma mais significativa. A TURIHAB é uma Associação sediada em Ponte de Lima e fundada para promover o **Turismo no Espaço Rural**, em geral, preocupando-se particularmente, na criação de uma imagem de marca do *"Turismo de Habitação"*.

As conclusões tiradas durante o I Encontro Nacional de *"Turismo de Habitação"* revelam que, apesar do bom acolhimento no *"mercado turístico"*

¹⁵¹ LANQUAR, R. (1985) - Sociologie du tourisme et des voyages, Paris, PUF, Coll. Que sais-je? N°2213, p. 118.

¹⁵² LANQUAR, R. (1985) - Sociologie du tourisme et des voyages, Paris, PUF, Coll. Que sais-je? N°2213, p. 118.

português das designações “*Turismo de Habitação*”, “*Turismo Rural*” e “*Agroturismo*”, é necessário criar uma imagem de marca do produto que, pelo seu impacto quer em tradição, quer na realidade, se afirme em termos promocionais, a nível nacional e internacional. É assim proposta a denominação “Solares de Portugal” como marca de **Turismo no Espaço Rural**. A escolha da denominação é, neste caso, decalcada na designação “Pousadas de Portugal” que já tinham conseguido, com sucesso, a implantação de uma imagem de marca de topo de gama. A adopção de uma nova designação próxima de outra já implantada culturalmente, como imagem de venda é uma estratégia de marketing publicitário que visa, por associação de ideias, levar um certo público alvo a consumir este novo produto.

O II Encontro Nacional, em 1994, vem acrescentar elementos à proposta do ano anterior, especificando alguns dados concretos quanto à criação da imagem de marca “Solares de Portugal”. Faz-se, agora, uma distinção na atribuição desta marca que não se destina ao **Turismo no Espaço Rural**, em geral, mas apenas à vertente do “*Turismo de Habitação*”, pelo facto de se ter chegado à conclusão que, por falta de legislação clara, muitas casas ou explorações praticam de forma ilícita o **Turismo no Espaço Rural**, ou usam indevidamente as suas designações, contribuindo assim para o desprestígio da actividade.

Pretende-se, em Portugal, à imagem do que se passa em França, onde existe uma distinção entre “Relais et Chateaux” (turismo em castelos) e “Turisme en Espace Rural” (que reagrupa todas as outras modalidades de turismo no

campo), pouco a pouco separar o *“Turismo de Habitação”* do conceito do **Turismo no Espaço Rural**, criando para isso, à sua volta, uma imagem de marca de prestígio: “Solares de Portugal”. CALHEIROS, Presidente da TURIHAB explica que: *“Com Solares de Portugal, não se pretende aplicar a palavra Solar, como vulgarmente se emprega a todas as casas que fazem turismo, mas sim, utilizar uma designação que é facilmente compreendida em Portugal e no estrangeiro e que reflecte uma imagem de qualidade”*. É, no entanto, de notar que até hoje nada, em termos legislativos, aponta no sentido de o *“Turismo de Habitação”* se tornar uma *“actividade turística”* independente do **Turismo no Espaço Rural**; o Decreto-Lei de 4 de Julho de 1997 não refere, em nenhum momento, essa alteração.

6.3. Definição estereotípica.

No ponto 4, apresentámos vários contextos, alguns dos quais definitórios, retirados do fragmento de textos jurídicos contidos na subcomponente da base textual. Estes contextos contêm frequentemente definições convencionais “a priori” como, por exemplo, para o termo **Turismo no Espaço Rural**; este tipo de definição *“determine, au moment même de la dénomination d'un object, les caractéristiques qu'on lui assigne”*¹⁵³.

Estes mesmos contextos apresentam frequentemente definições convencionais “a posteriori” para alguns termos como *“turista”*, *“aldeia”*, *“casa”*,

¹⁵³ MARTIN, R. (1990) - “La définition naturelle”, in Actes du colloque La Définition, Paris, Larousse, p. 86.

“solar”, unidades lexicais da língua geral ou que, por fenómenos de empréstimo a outros domínios terminológicos (ambiente, ecologia, entre outros), adquiriram uma significação específica nesta sistema terminológico.

Esta tipo de definição tem um carácter normativo ou mesmo prescritivo, “modelando” os traços semânticos de unidades lexicais já existentes. Assim, a definição convencional “a posteriori” *“délimite conventionnellement le sens par nature vague, des mots du langage ordinaire quand ceux-ci sont voués à un usage technique”*¹⁵⁴.

A definição terminológica é sempre uma definição convencional, no âmbito de uma semântica relacional que caracteriza, em geral, um sistema terminológico.

No entanto, nas definições convencionais existentes no corpus de análise, encontrámos frequentemente traços conceptuais e linguísticos de carácter estereotípico que apresentámos nas subalíneas do ponto 6.2.; estes traços constituem, portanto, aquilo que MARTIN designa de “campo estereotípico”¹⁵⁵

Consequentemente, podemos observar que não é apenas a definição natural que se caracteriza por um carácter estereotípico.

A definição estereotípica tem por objectivo apresentar para além dos traços semânticos mínimos de pertinência linguística, uma representação suficiente do objecto denominado de modo a permitir uma identificação efectiva. Esta definição fornece um conjunto mais rico de propriedades do que um

¹⁵⁴ MARTIN, R. (1990) - “La définition naturelle”, in Actes du colloque La Définition, Paris, Larousse, p. 86.

¹⁵⁵ MARTIN, R. (1990) - “La définition naturelle”, in Actes du colloque La Définition, Paris, Larousse, p. 90.

conjunto de propriedades necessárias e suficientes para que um objecto denominado seja abstractamente aquilo que ele próprio é.

No campo estereotípico do **Turismo no Espaço Rural** destacam-se as propriedades estereotípicas seguintes: [+ turismo de qualidade], [+turista-cliente de classe média-alta], [+trinómio: turismo-ambiente-cultura], [+turismo verde], [+imagem de marca: turismo de topo de gama].

A estereotipia tem por objecto a pertinência de representação, resultante de uma pluralidade de possíveis, conduzindo, muitas vezes, um lexicógrafo a oscilar de uma “definição mínima” para uma “definição estereotípica”, registando um número maior de traços, relativamente ao critério de pertinência.

A definição estereotípica de “características ponderadas” pode ser concebida segundo as técnicas seguintes: avaliação de traços, classificação de traços e formulação espontânea¹⁵⁶. Os traços estereotípicos estão, frequentemente, relacionados com elementos de “lexicultura”¹⁵⁷.

Não podemos confundir definição terminológica com definição lexicográfica de especialidade.

O semema da unidade terminológica é um semema construído; conseqüentemente, a definição terminológica é também construída, uma vez que não é possível *“représenter par des moyens langagiers tous les aspects cognitifs d'un concept, voire “tout ce qui constitue un référent”, comme si définir c'était*

¹⁵⁶ MARTIN, R. (1990) - “La définition naturelle”, in Actes du colloque La Définition, Paris, Larousse, p. 91.

¹⁵⁷ GALISSON, R. (1990) - “Une dictionnaire à géométrie variable au service de la lexiculture”, Cahiers de Lexicologie, 70, Paris, Didier, p. 57.

*donner une représentation fidèle du réel, dire tout ce que le concept, ou le référent, "contient"*¹⁵⁸.

Julgamos que o conceito de "estereótipo", e não apenas o de "protótipo"¹⁵⁹, permite dar conta de mecanismos linguísticos de grande importância de que destacamos a denominação, a definição e a relação entre denominação e definição.

Assim, os traços estereotípicos de carácter conceptual e linguístico são elementos muito importantes na definição terminológica e que devem ser tidos também em conta na definição lexicográfica de especialidade.

¹⁵⁸ BÉJOINT, H. (1997) - "Regards sur la définition en terminologie, in Cahiers de Lexicologie, 70, Paris, Didier, p. 19.

¹⁵⁹ KLEIBER, G. (1984) - "Dénomination et relations dénominatives, in Langages, 76, Paris, Larousse, p. 77.

7. CONCLUSÃO.

Desde sempre, a nossa vontade foi de trabalhar em Linguística, numa perspectiva que associasse a teoria à prática. Pensamos que a Terminologia, enquanto disciplina linguística, reúne essas condições, uma vez que é uma nova área, na qual ainda existem poucas investigações relativas à língua portuguesa.

O quadro conceptual e teórico da ciência terminológica desenvolve-se a partir da linguística estrutural. No entanto, os pressupostos teóricos da Terminologia pertencem a uma nova geração de linguistas, cujas investigações e obras teóricas permitem conhecer e delimitar cada vez melhor esta nova área conceptual, assim como as metodologias terminográficas.

O **Turismo no Espaço Rural** em Portugal é, sem dúvida, uma nova área conceptual com uma terminologia em constituição em que são frequentes os novos termos e os neónimos.

Recorremos ao tratamento semi-automático dos “corpora”, assim como à terminografia para “descobrir” as características conceptuais e terminológicas do **Turismo no Espaço Rural** (cf. cap.3).

Na fase da selecção do corpus começámos a encontrar algumas respostas relativamente às nossas reflexões quando iniciámos a investigação. A diversidade e não a quantidade de textos sobre **Turismo no Espaço Rural** mostrou-nos, desde logo que esta área conceptual está em evolução, em que existem diferentes actores socioculturais e/ou com uma função importante. O **Turismo no Espaço Rural**, sector da indústria turística gira à volta de uma classe restrita de especialistas, que, por interesse social, económico ou político se movimentam

numa esfera muitas vezes interligada a planos de desenvolvimento de áreas rurais.

Na fase de extracção da terminologia de base do **Turismo no Espaço Rural** (cf. cap.4), observámos dados relevantes para a análise. A grande flutuação e imprecisão de conceitos e respectivos termos que constituem o sistema conceptual do **Turismo no Espaço Rural** é o reflexo de um domínio em fase de constituição e de uma falta de harmonização de termos e de definições.

Por outro lado, observámos ainda o aspecto interdisciplinar ou mesmo transdisciplinar que caracteriza o **Turismo no Espaço Rural** (cf. cap 5). De facto, é uma área difícil de delimitar devido à instabilidade ou imprecisão de conceitos e termos, devido à inserção de designações oriundas de áreas conexas. Assim, constatámos que o **Turismo no Espaço Rural** para além de um conjunto terminológico específico é caracterizado, em particular, por termos do Turismo em geral, do Ambiente e da Cultura. É, portanto uma área interdisciplinar cujos conceitos se traduzem em termos multidomínios.

Outro factor importante, revelador da novidade e da evolução, em termos terminológicos, do **Turismo no Espaço Rural**, é a neologia ou neónimia. O aparecimento de novas práticas no âmbito do **Turismo no Espaço Rural** provoca, geralmente, a necessidade de criar novas designações para as identificar. A terminologia do **Turismo no Espaço Rural** é, de facto, rica em neologia e em novos termos, muitos dos quais são passíveis de serem datados. (cf. cap. 5)

Uma vez analisada a terminologia, as propriedades dos conceitos e algumas características semânticas dos termos, tentámos delimitar um conjunto

de estereótipos relativos ao **Turismo no Espaço Rural**. Tal como referimos no ponto 6, os estereótipos são de carácter conceptual e linguístico, havendo uma interrelação estreita entre eles. Esta interrelação reflecte-se na escolha de alguns termos característicos do **Turismo no Espaço Rural**.

Não seleccionámos exemplos de contextos automáticos definitórios, associativos ou outros; no entanto, os contextos que apresentámos a propósito da evolução de conceitos, de termos e de definições no ponto 4, permitiram-nos extrair propriedades estereotípicas conceptuais e linguísticas que caracterizam o **Turismo no Espaço Rural**. Os contextos definitórios contêm por vezes definições convencionais “à priori” e definições convencionais “à posteriori” que contêm traços conceptuais e semânticos das definições estereotípicas.

O campo da representação permite contrastar o que caracteriza realmente este domínio e aquele que se pretende, efectivamente, apresentar. Observámos, portanto, que o **Turismo no Espaço Rural** está, actualmente, em desenvolvimento, beneficiando, nestes últimos anos de valorização de tudo o que esteja ligado à natureza e que contenha uma componente fortemente ecológica, por oposição à cidade e ambientes urbanos. Todos estes aspectos reflectem-se na terminologia e na criação de neónimos do **Turismo no Espaço Rural**.

O título desta dissertação, ***A Socioterminologia no “Turismo no Espaço Rural”***, remete para um conceito novo em Terminologia; todas as disciplinas, incluindo a Linguística possuem uma vertente social. Consequentemente, a Terminologia não podia deixar de dar importância aos aspectos sociais e culturais, componentes fundamentais do léxico. A socioterminologia abriu novas perspectivas, encontrando explicação para fenómenos de variação linguística,

sinonímica ou outras, para problemas de difusão e implantação de termos, de neologismos oficiais e de harmonização de terminologias.

Podemos concluir que a terminologia do **Turismo no Espaço Rural** ainda é relativamente nova, pouco divulgada e implantada. Tal facto resulta de um grande número de termos novos e neónimos; resulta também da evolução de conceitos, da instabilidade de designações e da imprecisão e mesmo da evolução de definições de um número significativo de termos.

Esta evolução conceptual e terminológica é passível de ser acompanhada, permitindo-nos datar as denominações do **Turismo no Espaço Rural**, resultando, neste caso preciso, numa quase-anulação da fronteira entre a diacronia e as sincronia.

BIBLIOGRAFIA

1. Lexicologia, Lexicografia e Terminologia.

ALVES, R. (1994) - Terminologia do alojamento turístico - da base de dados textual à base de dados relacional, Mémoire de Maîtrise, Lyon, Faculté des Langues Romanes, Université Lumière Lyon 2.

ALVES, R. (1996) - (em colaboração) Visa pour le tourisme, Dictionnaire conceptuel du tourisme. Anglais, Danois, Français, Portugais, OPAL-Outils pour l'Apprentissage des langues, Programme LÍNGUA- Action III, Paris 3.

ARMENGAUD, F. (1985) - La pragmatique, Paris, PUF, Coll. Que-sais-je? n°2230.

ARNAUD, P. ; THOIRON, P. (dir.) (1983) - Aspects du Vocabulaire, Travaux du C.R.T.T., Lyon, PUL.

ASSAL, A. (1991) - "La normalisation: pour une approche socioterminographique", in Terminologie et Sociolinguistique, **Cahiers de linguistique sociale**, n° 18, URA CNRS 1164 SUDLA, Rouen, Université de Rouen.

ASSAL, A.; GAUDIN, F.; GUESPIN, L. (1992) - "Sémantique et terminologie: sens et contextes", in Terminologie et Traduction, n° 2/3, Bruxelles, Commission des Communautés Européennes.

AUGER, P. (1989) - "Informatique et Terminologie: revues des technologies nouvelles", in Actes du colloque Terminologie et Industries de la langue, Paris, Office de la Langue Française.

AUGER, P. (1991) - "Terminographie et lexicographie assistées par ordinateur: état de la situation et perspectives", in Les industries de la langue, Perspectives des années 1990, Tome II, Montréal, Office de la Langue Française, Société des traducteurs du Québec.

BÉJOINT, H. (1989) - "À propos de la monossémie en terminologie", in META, n° spécial, Montréal, PUM.

BÉJOINT, H. (1993) - "La définition en terminographie", in Aspect du vocabulaire, Travaux du C.R.T.T., Lyon, PUL.

BÉJOINT, H. (1997) - "Regards sur la définition en terminologie", in Cahiers de Lexicologie, 70, Paris, Didier.

BÉJOINT, H. et THOIRON, Ph. (1997) - "Modèle relationnel, définition et dénomination", in Autour de la Dénomination, Lyon, PUL, CRTT.

BENVENISTE, E. (1974) - Problèmes de Linguistique Générale II, Paris, Gallimard.

BESSÉ, B. de (1990) - "La définition terminologique", in Actes du colloque La Définition, Paris, Larousse.

BESSÉ, B. de (1991) - "La définition terminologique", in META, XXXVI - 1, Montréal, PUM.

BOISSON, Cl. et THOIRON, Ph. (1997) - Autour de la Dénomination, Lyon, PUL, CRTT.

BOULANGER, J.C. (1984) - "Quelques observations sur l'innovation lexicale spontanée et sur l'innovation lexicale planifiée", in La Banque des Mots, n° 27, Paris, CILF.

BOULANGER, J. C. (1988) - "L'évolution du concept de néologie de la linguistique aux industries de la langue", in Terminologie Diachronique, Paris, CILF.

BOULANGER, J.C. (1991) - "Une lecture socioculturelle de la terminologie", in Terminologie et Sociolinguistique, Cahiers de linguistique sociale, 18, Rouen, URA CNRS 1164 SUDLA, Universidade de Rouen.

BOULANGER, J.C. (1995) - "Présentation: Images et parcours de la Socioterminologie", in META, 40, n°2, Montréal.

BOUTIN-QUESNEL, R. ; BELANGER, N. et alii. (1985) - Vocabulaire systématique de la terminologie, Cahiers de l'Office de la Langue Française, Québec.

BRUNET, E. (1991) - "Hyperbase", in Revue CUMFID, 17, Nice, Université de Nice.

BRUNET, E. (1992) - "Le mot "dictionnaire"", in Etudes de Linguistiques Appliquée 85-86, Paris, Didier.

CABRÉ, M^a T. (1993) - La terminología Teoría, metodología, aplicaciones, Barcelona, Editorial Antártida / Empúries.

COSTA, M^a R. (1993a) - Terminologia da economia monetária - Relações conceituais e semânticas numa sistemática terminológica e lexicográfica, Dissertação de mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, FCSH.

COSTA, M^a R. (1993) - "Bases de données textuelles: terminologie de l'économie monétaire", in Revue CUMFID, n° special PORTEXT, Nice, Université de Nice.

DEPECKER, L. (1990) - "Éloge de la synonymie" in Actas do Colóquio de Lexicologia e Lexicografia, INIC, Centro de Estudos Comparados de Línguas e Literaturas Modernas, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.

DESMET, I. (1990) - "Especificidades da neónímia", in Terminologias, 1, Associação de terminologia portuguesa- TERMIP, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, FCSH.

DESMET, I. (1993) - Análise terminológica do vocabulário da sociologia do trabalho em português e francês, Volume 1, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, FCSH.

DESMET, I.; BOUTAYEB. S. (1993) - "Terme et mot: propositions sur la terminologie", in La Banque des Mots, nº spécial 5/1993, Paris, CILF.

DESCAMPS, J.L. et alii (1992) - Sémantique et Concordance, suivi du Dictionnaire Contextuel de Français Politique, Publ. INaLF, Paris, Klincksieck.

DUBOIS, J. (1973) - Dictionnaire de Linguistique, Paris, Larousse.

DUBUC, R. (1979) - "Découpage de l'unité terminologique", in Table ronde sur les problèmes du découpage du terme, tenue lors du V Congrès de l'Association Internationale de Linguistique Appliquée, Montréal, Office de la Langue Française, Gouvernement du Québec.

DUBUC, R. (1980) - Manuel Pratique de Terminologie, Montréal, Linguatex.

FELBER, H. ; PICT, H. (1984) - Metodos de Terminografia y principios de investigacion Terminologica, Instituto "Miguel de Cervantes", Madrid, CSIC.

FELBER, H. (1987) - Manuel de terminologie, Paris, UNESCO e Inforterm.

FERNANDES, A. M. V. (1992) - Eléments pour une base de données en portugais, Problèmes et méthodes, Mémoire de DEA en Sciences et techniques du langage, Nice.

FISKE, J. (1995) - Introdução ao estudo da comunicação, Porto, Ed. ASA, 2^aed.

FRADIN, B.; MARANDIN, J. M. (1979) - "Autour de la définition, de la lexicographie à la sémantique", in La Langue Française, 43, Paris, Larousse.

FUCHS, C. (1993) - Linguistique et traitements automatiques des langues, Paris, Hachette, Coll. HU.

GALISSON, R. (1970) - "Analyse sémique, actualisation sémique et approche du sens en méthodologie", in Langue Française, 8, Paris, Larousse.

GALISSON, R. (1976) - Dictionnaire de Didactiques des Langues, Paris, Hachette.

GALISSON, R. (1978) - Recherches de lexicologie descriptive: la banalisation lexicale, Paris, Nathan, Paris.

GALISSON, R. (1979) - Lexicologie et enseignement des langues, Paris, Hachette.

GALISSON, R. (1990) - "Une dictionnaire à géométrie variable au service de la lexiculture", Cahiers de Lexicologie, 70, Paris, Didier.

GAMBIER, Y. (1991) - "Présupposés de la terminologie : vers une remise en cause", in Terminologie et Sociolinguistique, Cahiers de linguistique sociale, 18, Rouen, URA CNRS 1164 SUDLA, Université de Rouen.

GAUDIN, F. (1991) - "Terminologie et travail scientifique: mouvements des signes, mouvement des connaissances", in Terminologie et Sociolinguistique, Cahiers de linguistique sociale, 18, Rouen, URA CNRS 1164 SUDLA, Université de Rouen.

GAUDIN, F. (1993a) - Pour une socioterminologie, des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles, Rouen, Université de Rouen.

GAUDIN, F. (1993b) - "Socioterminologie: du signe au sens, construction d'un champ", in META, XXXVI - 1, Montréal, PUM.

GEERAERTS, D. (1985) - "Les données stéréotypiques, prototypiques et encyclopédiques dans le dictionnaire", in Cahiers de Lexicologie, 46, Paris, Didier.

GOUADEC, D. (1990) - Terminologie. Constitution des données, Paris, AFNOR.

GOUADEC, D. (resp.) (1993) - Terminologie & Terminotique. Outils, modèles et méthodes, Actes de la Première Université d'Automne en Terminologie, Paris, La Maison du Dictionnaire.

GUESPIN, L. (1991) - "La circulation terminologique et les rapports science, technique production." in Terminologie et Sociolinguistique, Cahiers de linguistique sociale, 18, Rouen, URA CNRS 1164 SUDLA, Universidade de Rouen.

GUILBERT, L. (1975) - La Créativité Lexicale, Paris, Larousse.

GUILBERT, L. (1973) - "La spécificité du terme scientifique et technique", Langue Française, 17, Paris, Larousse.

GUIRAUD, P. (1960) - Problèmes et méthodes de la statistique linguistique, Paris, PUF.

HERMANS, A. (1989) - "La définition des termes scientifiques", in META, n° spécial, Montréal, PUM.

HUMBLEY, J. (1989) - "Terminologie et conscience linguistique", in La Banque des Mots, n° spécial, Paris, CILF.

HUMMEL, M. (1995) - "Regard critique sur la sémantique du prototype", in Cahiers de Lexicologie, Paris, Didier.

JACOBI, D. (1994) - "Lexique et reformulation intra-discursive dans les documents de vulgarisation scientifique", Français scientifique et technique et dictionnaire de langue, Paris, Didier.

KLEIBER, G. (1984) - "Dénomination et relations dénominatives, in Langages, 76, Paris, Larousse.

KLEIBER, G. (1988) - "Prototype, stéréotype: un aire de famille?", in DRLAV – Revue de Linguistique, 38, Paris, Didier.

KLEIBER, G. (1990a) - La sémantique du prototype. Catégories et sens lexical, Paris, PUF.

KLEIBER, G. (1990b) - "Sur la définition sémantique d'un mot - Les sens uniques conduisent-ils à des impasses?", in La Définition, Paris, Larousse.

KOCOUREK, R. (1991) - La Langue Française de la Technique et de la Science, Paris, La Documentation Française, Oscar Brandstetter Verlag GMBH & CO. KG-Wiesbaden.

LAMIZET, B. (1976) - "Pour une approche formelle de la synonymie lexicographique", in Cahiers de Lexicologie, 28, Paris, Didier.

LAMIZET, B. (1990) - Approches de la communication. (Cours d'introduction à la communication), Lyon, Université Lyon2.

LAMIZET, B. (1992), Les lieux de la communication, Liège, Coll. Philosophie et Langage, Mardaga.

LAUFER, R. ; SCAVETTA, D. (1992) - Texte, Hypertexte, Hypermédia, Paris, PUF, Coll. Que sais-je? n° 2629.

LERAT, P. (1984) - "Anglicisme et emprunt terminologique", in Le Français dans le Monde, 183, Paris, Hachette.

LERAT, P. (1987) - "Le traitement des emprunts en terminographie et en néographie", in Cahiers de Lexicologie, 50, Paris, Klincksieck.

LERAT, P. (1988a) - "Les internationalismes dans les langues romanes", Hommage à Bernard Pottier, Klincksieck, tome II, Paris.

LERAT, P. (1988b) - "Terminologie et sémantique descriptive", La Banque des Mots, n° spécial, Paris, CILF.

LERAT, P. (1989) - "Les fondements théoriques de la terminologie", La Banque des Mots, n° spécial, Paris, CILF.

LERAT, P. (1990a) - "L'hypéronymie dans la structuration des terminologies", Langages, 98, Paris, Larousse.

LERAT, P. (1990b) - "Le changement terminologique", Comunicação apresentada no Colóquio Internacional de Terminologia, Lisboa, CNALP.

LERAT, P. (1990c) - "Démarche en matière de recherche terminologique, point de vue français", in Terminologies Nouvelles, 3, Bruxelles, RINT.

LERAT, P. (1995) - Les langues spécialisées, Paris, PUF.

LINO, M^a T. (1989) - "Língua Portuguesa, língua das ciências e das técnicas: neologia científica e técnica e lexicografia", in Actas do Congresso Internacional "A Língua Portuguesa – Que Futuro?", Lisboa, Sociedade da Língua Portuguesa.

LINO, M^a T. (1990) - "Observatório do Português Contemporâneo", in Actas do Colóquio de Lexicologia e Lexicografia, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Institut Franco-Portugais.

LINO, M^a T. et alii. (1991) - "Terminologia da Lexicologia, da Lexicografia, da Terminologia e da Terminografia", Dicionário de termos Linguísticos, Lisboa, Cosmos,

LINO, M^a T. (1992a) - "A componente morfológica no banco de neologismos do português contemporâneo", in Actas do XIX Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românicas, Santiago de Compostela, Tomo II, Lexicologia e Metalexicologia, Universidade de Santiago de Compostela.

LINO, M^a T. (1992b) - "Terminologia do Turismo", in Terminologias 5-6, Lisboa, Associação Portuguesa de Terminologia, TERMIP.

LINO, M^a T. (1993) - "Corpora informatisés et travail en terminographie: l'expérience portugaise", in Revue ALFA, Université Dalhousie, Halifax.

LINO, M^a T. (1994) - "Base de données textuelles et terminographie", in META, Montréal, Canadá, PUM.

LINO, M^a T. (1996) - "Une base textuelle à l'Université Nouvelle de Lisbonne - Projet PORTEXT", in Revue CUMFID, Nice, CNRS, INaLF.

LINO, M^a T; COSTA, M^a R; CONCEIÇÃO, C. (1996) - "Terminologia, informática e multimédia", Jornada Panllatina de Terminologia: Perspectives i camps d'aplicació, Barcelona, Institut Universitari de Lingüística Aplicada IULA, Universitat Pompeu Fabra.

MAINGENEAU, D. (1991) - L'analyse du discours: introduction aux lectures d'archives, Paris, Hachette.

MANUELITO, H. (1995) - A Terminologia da Franquia, Franchise ou Franchising - A Problemática da Ambiguidade num Vocabulário Não Harmonizado, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa FCSH.

MARTIN, E. (1993) - Reconnaissance de contextes thématiques dans un corpus textuelle. Elements de lexico-sémantique, Paris, Didier.

MARTIN, E. (coord.) (1994a) - Les textes et l'informatique, Paris, CNRS, InaLF, Didier.

MARTIN, E. (coord.) (1994b) - Traitements informatisés de corpus textuels, Paris, CNRS, InaLF, Didier.

MARTIN, R. (1990) - "La définition naturelle", in Actes du colloque La Définition, Paris, Larousse.

MARTINET, A. (1967) - Éléments de Linguistique Générale, Armand Collin,

MARTINET, A. (1985) - Syntaxe générale, Paris, Armand Collin.

MOESCHLER et REDOUL, A. (1994) - Dictionnaire encyclopédique de pragmatique, Paris, Seuil.

MÜLLER, C. (1977) - Principes et méthodes de statistique lexicale, Paris, Hachette.

NIKLAS-SALMINEN, A. (1997) - La lexicologie, Paris, Armand Colin, Masson.

NORMALISATION FRANÇAISE, Norme Internationale ISO 1087 1990, AFNOR, Outubro 1990 (X03-003).

POTTIER, B. (1966) - "Champ sémantique, champ d'expérience et structure lexicale", in Zeitschrift für Französische Sprache, Probleme der Semantik, éd. par W. Th. Elwert, Beihefte ZfSL NF. Heft 1, Wiesbaden.

POTTIER, B. (1987) - Théorie et analyse en linguistique, Paris, Hachette.

QUEMADA, B. (1976) - "Du social dans la langue à la sociolinguistique appliquée", in Le Français dans le Monde, 121, Paris, Larousse.

QUEMADA, B. (1981) - "Les noms des mots ou des noms pour les mots. A propos de la terminologie lexicologique", in Linguistica Computazionale, 4-5, Pisa.

QUEMADA, B. (1983) - "Bases de données informatisées", in Lexiques, 2, Paris.

QUEMADA, B. (1983) - Dictionnaire de termes nouveaux des sciences et des techniques, Paris, CILF.

QUEMADA, B. (1987) - "Notes sur lexicographie et dictionnairique", in Cahiers de Lexicologie, 51, Paris, Didier.

QUEMADA, B. (1990a) - "La nouvelle lexicographie", in La Linguística Aplicada, Barcelona.

QUEMADA, B. (1990b) - "Les données lexicographiques et l'ordinateur", in Cahiers de Lexicologie, 56-57, Paris, Didier.

QUEMADA, B. (1990c) - "Lexicographie" in Lexikon der Romanistischen Linguistik, Tübingen Verlag,

REY, A. (1977) - Le lexique - Images et modèles. Du dictionnaire à la Lexicologie, Paris, Armand Collin.

REY, A. (1979) - La Terminologie, Noms et Notions, Paris, PUF, Coll. Que sais-je? n°1780,

REY, A. (1990) - "La polyssémie du terme définition", in Actes du colloque La Définition, Paris, Larousse.

REY, A.; REY-DEBOVE, J. (1987) - Le petit Robert 1, Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française, Paris, Le Robert.

REY-DEBOVE, J. (1987) - "Effet des anglicismes lexicaux sur les systèmes du français", in Cahiers de Lexicologie, 51, Paris, Didier.

REY-DEBOVE, J. (1989) - "Prototypes et définitions", in DRLAV – Revue de Linguistique 41, Paris, Centre de Recherche de l'Université de Paris 8.

RONDEAU, G. (1984) - Introduction à la Terminologie, Montréal, Gaetan Morin Editeur.

ROUSSEAU, J.L. (1996) - "Terminologie et aménagement linguistique", Jornada Panllatina de Terminologia: Perspectives i camps d'aplicació, Institut Universitari de Lingüística Aplicada IULA, Barcelona, Universitat Pompeu Fabra.

ROUSSEAU, J.L. (1997) - "Les pratiques terminographiques en contexte de développement d'une banque de terminographie", Terminologias e Dicionários Técnicos: Metodologia e Prática, Lisboa, Cursos da Arrábida, Union Latine.

SAGER, J. (1990) - A practical Course in Terminology Processing, Amsterdam, John Benjamins B.V.

SALEM, A. (1987) - Pratique des segments répétés. Essai de statistique textuelle, Paris, Klincksieck.

SCHAETZEN, C. de (1993) - "Un accès rapide aux collocations", Terminologies Nouvelles nº 10.

SFEZ, L. (1991) - La communication, Paris, PUF, Coll. Que sais-je? N°2567.

SINCLAIR, J. (1991) - Corpus, Concordance, Collocation, Oxford, Oxford University Press.

THOIRON, PH. (1993) - "L'analyse quantitative des textes scientifiques", Aspect du vocabulaire, Lyon, PUL.

TOURNIER, J. (1985) - Introduction descriptive à la lexicogénétique de l'anglais contemporain, Paris, Champion, Slatkine.

2. Turismo

BAPTISTA, M. (1997) - Turismo, competitividade sustentável, Lisboa/São Paulo, Ed. Verbo.

BETEILLE, R. (1996) - Le tourisme vert, Paris, PUF, Coll. Que sais-je ? nº3124

BOYER, M ; VIALLO, P. (1994) - La communication touristique, Paris, PUF, Coll. Que sais-je ? nº2885.

CALHEIROS, F. (1995) - “O Turismo de Habitação e a criação de uma imagem de marca”, I e II Encontro Nacional de Turismo de Habitação, Actas de Março 1993 e 1994, Ponte de Lima.

CALHEIROS, F. (1995) - “Solares de Portugal o produto turístico português do final do séc. XX”, I e II Encontro Nacional de Turismo de Habitação, Actas de Março 1993 e 1994, Ponte de Lima.

CARVALHO de, L. N. (1988) - Colectânea de Legislação de Turismo, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda.

CORREIA da CUNHA, J. (1988) - Textos e intervenções, Campanha Europeia para o Mundo rural, 3ªEd., Lisboa.

CORREIA da CUNHA, J. (1989) - Textos e intervenções II, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais, Gabinete da Campanha para o mundo rural, Lisboa.

CORREIA da CUNHA, J. (1996) - Textos e intervenções III, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento rural e das Pescas, Ministério do Ambiente, Gabinete Coordenador das Acções para o Mundo rural, Lisboa.

DIÁRIO DA REPÚBLICA. (1983) - Despacho 102/82, Programa de Turismo de Habitação para 1983, DR 15 de 19/01/83.

DIÁRIO DA REPÚBLICA. (1984) - Decreto Lei 251/84, Define o regime de inserção do Turismo de Habitação na oferta turística portuguesa, DR 171 de 25/07/84.

DIÁRIO DA REPÚBLICA. (1986) - Decreto Lei 256/86, Estabelece normas relativas ao desenvolvimento das várias formas de Turismo no Espaço Rural, revestindo a forma de “Turismo de habitação”, “Turismo rural” ou “Agro-turismo”, DR 196 de 27/08/86.

DIÁRIO DA REPÚBLICA. (1986) - Despacho Normativo 86/86, Determina o montante dos financiamentos a conceder pelo Fundo de Turismo para os projectos de desenvolvimento do Turismo de Habitação, Turismo Rural e Agroturismo, DR 219 de 23/09/86.

DIÁRIO DA REPÚBLICA. (1987) - Decreto Regulamentar 5/87, Especifica as várias formas do Turismo no Espaço Rural, DR 11 de 14/01/87.

DIÁRIO DA REPÚBLICA. (1987) - Despacho Normativo 20/87, Estabelece disposições quanto à aplicação do Decreto-Lei 256/86, de 27 de Agosto e do Decreto Regulamentar 5/87, de 14 de Janeiro, relativamente ao Turismo de Habitação, Turismo Rural e Agroturismo, DR 46 de 24/02/87.

DIÁRIO DA REPÚBLICA. (1987) - Decreto Legal Regulamentar 24/87/A, Adapta à Região Autónoma dos Açores o DL 256/86 de 25 de Agosto, que estabelece o

regime jurídico regulador do Turismo de Habitação, Turismo rural e Agroturismo, DR 279 de 04/12/87.

DIÁRIO DA REPÚBLICA. (1988) - Despacho D.G.T, Determina a existência de símbolos ou insígnias próprias do Turismo de habitação, Turismo rural e Agroturismo, para identificação das casas inscritas na D.G.T., DR 226, IIs de 29/09/88.

DIÁRIO DA REPÚBLICA. (1989) - Despacho D.G.T, Livro de Reclamações, DR 92, lis de 20/04/89.

DIÁRIO DA REPÚBLICA. (1997) - Decreto Lei 169/97, Aprova o regime jurídico do Turismo no Espaço Rural, DR 152 de 04/07/97.

DIRECÇÃO-GERAL DO TURISMO. (1996) - Turismo no Espaço Rural, Guia Oficial, Lisboa.

DOMINGUES, C. M. (1980) - Prontuário turístico, Lisboa, Instituto Nacional de Formação Turística (INFT).

DOMINGUES, C. M. (1990) - Dicionário Técnico de Turismo, Lisboa, Dom Quixote.

DREYFUS-SIGNOLES, (1992) - Structures et organisation du tourisme en France, Paris, Ed. Bréal.

FERREIRA, L. J. do N. (1981) - Leis do Turismo, Coimbra, Coimbra Editora Lda.

FORUM AMBIENTE. (1994) - "Turismo da Natureza", Revista nº7-Outubro, Lisboa.

FORUM AMBIENTE. (1995) - "Turismo Ambiental", Revista nº16-Julho, Lisboa.

FORUM AMBIENTE. (1996) - "Turismo Ambiental - Férias Verdes", Revista nº27-Junho, Lisboa.

LANQUAR, R. (1985) - Sociologie du tourisme et des voyages, Paris, PUF, Coll. Que sais-je? Nº2213.

LANQUAR, R.; RAYNOURD, Y. (1978) - Le tourisme social et associatif, Paris, PUF, Coll. Que sais-je? nº 1725.

MARTINS, L.P. (1993) - Lazer, férias e turismo no Noroeste de Portugal, Dissertação de Doutoramento, Porto, Faculdade de Letras - Universidade do Porto.

MARTINS, P. (1993) - "As potencialidades do turismo rural", Programa de desenvolvimento regional e o mundo rural, Lisboa, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Ministério da Agricultura.

MARTINS, P. (1995) - "Turismo em Espaço Rural versus Turismo de Habitação - A nova Legislação", I e II Encontro Nacional de Turismo de Habitação, Actas de Março 1993 e 1994, Ponte de Lima.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E TURISMO. (1991) - Livro branco do turismo, Lisboa, Secretaria de Estado do Turismo.

OBSERVATOIRE EUROPEEN LEADER-AEIDL. (1996) - Comercializar um turismo rural de qualidade, 2ª. Ed., Bruxelas.

PASQUALINI. J.P; JACQUOT. B. (1991) - Tourismes-Organisation, economie et actions touristiques, Paris, DUNOD-Bordas.

QUINTAS, P. (1994) - Legislação turística comentada, Porto, ECLA Editora,

SAMPAIO, F. (1995) - "O Turismo de Habitação e o papel das regiões de turismo", I e II Encontro Nacional de Turismo de Habitação, Actas de Março 1993 e 1994, Ponte de Lima.

SAMPAIO, F. (1995) - "O Turismo de Habitação - seu papel no Programa de promoção conjunta", I e II Encontro Nacional de Turismo de Habitação, Actas de Março 1993 e 1994, Ponte de Lima.

TURIHAB - Associação de Turismo de Habitação. (1995) - I e II Encontro Nacional de Turismo de Habitação, Actas de Março 1993 e 1994, Ponte de Lima.

